

**INFORMAÇÃO DE CONSULTA**

Este é um capítulo da obra

2001, **Teixeira, José A** **VERBALIZAÇÃO DO ESPAÇO: Modelos mentais de *frente/trás***, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (Colecção Poliedro), Braga, (ISBN 972-98621-4-1).

Na sua totalidade, a referida obra é constituída, aqui, pelas seguintes partes:

- A Verbalização do Espaço -Cap. I: Para uma fundamentação da Semântica Cognitiva
- A Verbalização do Espaço -Cap. II: O homem e o(s) seu(s) espaço(s)
- A Verbalização do Espaço -Cap. III: Localização e orientação intrínseca
- A Verbalização do Espaço -Cap. IV: Modelos mentais dos marcadores *frente/trás*
- A Verbalização do Espaço -Cap. V: *Frente/trás* e outros marcadores
- A Verbalização do Espaço -Cap. VI: Organização morfo-semântica de *frente/trás*
- A Verbalização do Espaço -Cap. VII: O espaço do Tempo: *frente/trás* e a temporalidade
- A Verbalização do Espaço -Cap. VIII: Conclusões e Bibliografia

*José Teixeira*

## A VERBALIZAÇÃO DO ESPAÇO:

Modelos mentais de *frente/trás*

À minha mãe.  
À minha mulher.  
À minha filha.

# ÍNDICE

## NOTA PRÉVIA

## RESUMO

## ABSTRACT

## 0. INTRODUÇÃO

## 1. PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO DA SEMÂNTICA COGNITIVA

- 1.1. Semântica, sistemas complexos e grandezas desprezíveis
  - 1.1.1. A Teoria do Caos
  - 1.1.2. Organização linguística e teoria do Caos
- 1.2. Semânticas pré-cognitivas e Semântica Cognitiva
  - 1.2.1. A perspectiva cognitiva: novidade ou tradição?
  - 1.2.2. A incapacidade explicativa de alguns fenómenos semânticos
  - 1.2.3. Principais concepções semânticas: esquemas-síntese
- 1.3. Modelos mentais e protótipo
  - 1.3.1. A natureza não-lógica dos processos cognitivos
  - 1.3.2. A contínua reformulabilidade dos modelos mentais
  - 1.3.3. Esquema mental e modelo mental
  - 1.3.4. Protótipo e significado lexical
    - 1.3.4.1. Protótipo e limites de categoria
    - 1.3.4.2. Latitudes de emprego de um item lexical
- 1.4. A conceptualização do real
  - 1.4.1. A construção dos conceitos
  - 1.4.2. Significado e referente
    - 1.4.2.1. Cérebro, informação e memória
    - 1.4.2.2. O significado sentido
    - 1.4.2.3. A modelização do real
      - 1.4.2.3.1. O erro de Saussure
      - 1.4.2.3.2. O Argumento de Santo Anselmo: referente e realidade
      - 1.4.2.3.3. A realidade modelizada
      - 1.4.2.3.4. Significado e função
  - 1.4.3. Metáfora e processos de categorização do real
- 1.5. O funcionamento dos modelos semânticos
  - 1.5.1. Significado dicionarizado e "significado de comunidade"

- 1.5.2. Significado e estrutura radial de significações
- 1.5.3. As variantes de um significado: estruturação prototípica
- 1.5.4. Aplicabilidade aos localizadores espaciais
  - 1.5.4.1. CNS, Semântica Cognitiva e localizadores espaciais
  - 1.5.4.2. Vantagem da perspectiva da Semântica Cognitiva para as configurações espaciais
- 1.6. Língua e espaço: o eterno apelo do paradigma localista

## NOTA PRÉVIA

O volume que agora se publica é constituído, com pequenas alterações, pelo texto da dissertação de doutoramento em Ciências da Linguagem-Linguística Portuguesa, intitulado *A Configuração Linguística do Espaço no Português Europeu: modelos mentais de frente/trás*, apresentado à Universidade do Minho e defendido em Maio de 2000.

Às várias pessoas que foram quebrando a solidão intrínseca de um trabalho como aquele, gostaria, agora, de deixar alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor Mário Vilela, pelo suporte que foi, pela orientação que transmitiu e pela amabilidade e simpatia com que acompanhou todo o processo.

Ao professor Doutor Brian Head pelo interesse e incentivo que me forneceu e a todos os meus colegas de Linguística da Universidade do Minho que comigo iam conversando sobre a *frente* e o *atrás* das coisas, a gratidão da simpática curiosidade que demonstraram.

Aos colegas que, como a Doutora Hanna Batoréo e a Dr<sup>a</sup> Margarita Correia, embora afastadas no espaço sempre tiveram tempo para instrutivas conversas linguísticas e para todos os outros que, como o Doutor Augusto Soares da Silva, Dr<sup>a</sup> Helen S. Alves, Dr. José Moreira da Silva, Dr.<sup>a</sup> Aldina Marques, Dr. Álvaro Sanromán, Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Pereira, para além de outras ajudas, me auxiliaram na distribuição dos inquéritos que este trabalho contém, um agradecimento proporcional ao esforço que me pouparam.

E se é justo agradecer a todos aqueles com os quais aprendemos, obrigado serei a, por fim, não esquecer os meus sobrinhos Ana e João e a minha filha Inês apanhados em flagrante entre os poucos meses e os quatro anos de idade nos respectivos processos de aquisição da linguagem e que foram as cobaias palradoras que, por vezes, me provocaram proveitosas reflexões.

Barreiros-Amares, Dezembro de 2000

## RESUMO

Se é aceite que a Semântica Cognitiva, que suporta teoricamente este trabalho, põe em relevo muitas das vivências e cognições humanas, não custará, assim, aceitar o facto de haver uma dimensão vivencial que a mesma Semântica Cognitiva tem demonstrado ser um referencial inultrapassável: o espaço. Foi este aliciente que nos levou a pretender evidenciar os aspectos linguísticos e cognitivos que enformam a marcação linguística do espaço (melhor, de uma dimensionalidade espacial, a "frontalidade") no português europeu.

Assim, numa primeira parte, pretendemos justificar a validade da Semântica Cognitiva, sobretudo na sua vertente lexical, como ciência adequada ao objecto que aborda: as unidades linguísticas como sistemas complexos e não totalmente previsíveis. Em seguida, pareceu-nos fundamental demonstrar a importância da espacialidade enquanto génese e suporte da cognição humana, mormente a relação espaço físico/espaço perceptivo.

Analisámos igualmente os elementos presentes e necessários em todos os processos de referenciação linguística (o objecto referenciado, o objecto referenciador, o papel dos sujeitos observantes e a própria configuração intrínseca dos objectos) antes de propormos cinco modelos linguístico-cognitivos que, a nosso ver, estruturam a oposição *frente/trás*.

Dado que o eixo da frontalidade não é apenas configurado por aqueles marcadores (*frente/trás*), procurámos expor as identidades e oposições entre eles e outros com os quais mantêm relações de intersubstituição. Analisámos igualmente a organização morfo-semântica dos marcadores originários *frente/trás* para tentar demonstrar a validade da análise semântico-cognitiva aqui proposta para a (re)formulação da classificação das tradicionais "partes do discurso". Finalmente, abordámos as relações entre o espaço e o tempo que os marcadores em análise ilustram, onde demonstrámos a autonomia (relativa) entre marcadores espaciais e temporais.

Pretendemos, em suma, com este trabalho, demonstrar que:

- o significado de um marcador espacial pode corresponder a variados modelos mentais e cognitivos que uma mesma forma linguística pode representar;
- a tradicional análise dos marcadores espaciais (preposições, locuções prepositivas, advérbios, locuções adverbiais, ...) não retrata adequadamente a organização morfo-semântica dos mesmos;

- a configuração temporal pode ser traduzida não apenas pelo modelo espacial dinâmico, mas também por modelos estáticos do espaço;

- a Semântica Cognitiva é o instrumento metodológico que se nos afigura mais adequado para a análise das estruturações sémico-significativas de uma língua natural.



## ABSTRACT

If it is agreed that Cognitive Semantics, the theoretic basis of this thesis, has been giving emphasis to the totality of human experience and cognition, it shouldn't be hard to accept the existence of an experimental dimension, that of space, a dimension which Cognitive Semantics itself has demonstrated as being an unsurpassable reference. It was the thought of this seductive possibility which led us into this attempt of giving evidence for the linguistic and cognitive aspects which shape the linguistic demarcation of space (or rather, of a "frontal" spacial dimensionality) in European Portuguese.

Thus, our aim in the first part is to give our justification for the validity of Cognitive Semantics, particularly on the lexical side, as a science which is adequate for the object it is turned to: that of the linguistic units made up of complex and not wholly foreseeable systems. It seemed fundamental to us to then give a demonstration of the importance of space as the genesis and support of human cognition, particularly in what concerns physical and perceptive space.

We have also gone into the analysis of the elements which are present and necessary in all of the processes regarding linguistic reference (the object being referred to, the object making the reference, the role of the observing subjects and the intrinsic contour of the objects themselves) before proposing five linguistic-cognitive models which, in our point of view, structure the *front / back* opposition.

Since the frontal axis is not shaped only by those (*front / back*) markers, we have tried to show the identities and oppositions existing between those markers and the others with which they maintain intersubstitutional relations. We have also analysed the morpho-semantic structure of the original *front/back* markers with the intention of trying to demonstrate the validity of the cognitive-semantic analysis being proposed here. Our intention is to (re)formulate the classification of the traditional "discourse components". Lastly, we have looked into the relationship existing between the space and time being illustrated by the markers in the analysis in which we have demonstrated the relative autonomy which exists between the spacial and temporal markers.

Our intention, in short, is to demonstrate through our analysis that:

- the meaning of a spacial marker may correspond to various mental and cognitive models which can be represented by the same linguistic form;
- the traditional analysis of the spacial markers (prepositions, prepositional utterances, adverbs, adverbial utterances, ... ) does not adequately describe the morpho-semantic organization of those same markers;

- the temporal contour can be translated not only by the dynamic spacial model, but also by static models of space;
- Cognitive Semantics is the methodological instrument which seems to us to be the most adequate for the analysis of the semic-significants of a natural language.

## INTRODUÇÃO

O que é que não se pode dizer sobre o espaço?

É o espaço que tudo contém e tudo tem o seu espaço. Tudo o que existe, existe num espaço. Por isso, para muitas línguas, não existe diferença entre **ser** e **estar**.

Serve esta introdução à Introdução para referir que o âmbito que este trabalho visa abordar poderá ser complexo, não por falta de elementos de análise, mas pela abundância que o tema permite. E restringi-lo ao espaço do domínio linguístico, é como sair-se de um infinito maior para um infinito menor.

A nossa opção foi pela configuração linguística do espaço no português (europeu). Não pela globalidade das possíveis configurações, obviamente, mas apenas por um dos eixos que demarcam a espacialização: (*à*) *frente*/(*a*)*trás*. Tomámos, como se depreende pelo título, a perspectiva da Linguística Cognitiva como quadro conceptual e teórico. Em boa verdade, as opções quer pelo tema, quer pelos moldes teóricos, não podem, no nosso caso, ser dissociadas. Para as provas académicas anteriores fizemos um trabalho sobre verbos de movimento. Ora nesse mesmo trabalho, constatámos, na prática, a dificuldade de análises semânticas dentro do quadro da Semântica Componential. Quando se queriam detectar os semas constitutivos do semema, o problema era sempre o mesmo: dificilmente se encontrava um conjunto "razoável" em número e qualidade. O significado de uma palavra não podia ser aquilo, um ou dois traços tão genéricos que pouco diziam à intuição linguística do falante e do investigador.

A Semântica Cognitiva veio, a nosso ver, resolver algumas das dificuldades que tínhamos sentido. Ao abandonar a necessidade de se encontrar um núcleo sémico inalterável e comum a todos os usos e ao derrubar o muro que separava o cognitivo do linguístico, a Semântica Cognitiva encorajou-nos, em certa medida, a prosseguir dentro da área que já tínhamos trilhado: o movimento e o espaço. Os estudados estados de coisas verbais tinham muito a ver com a ideia de modelo mental que tão proveitosa se revela para explicar marcadores estáticos como alguns dos que referem o eixo *frente/trás*.

É sobejamente conhecida a apetência que a perspectiva cognitiva vem mostrando pelas configurações espaciais estáticas ou dinâmicas. É que, e também nós já o tínhamos sentido, mesmo antes de conscientemente nos inserirmos nesta perspectiva teórica, é no domínio espacial que mais facilmente podemos visualizar os modelos com que configuramos a realidade. E assim, a perspectiva cognitiva acabou por se nos

apresentar como uma nova maneira menos coarctante de prosseguirmos dentro do mesmo âmbito (espacial) de análise.

Não teremos, contudo, neste trabalho, a preocupação de sistematizar ou fazer uma resenha dos aspectos teóricos da Linguística e Semântica Cognitiva(s). Pensamos que isso já se encontra suficientemente tratado, mesmo em português, em trabalhos como os de Batoréo (1996) e Silva (1997). Procuraremos, isso sim, apresentar sobretudo aqueles aspectos em que este novo paradigma se diferencia da tradicional análise componencial e mostrar como é que, melhor que esta, possibilita a compreensão e explicação linguística dos factos.

Dentro deste âmbito, e no quadro teórico, começaremos por fundamentar a validade de uma Semântica —e por maioria de razões, de uma Semântica que apele a modelos mentais— num dos últimos paradigmas científicos do século XX, que começou por ser uma nova visão da ciência, sobretudo na área da Física e da Matemática: a Teoria do Caos. É que a Teoria do Caos fundamenta as ciências que trabalham com sistemas complexos e imprevisíveis por causa da multiplicidade de factores que manipulam, como, a nosso ver, é o caso da linguagem e, dentro desta, da componente semântica.

Para a compreensão dos modelos mentais, procuraremos reflectir sobre os aspectos que presidem à formação dos conceitos. Abordar-se-ão os sinais de vária ordem que são necessários para o processamento cerebral dos mecanismos conceptuais. Igualmente se analisarão os processos cerebrais de armazenamento de informação e a sua diferenciação relativamente aos mecanismos computacionais.

Procurar-se-á evidenciar como é a Semântica Cognitiva que, ao trazer de volta para a Linguística as relações homem-palavra-referente, retrata mais adequadamente todo o processo linguístico. Tentar-se-á representar este mesmo processo através de um esquema onde se apresentam as interacções entre o homem, a realidade experienciável e a realidade modelizada pela língua.

No capítulo 2, abordam-se as implicações vivenciais/cognitivas do homem enquanto ser prioritária e necessariamente inserido numa espacialidade. O facto de o espaço ser o primeiro domínio no qual o homem se dá conta de estar inserido leva a que, para o próprio homem, haja uma grande identificação entre *ser* e *estar*. Os gestos e a escrita inscrevem-se numa espacialidade marcada que se torna simbólica. Convém, portanto, separar o espaço físico que se pretende não-subjectivo, do espaço perceptivo, base da construção de múltiplos arquétipos que suportam as nossas concepções sobre o mesmo espaço.

No capítulo 3, analisaremos os elementos intervenientes nas localizações espaciais: os objectos com orientação intrínseca e situacional, as condições em que tais orientações funcionam e quando podem ser neutralizadas; a necessidade de haver

sempre um elemento referenciador para o objecto a localizar e o papel do observador exterior de uma situação.

No capítulo 4, são apresentados os modelos mentais que estruturam o eixo da frontalidade (*frente/trás*) e respectivas implicações semânticas, sendo o capítulo seguinte dedicado às relações intermodelares entre estes marcadores e outros que se inscrevem no mesmo eixo, como (*a*)*diante, ante e perante*.

O capítulo 6 é dedicado à análise da organização morfo-semântica dos marcadores *frente/trás*: núcleos organizativos, constructos morfológicos e consequências para a oposição tradicional entre as formas adverbiais e as locuções prepositivas.

Finalmente, no último capítulo (7), trataremos, partindo dos marcadores *frente/trás*, das relações entre a dimensão espacial e a temporal. Questionaremos até que ponto se pode entender o espaço como metáfora do tempo e as equivalências (dicionarizadas e as intuitivas dos falantes) entre *frente/trás* e anterioridade/posterioridade. Procuraremos demonstrar que há marcadores prioritariamente temporais que não são apenas a metaforização dos correspondentes espaciais. Ao terminarmos com a traduzibilidade entre os modelos espaciais e temporais pretendemos demonstrar não apenas o funcionamento autónomo de uns e de outros, mas igualmente que é possível que modelos espaciais estáticos representem o tempo. Em todas as análises, procuraremos sempre (re)construir e apresentar os mecanismos cognitivos e linguísticos (os modelos mentais) que (en)formam os conceitos da espacialidade frontal.

1.

# PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO DA SEMÂNTICA COGNITIVA

## 1.1. Semântica, sistemas complexos e grandezas desprezíveis

### 1.1.1. A Teoria do Caos

"Deus não joga aos dados com o universo."  
Einstein

"Deus joga aos dados com o universo; mas são dados viciados."  
Joseph Ford (da Teoria do Caos)

A Semântica Cognitiva surge numa era em que a ciência tende a deixar de ser um somatório de áreas desconexas, cada qual com as suas metodologias e axiomas, procurando antes, a mesma ciência, formar um conjunto de disciplinas interligadas. Não é por acaso que a Linguística Cognitiva se integra dentro de um leque mais vasto de ciências, designadas "ciências cognitivas", e que envolve igualmente a Neurobiologia, a Psicologia, a Filosofia, a Antropologia e a Inteligência Artificial, entre outras.

Tradicionalmente, cada área da ciência procurava fornecer uma explicação sobre a realidade, tendo em consideração os aspectos mais relevantes que afectavam o seu objecto de estudo. A ciência estudava um universo repartido por vários campos (os campos científicos) e atendia aos aspectos que podia sistematizar, desprezando as variedades infinitesimais que pareciam não modificar os resultados em escalas macroscópicas.

Este paradigma foi-se alterando nas duas últimas décadas do século XX, quando muitos cientistas começam a verificar que pequenas variações ao longo do tempo podem acarretar profundas transformações nos sistemas de que fazem parte:

Small changes lead to bigger changes later. This behaviour is the signature of chaos.  
(Percival 1992:11)

E uma frase torna célebre esta outra maneira de ver o mesmo universo: o bater de asas de uma borboleta em Pequim pode causar um tufão em Nova Iorque. Ou seja, em processos complexos, que dependam de múltiplos factores (como é o clima)

não se podem pôr de lado, para a compreensão do evoluir do sistema, os fenómenos tidos como não significativos porque considerados de grandeza desprezível.

Aparece, assim, uma nova maneira de enquadrar as ciências, conhecida como Teoria do Caos, que diz respeito a **todas** as áreas científicas.<sup>(1)</sup>

O universo é concebido como uma realidade sujeita a uma infinita variedade de factores e acontecimentos todos interligados e mutuamente influenciadores, sendo a tendência geral de qualquer sistema, pelas influências a que está sujeito, caminhar para a sua própria desagregação, mas simultaneamente transformar esse caminhar para a desagregação em novo sistema, embora já sujeito a novos factores que o levam a reequilibrar-se novamente através de outras alterações e assim sucessivamente. É esta visão do universo que, moderando o determinismo da física clássica, mas não o negando, fica conhecida como Teoria do Caos.<sup>(2)</sup>

Assim, a Teoria do Caos representa uma concepção geral do universo que, embora aceitando o funcionamento deste em estruturas organizadas, é uma visão diametralmente oposta à visão estruturalista clássica. É uma visão do universo que embora se sirva da mesma auto-estrada do estruturalismo, viaja na faixa contrária. Para o estruturalismo, o universo tende a organizar-se em estruturas, e a tendência de percurso é da desordem para a ordem. Para a Teoria do Caos, ao inverso, tudo tende para a entropia, para a desestabilização, embora nesse percurso a natureza procure constantemente reequilibrar os seus padrões.<sup>(3)</sup>

Os cristais de neve constituem uma das melhores e mais rápidas sínteses do comportamento do universo. Os flocos de neve são o exemplo perfeito do equilíbrio entre a estabilidade e a instabilidade a que todos os sistemas estão sujeitos<sup>(4)</sup>. Aquilo

(1) "Traditionally, scientists have looked for the simplest view of the world around us. Now, mathematics and computer power have produced a theory that helps researchers to understand the complexities of nature. The theory of chaos touches all disciplines." (Percival 1992:11).

(2) "Chaos theory has resulted from a synthesis of imaginative mathematics and readily accessible computer power. It presents a universe that is deterministic, obeying the fundamental physical laws, but with a predisposition for disorder, complexity and unpredictability. It reveals how many systems that are constantly changing are extremely sensitive to their initial state— position, velocity, and so on. As the system evolves in time, minute changes amplify rapidly through feedback." (Hall 1992:8)

(3) "Tudo tende para a desordem. Qualquer processo que converta energia numa forma para outra tem de perder alguma sob a forma de calor. A eficiência perfeita é impossível. O Universo é uma rua de sentido único. *A entropia tem sempre de aumentar no Universo e em qualquer hipotético sistema isolado no seu interior.* [...] Dalguma forma, apesar de tudo, enquanto declina em direcção ao seu equilíbrio final no incaracterístico banho térmico de entropia máxima, o Universo consegue ainda criar estruturas interessantes. [...] A Natureza forma padrões. Alguns são ordenados no espaço mas desordenados no tempo; outros são ordenados no tempo mas desordenados no espaço. Alguns padrões são fractais, exibindo estruturas que se repetem em si mesmas em todas as escalas." (Gleick 1989:378-380)

(4) "Os cristais de gelo formam-se no ar turbulento com uma famosa combinação de simetria e acaso, a beleza especial da indeterminação sêxtupla. Quando a água congela, os cristais criam pontas; as pontas crescem, tornando-se as suas fronteiras instáveis, e novas pontas aparecem dos lados. Os flocos de neve obedecem a leis matemáticas numa subtilidade surpreendente e era impossível prever com exactidão qual a velocidade a que uma ponta iria crescer, se seria ou não muito afilada, ou quantas vezes iria criar novas pontas. Várias gerações de cientistas esboçaram e catalogaram os variadíssimos padrões: placas e colunas, cristais e policristais, agulhas e dendrites. Os tratados abordavam a formação de cristais como sendo uma questão de classificação, devido à falta de um melhor critério.

que a Teoria do Caos designa por "dependência sensível das condições iniciais" é que faz com que cada sistema evolua para situações de finalidade imprevisível.<sup>(5)</sup>

A célebre afirmação sobre o bater das asas da borboleta pretende exactamente ilustrar isto: todas as condições a que um sistema está sujeito, por mais insignificantes que sejam, contribuem para o percurso funcional que esse sistema irá ter. Ora como cada sistema está constantemente sujeito a um número indeterminado de condições, esse sistema tende também constantemente a alterar-se. A tendência, portanto, é para a desorganização, para o caos. Só que esta desorganização só o é relativamente à etapa anterior do modelo, pois tende a constituir-se em nova organização para a etapa subsequente.

### 1.1.2. Organização linguística e Teoria do Caos

O mais espantoso, é que esta noção geral do funcionamento das estruturas é a que enforma o estruturalismo linguístico. E é espantoso, essencialmente por dois motivos: primeiro, porque o estruturalismo linguístico teria sido a primeira Teoria do Caos *avant la lettre*; segundo, porque as conclusões gerais contradiziam as análises que fazia, já que sempre defendeu a noção que o percurso geral de uma língua era a sua

---

Sabe-se hoje que o crescimento destas pontas e dendrites é um problema instável de condições-fronteira livres, altamente não-linear, significando isto que os modelos precisam de seguir uma fronteira ondulada complexa enquanto esta se altera dinamicamente. Quando a solidificação ocorre do exterior para o interior, como num cubo de gelo, em geral a fronteira permanece estável e regular, sendo a sua velocidade controlada pela capacidade das paredes em dissiparem o calor. Mas quando um cristal solidifica de dentro para fora a partir duma origem inicial—como acontece com um floco de neve, capturando moléculas de água enquanto vai caindo através do ar—o processo torna-se instável. Qualquer porção da fronteira que se adiante um pouco em relação às outras adquire uma vantagem na captura de novas moléculas de água e por conseguinte cresce numa proporção maior—o «efeito pára-raios». Formam-se novos ramos e em seguida sub-ramos.

[...]

Onde a difusão térmica tende a criar instabilidade, a tensão superficial cria estabilidade. A atracção da tensão superficial faz com que uma substância prefira fronteiras regulares como a parede duma bolha de sabão. É preciso dispendir energia para formar superfícies irregulares. O equilíbrio destas tendências depende do tamanho do cristal. Enquanto a difusão é um processo macroscópico de larga escala, a tensão superficial é mais forte às escalas microscópicas.

Tradicionalmente, dado que os efeitos da tensão superficial são tão pequenos, os investigadores admitiram que para efeitos práticos podiam desprezá-los. Isso não é verdade. As escalas mais pequenas revelaram-se cruciais; os efeitos de superfície revelam-se como sendo infinitamente sensíveis à estrutura molecular natural duma substância em solidificação. No caso do gelo, uma simetria molecular natural dá uma preferência inerente a crescimentos em seis direcções. Para sua surpresa, os cientistas descobriram que o jogo entre estabilidade e instabilidade consegue ampliar esta preferência microscópica, criando uma renda semi-fractal que dá origem aos flocos de neve." (Gleick 1989:380-381).

<sup>(5)</sup> "A dependência sensível das condições iniciais não serve para destruir mas sim para criar. Enquanto um floco de neve vai ficando (*sic*; caindo?) para a Terra, flutuando tipicamente ao vento durante uma ou mais horas, as escolhas feitas pelas pontas que se vão ramificando dependem de modo sensível em qualquer instante de factores como a temperatura, a humidade e a presença de impurezas na atmosfera. As seis pontas dum único floco de neve, ocupando um espaço minúsculo, sentem as mesmas temperaturas; e, dado que as leis de crescimento são puramente deterministas, mantêm uma simetria quase perfeita. Mas a natureza do ar turbulento é tal que qualquer par de flocos de neve irá sofrer experiências muito diferentes. O floco final registará a história de todas as variações do tempo por que passou e essas combinações são em número praticamente infinito." (Gleick 1989: 383)



organização em estruturas funcionais (e daí a designação de "estruturalismo"). A conclusão, no entanto, devia ser a oposta: as línguas são sistemas de constante desestruturação e tendem para a entropia dos seus mecanismos, quer fonéticos, quer morfo-sintáticos ou/e sobretudo semânticos. Senão vejamos:

Relativamente ao problema da mudança linguística, Eugenio Coseriu faz logo notar que a mudança na língua não pode ser vista como algo de anormal, mas como o funcionamento habitual e necessário a que qualquer língua está sujeita:

Dado que a língua se faz e dado que o que se chama "mudança" é o próprio fazimento da língua, o problema geral das mudanças consiste em estabelecer os modos e as condições desse fazimento.

Chega-se à conclusão aparentemente paradoxal de que os fatores da "mudança da língua" existem na própria língua. Mais ainda: esta conclusão seria absurda se os "fatores" de que se está falando fossem realmente "causas" determinantes da mudança. De fato, ela significa que a língua é "causa" da sua própria mudança. (Coseriu 1979: 101-102)

O "fazimento" normal da língua é a mudança, ou seja, o **desfazer-se** (relativamente ao que era).

Coseriu, porém, vê as coisas ao inverso: a língua quando muda é porque **era necessário** mudar; ou seja, a nova etapa era "exigida" pelo falante, correspondia a uma necessidade que o falante sentia:

a língua é sistema a todo instante, isto é, que "evolui" como sistema. Ou melhor, a comprovação da sistematicidade na sincronia é possível justamente porque a língua se refaz e se renova sistematicamente. E se entre dois "estados" a língua muda sem deixar de ser sistemática, isso significa que a mudança encontra no sistema o seu lugar necessário: que se justifica por uma possibilidade ou uma "insuficiência" do primeiro "estado", em relação às novas necessidades expressivas dos falantes. (Coseriu 1979: 103)

Esta perspectiva é, no entanto, radicalmente contraditória com a análise que o mesmo Coseriu faz nas páginas seguintes, quando apresenta como factor omnipresente e justificativo da mudança linguística o carácter de equilíbrio precário do próprio sistema:

a condição mais geral e mais importante é a de que a língua *está em fazimento* a todo instante. Um sistema linguístico, desde que já realizado em formas tradicionais, longe de ser "por definição equilibrado", é pela sua própria natureza, um "sistema imperfeito" (no sentido de "não-terminado"). Saussure fala em certo lugar das

"deteriorações" produzidas pelas mudanças no "mecanismo da língua", e na lingüística pós-saussuriana fala-se com freqüência das "perturbações" que os "fatores externos" produziriam nos sistemas lingüísticos. Mas, neste caso, ou é necessário admitir que os sistemas deslindados na sincronia são às vezes sistemas "equilibrados" e às vezes sistemas "deteriorados" ou "perturbados", ou então é necessário reconhecer que todo o sistema lingüístico está sempre em equilíbrio precário.

E o que ocorre é justamente isto. (Coseriu 1979: 106-7)

E depois, Coseriu explana o que entende por "equilíbrio precário": qualquer parte do sistema (fonética, morfo-sintáctica, semântica) nunca é realizada uniformemente, nem na sua totalidade. Num fonema, por exemplo, só é imprescindível que a sua realização respeite algumas das características que o constituem, podendo ser as outras "desrespeitadas":

na realidade lingüística concreta, as unidades distintivas mínimas são amiúde polifonemáticas e, por outro lado, a latitude de realização e percepção "compreensíveis" supera com freqüência os limites das oposições distintivas consignadas no sistema fonológico abstrato: para entender e para se fazer entender — mesmo prescindindo das determinações extralingüísticas — "basta", em muitos casos, apenas uma "figura" da palavra, mais ou menos esboçada. Tal fato constitui uma condição permanente de "instabilidade", especialmente para as línguas de vocábulos polissilábicos. (Coseriu 1979: 109)

A evidência deste funcionamento lingüístico, que ninguém põe em causa, deveria só por si ser suficiente para se perceber que estas pequeníssimas "mudanças"/entropias individuais não são nem conscientes nem intencionais e que, quando acumuladas no espaço e no tempo, geram a passagem de um estado lingüístico para outro.

Isto implica, por conseguinte, que os pequeníssimos desregramentos individuais de cada acto de fala não têm intencionalidade de mudança do sistema. Por outras palavras, **o falante não modifica propositadamente o sistema para que este corresponda às suas necessidades expressivas**. Aliás, o falante não tem a ideia de que pode modificar o sistema. As pequenas alterações que cada um introduz num acto de fala são "desprezadas" como "não-pertinentes" ou "não-relevantes", segundo a terminologia do próprio estruturalismo. Quando se acumulam no tempo e no espaço (lingüístico, ou comunidade) pode acontecer que a estas particularidades de início "desprezadas", se vá, tácita, mas não pré-intencionalmente, atribuindo uma nova funcionalidade. E temos uma mudança lingüística.

Dizer que se passou de um estágio da língua para outro e dizer que os falantes introduziram modificações que sentiram necessárias, só é "verdade" para uma observação macroscópica em estádios não contíguos da língua. O falante nunca tem a intencionalidade da mudança do sistema. Tem, isso sim, o desejo da criação e da expressão, mas sempre dentro de **um** sistema que ele entende como sendo **o mesmo** que os outros partilham. As criações que o falante procura são criações **dentro do sistema** e não a criação de **outro sistema** ou mesmo a modificação do mesmo sistema. Não tem qualquer sentido dizer-se, portanto, que há intencionalidade na mudança linguística. Ela acontece como o crescer das árvores. Ninguém pode **realmente** ver, no sentido de perceber visualmente, uma árvore a crescer. Só podemos captar o resultado final desse crescimento e a partir daí inferir o processo. Tal como na língua. Nesta, nunca pode haver **intencionalidade de mudança/alteração**, já que em nenhum acto concreto há sequer a percepção dessa mudança/alteração.

Uma afirmação deste género

Sendo a língua um sistema funcional, ela se modifica sobretudo em seus "pontos frágeis", isto é, lá onde o próprio sistema não corresponde eficazmente às necessidades expressivas e comunicativas dos falantes. (Coseriu 1979:122).

não retrata a realidade do que se passa. As "necessidades comunicativas e expressivas do falante" nunca são, nem por ele mesmo, atribuídas ao sistema, mas à relação entre a sua competência e o seu desempenho, e o ultrapassar dessas dificuldades não se faz pela tentativa de modificar o sistema, mas pela procura da criatividade **dentro** do sistema tido como **uno** e **comum**.

Do que se foi vendo, pensamos que pode concluir-se:

- 1) Faz parte da essência da língua a alteração ou mudança.
- 2) Essa mudança acontece e vê-se tanto mais facilmente quanto menos contíguos temporalmente forem os estádios comparados.
- 3) A mudança tem origem em cada realização individual.
- 4) Como o falante procura obter sempre o máximo de comunicação com o mínimo gasto, as unidades são realizadas não rigorosa e uniformemente, mas apenas na pertinência considerada necessária (em "estenografia").
- 5) Este processo leva a que o sistema esteja constantemente a tender para o desequilíbrio (ou "equilíbrio precário" para Coseriu).
- 6) O falante não tem a consciência das pequenas alterações que vai fazendo.
- 7) Essas pequenas alterações não são pré-intencionais, ou seja, não se destinam conscientemente a modificar o sistema.

8) As pequenas alterações individuais, quando repetidas num espaço (linguístico) e no tempo, podem tender a estruturarem-se, constituindo alternativas às estruturas originárias.

No entanto, estes dados, que qualquer estruturalista aceita, originam uma conclusão que aparentemente os contradiz: a de que uma língua tende a **constituir-se em estrutura** ou em sistema de sistemas. A nosso ver, a conclusão terá que ser a oposta: uma língua tende a **desestruturar-se em estruturas**. Só que no processo de desestruturação se reorganiza constantemente, estabelecendo um equilíbrio entre instabilidade e estabilidade, tal como acontece (ao que parece, segundo a Teoria do Caos) em todo o universo.

Esta visão "caótica" do funcionamento dos sistemas adapta-se que nem luva à estruturação semântica das unidades linguísticas. Em primeiro lugar, porque ajuda a compreender o aparente paradoxo do funcionamento semântico: se a semanticidade abarcada por cada unidade difere de indivíduo para indivíduo e, dentro do mesmo indivíduo, de situação de comunicação para situação de comunicação (ou de contexto para contexto, como se preferir), como é possível que conserve a estabilidade que mantém ao longo dos anos e entre indivíduos diferentes? A desestruturação em estruturas ou o equilíbrio entre a instabilidade e a estabilidade, em termos globais, são perspectivas interessantes.

Por outro lado, a Teoria do Caos pode ajudar a valorizar uma faceta da Semântica que sempre foi considerada o seu calcanhar de Aquiles: a "subjectividade" do sentido e a impossibilidade de descrever toda a infinitude de relações semântico-cognitivas que uma unidade linguística possui e evoca (ou possui, porque evoca).

A Teoria do Caos desmitifica (ou desmistifica, como todos dizem) a rigorosidade das análises quantitativas que as ciências ditas exactas classicamente pressupunham que faziam.

Todas as ciências "exactas" partiam do pressuposto de que o mundo (e os fenómenos) podiam ser quantificados, porque podiam ser objectivamente medidos. As teorias da Gramática Generativa são, dentro do âmbito linguístico, a expressão típica deste ponto de vista: científico equivale a formalizável através de regras simples e básicas.

(A) La linguistique construit des modèles explicites, c'est-à-dire formalisables, des langues naturelles. [...]

Dans les termes de (A), un modèle linguistique ne peut être tenu pour explicatif que s'il permet une représentation simple et élégante des généralisations qui émergent des données connues et s'il réduit la complexité des phénomènes empiriques à l'interaction de quelques entités théoriques simples et conceptuellement naturelles. Il

doit donc, comme toute autre science, être «minimaliste» dans les options et les mécanismes formels qu'il rend disponibles. (Rouveret e Schlenker 1998:9 e 11).

Só que este "minimalismo" não se coaduna com a complexidade das estruturas semânticas e, por isso, para as teorias generativas, a Semântica sempre foi uma zona de maldição: ou negada à Linguística, ou tratada como se fosse um domínio sintáctico, ou então considerada "não cientificizável", porque complexa e dependendo de tantos factores que seria impossível a todos sistematizar.

A Teoria do Caos põe em questão muita coisa que o nosso conceito tradicional de ciência dava como adquirida: que tudo pode ser formalizado em fórmulas simples, que estas para explicarem a realidade podem ser em número reduzido e que uma formalização é sempre um modelo objectivo da realidade, independentemente do sujeito e da escala em que a análise é feita ou em que o modelo é construído.

É que, ao inverso, a Teoria do Caos mostra que não pode haver uma medição objectiva e real: todas as medições/quantificações dependem da escala em que a medição é feita. A vida real, prova-nos isso mesmo.

Assim, por exemplo, é impossível, em rigor, dizer quanto mede a linha costeira de Portugal ou de qualquer outro lugar. É que uma linha costeira é algo muito parecido com uma estrutura fractal. Quanto menor for a escala em que nos situemos, maior comprimento encontramos:

Senão, veja-se a figura 1: o mapa 1 representa a linha costeira de uma ilha. O mapas 2 amplia a zona [a] do mapa 1 e o mapa 3 amplia a zona [b] do mapa 2. Como se percebe facilmente, quanto mais próximo de 1/1 for a escala (já que 1/1 é a "realidade") maior é a linha medida. É que a linha costeira não é uma recta, mas constituída por reentrâncias e saliências que por sua vez são compostas por outras reentrâncias e saliências, até ao infinito. E quanto maior for o mapa, (consequentemente, menor a escala) mais nos aproximamos dessa realidade<sup>(6)</sup>.

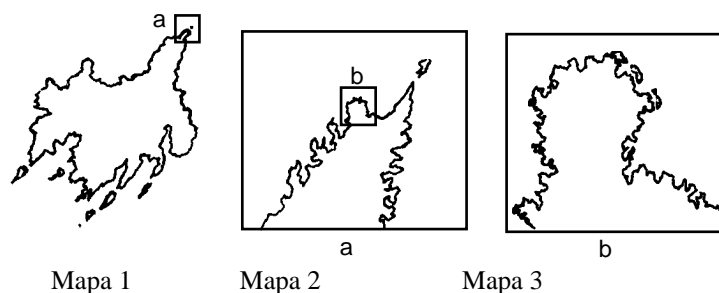
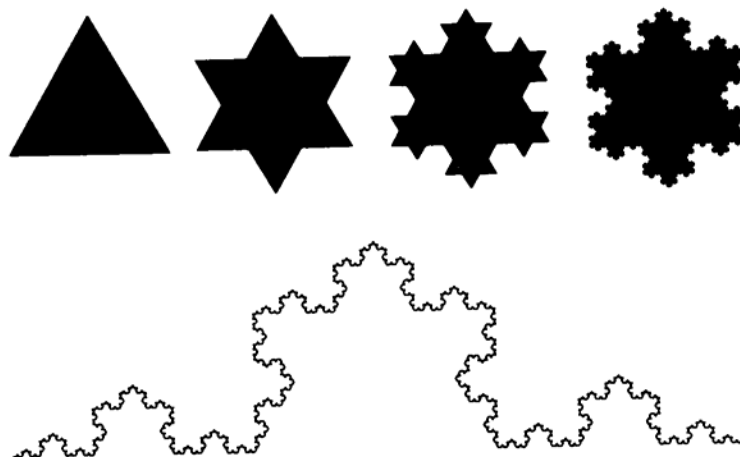


Figura 1

<sup>(6)</sup> Aliás, em rigor, nem num mapa de 1/1 se consegue medir a "verdadeira" realidade, já que num mapa há apenas duas dimensões. E mesmo que quiséssemos medir a própria linha da praia, fisicamente, e ainda que não houvesse ondas ou qualquer movimento da água, nunca conseguiríamos medir sequer um metro da linha costeira, porque de cada grão de areia que fizesse a fronteira terra-água, teria que medir as reentrâncias e saliências até às partículas sub-atômicas.

O problema das linhas costeiras pode ser formalizado pelo modelo da curva de Koch.

Helge von Koch, matemático sueco, descreve, em 1904, uma estrutura que nos permite entrever o infinito dentro do finito e que pode ser comparada a um floco de neve ideal:



O FLOCO DE NEVE DE KOCH. «Um modelo grosseiro mas vigoroso de uma linha costeira», nas palavras de Mandelbrot. Para construir uma curva de Koch, começa-se com um triângulo com lados de tamanho 1. Ao meio de cada lado, adiciona-se um novo triângulo com um terço do tamanho; e assim por diante. O comprimento total do contorno é  $3 \times 4/3 \times 4/3 \times 4/3 \dots$  — infinito. Contudo, a área permanece menor que a área do círculo que circunda o triângulo original. Portanto uma linha infinitamente longa é rodeada por uma linha finita. (Ilustração e legenda em Gleick 1989:137)

Segue-se destas constatações que parece lícito concluir:

- 1) O resultado da medição de uma realidade depende da escala em que essa realidade é medida.
- 2) Os sistemas organizados em estrutura fractal (ou em curva de Koch) podem multiplicar-se e subdividir-se até ao infinito.

É forçoso reconhecer que, então, as unidades semânticas são tão delimitáveis ou mensuráveis como qualquer outra realidade que seja objecto de uma ciência. É tudo uma questão de escala em que nos coloquemos, já que nunca (nem nas unidades semânticas, nem em qualquer outro sistema) se pode ter a ambição de abarcar uma realidade até aos seus componentes mínimos.

Por outro lado, cai por terra uma outra crítica recorrente (feita dentro e fora da Linguística) que aparecia sempre ligada à Semântica Lexical: a de que a análise das unidades era impossível ou inadequada, já que para se analisar uma palavra (um

modelo) era necessário recorrer a outras palavras (outros modelos da mesma ordem) e para se compreenderem estas seria necessário recorrer a outras e isto até ao infinito.

Afinal, este princípio de funcionamento é o que preside à estruturação de todo o universo. A palavra semântica está também organizada em estrutura fractal: cada unidade é um modelo cognitivo que se subdivide e que abarca outros modelos cognitivos que por sua vez abarcam outros, até à estrutura total do léxico, que é, não se esqueça, uma estrutura aberta.

A Semântica também costuma ser atacada pelo positivismo determinista de algumas perspectivas teóricas que lhe referem a "acientificidade" de não poder prever em concreto os usos possíveis de uma qualquer unidade. O facto de o falante poder sempre estender o valor semântico de uma palavra até zonas imprevisíveis, leva muita gente a interpretar tal facto como a possibilidade que o falante tem de subjectivizar a extensão semântica de qualquer unidade. E a Semântica será, assim, uma pseudociência já que apenas lida com subjectividades.

Ora se há palavra que pode, segundo a Teoria do Caos, retratar e resumir a realidade existente, essa palavra é "imprevisibilidade". É totalmente imprevisível a cadeia de efeitos originada ou modificada pelo bater das asas de uma borboleta em Pequim —pode mesmo, segundo a frase que ficou célebre, "causar um tufão em Nova Iorque". No mundo é a imprevisibilidade que reina e não o inverso<sup>(7)</sup>. É impossível prever como irão evoluir as voltas de fumo de um cigarro, onde acabará presa uma folha deitada num rio ou como se irá modificar a forma de uma nuvem no céu. Numa praia, é impossível prever qual a próxima onda a formar-se, que altura terá e que parte da areia molhará. Aliás, na mesma praia, à mesma hora, a mesma água nunca faz duas ondas exactamente iguais. É que em fenómenos complexos, é a imprevisibilidade que reina.

O que acontece com a variabilidade semântica das palavras é exactamente isto mesmo: o alcance de cada unidade é **imprevisível totalmente**, mas não **totalmente imprevisível**. Tal como uma onda na praia pode variar dentro de certos parâmetros, também a cobertura que uma palavra, através de um modelo mental, faz da realidade, varia. As variabilidades da onda e da palavra não são totalmente aleatórias. Apenas há variação dentro de certos limites. Só que como esses limites ou parâmetros (quer para as

---

<sup>(7)</sup> O filme *Parque Jurássico* de Steven Spielberg é uma parábola cinematográfica sobre o determinismo e positivismo crenças na total previsibilidade das leis científicas e a Teoria do Caos que representa a perspectiva inversa: a natureza é imprevisível e a realidade foge muitas vezes dos caminhos traçados pelas leis científicas "exactas". Neste filme, de um lado aparece o dono do parque e todos os cientistas que conseguiram recriar o ADN dos dinossauros e que manipulam o nascimento e comportamento destes; do outro, uma personagem que é um matemático e defensor da Teoria do Caos. Este, logo no início do filme, quando os cientistas mostram como construíram o ADN que originou os dinossauros e explicam que seria impossível haver reprodução fora do laboratório já que eles apenas "produziam" fêmeas, avisa que, tal como a Teoria do Caos defende, a realidade é estruturalmente imprevisível e que a natureza encontra sempre um caminho de fugir ao determinismo absoluto. O resto do filme é para provar que era ele quem tinha razão.

ondas, quer para as palavras) são muitíssimos e complexos, torna-se impossível adivinhar a totalidade das possibilidades.

Isto significa que o falante, em cada palavra, (*atrás*, por exemplo) tem à sua disposição um modelo complexo dotado de inúmeras possibilidades de cobertura da realidade. É um modelo "fractal", em que uma componente submodelar (*atrás* → [não-visibilidade]) reenvia para uma outra subcomponente (*atrás* → [não-visibilidade] → [não-conhecimento]) e assim sucessivamente com possibilidades infinitas (=indefinidas) de extensão. Tal estrutura semântica de uma palavra {P} poderá ser assim indicada:

$$P \rightarrow \{x\} \rightarrow \{y\} \rightarrow \{\infty\}$$

É, por conseguinte, incorrecto dizer que é a "subjectividade" do falante que torna imprevisível um possível uso de {P}. Ao inverso, deve dizer-se que {P} é que é constituído por um sistema que permite que o falante possa variar de entre uma série de possibilidades que é impossível prever. Neste caso, os chamados "desvios", "sentidos conotativos", "sentidos figurados", "sentidos metafóricos", "usos imprevistos", não são mais que submodelos construídos a partir do modelo "fractal" de {P} que a todos potencialmente contém. Não é mais do que isto a "subjectividade" semântica.

Estes factos —que ligam a imprevisibilidade da totalidade dos usos à criatividade do sujeito falante— não podem ser impeditivos para a tentativa de construção de uma ciência semântica. O que esta não pode —como nenhuma das outras, incluindo as tradicionais "exactas"—, é pretender ser analiticamente exaustiva até ao infinito. E ninguém peça à Semântica Lexical formalizações e limites que não lembra pedir a ciências como a Matemática ou a Física.

## 1.2. Semânticas pré-cognitivas e Semântica Cognitiva

### 1.2.1. A perspectiva cognitiva: novidade ou tradição?

É muitas vezes mais fácil descobrir uma verdade do que conceder-lhe o lugar que lhe compete. (Saussure 1978:125)

A Semântica Cognitiva não é uma criação *ex-nihilo*, nem nasceu por geração espontânea. A história da Linguística está salpicada de propostas de concepção do significado como algo intimamente ligado à conceptualização da realidade. A ligação entre os mecanismos da cognição e os linguísticos não é invenção do moderno



cognitivismo. Por exemplo, já no século XVIII a *Gramática Filosófica* de Melo Bacelar ia nesta linha, ao explicar a noção de significado-conceito:

Começarão os homens a traficar, e comunicar-se mais, e mais; e para este fim inventarão cópia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros: e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*.  
(Bacelar 1783:8)

A noção de palavra e de significado brotam naturalmente da relação que Melo Bacelar estabelece entre sociedade e comunicação. Assim, define as palavras como

os sons que communicão aos outros os nossos conceitos.(Bacelar 1783:7)

Cá está uma definição curta, mas eficaz, que duzentos anos mais tarde e depois de ter sido quase anatematizada, volta, na Semântica Cognitiva, a ser posta em destaque. A esta definição chamemos-lhe "signo" e temos exactamente o ponto de partida saussureano para o famoso *Curso de Linguística Geral*: a união de *sons* com *conceitos*.

Melo Bacelar não se fica por aqui e em nota de rodapé, dá-se ao preciosismo de dissecar o que se deve entender por "conceito":

o que vimos, ouvimos, e ideamos.(Bacelar 1783:7, nota (a))

Significa isto que o conceito, ou seja, o significado das palavras é "fabricado" individualmente, e não é um qualquer bloco semântico herdado e bebido na sociedade.

Neste aspecto, Melo Bacelar é muito mais "actual" que Saussure. Para este, os mecanismos linguísticos são sociais, colectivos. Saussure afirma que

a língua é de todas as instituições sociais a que oferece menor margem às iniciativas.  
(Saussure 1978: 133)

Para Saussure as palavras e os conceitos são essencialmente colectivos:

A língua existe na colectividade sob a forma de uma série de marcas depostas em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário de que todos os exemplares, idênticos, estivessem repartidos entre todos os indivíduos. (Saussure 1978: 49)

Ao contrário do que talvez seria de esperar de uma gramática que se autodenomina "filosófica", o valor semântico da palavra não é encarado como algo racionalmente organizado, mas antes como um aglomerado de evocações que, por

resultarem de um processo de organização/cognição individual, não se podem "explicar aos mais".

É de notar como o carácter individual da apreensão/ construção semântica da palavra/conceito se opõe à faceta iminentemente social da linguagem, como antes se viu.

Para Melo Bacelar, ao invés de Saussure, os conceitos são usados na colectividade, mas intrinsecamente individuais. Eles são, como afirma, "o que vimos, ouvimos, e ideamos". Ou ainda, noutra passagem, os conceitos são construídos por um processo de conhecimento/ aprendizagem individual a partir do mundo que nos rodeia. A forma que temos de manipular, manusear intelectualmente o mundo é transformá-lo em conceitos/palavras:

Qualquer cousa, que d'algum modo obrar, ou servir de objecto á nossa contemplação, não se póde explicar aos mais, senão por hum som, ou palavra em nominativo. (Bacelar 1783:15)

Como se verifica, a origem psicossomática da díade nome/conceito é a **contemplação**, ou seja, diríamos hoje sem deturpar a intenção de Melo Bacelar, a **cognição**.

A palavra (nome), porque preenchida pelo conceito resultante deste fenómeno cognitivo, é algo que se constrói a partir de uma síntese individual, característica bem acentuada nas duas vertentes: na apreensão da realidade ("objecto á **nossa** contemplação"); e na comunicação da realidade apreendida ("**não se pode explicar aos mais**, senão por hum som, ou palavra em nominativo").

A definição de "conceito" já citada ("o que vimos, ouvimos, e ideamos") sintetiza todo este processo: quer dizer que um conceito resulta da aprendizagem/cognição individual através dos sentidos, essencialmente da visão e da audição. A partir daqui, nós "ideamos", ou seja, construímos uma ideia, uma imagem mental que vai valer por um conceito/significado. O neuro-cirurgião António Damásio ou um linguista da Semântica Cognitiva não teriam dificuldade em subscrever este ponto de vista.

A palavra, na sua vertente semântica/conceptual, é pois uma realidade primordialmente sensitiva, captada pela percepção individual, servindo-se esta de todos os modos e formas que o ser humano tem para se manifestar e para apreender as manifestações dos outros. Não se quer dizer com isto que Melo Bacelar deva ser considerado, *avant la lettre*, um precursor da Semântica Cognitiva. Apenas, que do meio de todo o cascalho teórico que apresenta transparece uma conceituação sobre a realidade linguística que, em certos aspectos, se aproxima muito dos caminhos que nos últimos anos a Semântica tem tentado percorrer.

Mais próximo dos tempos actuais, Anton Reichling, por exemplo, nos anos trinta e quarenta do século XX, na tradição da Semântica europeia que nunca partilhou o anti-mentalismo americano, defende uma noção de significado ligada aos processos mentais.<sup>(8)</sup>

A própria noção de *categoria* aparece, em Reichling, como ponto fulcral da estruturação semântico-cognitiva. As categorias são construções mentais estruturadoras da realidade linguística:

for him [Reichling], categories are a matter of knowledge (based on experience, but the latter is not a passive assimilation of reality). Categories exist because we construct them:

«If one wants to call the meaning-unities *categories*, then we can say that these categories are *thing-like*, because they are applicable to 'things', but they do not owe their usefulness to the ontological categories of these things, but to their own categorial constitution. The *thing-like* categories, which we establish in the meaning-unities, do not at all have to coincide with the categories of the things to which the meaning can be applied in one or the other way» [Reichling 1935: 253-254, our translation]. (Swiggers, 1997:250)

De certa forma, ainda que a noção de protótipo-elemento periférico não fizesse parte da sua concepção sobre as categorias, estas já eram compreendidas como áreas de significado mais ou menos próximas de uma categoria central que não abrangia da mesma forma todos os elementos por ela cobertos:

Categories are predicated as units of meaning, and this *predication* can of course be "applied" to elements with different characteristics. Contrary to Stern, who takes meaning as something *a posteriori* with respect to the "empirical fact" of categories, Reichling sees word-*significata* as frames which provide us with (loose) categories to be used with reference to things which do not necessarily belong to a single category [Reichling 1935: 251]. There is thus no change of meaning in Reichling's view, when we apply the word *bird* to different species of birds, nor is there change of meaning when we use the word *lion* to denote a brave man, or when we use *man* for "human being", "male human being", "male human being of a particular class [e.g., soldiers]". (Swiggers, 1997:250)

---

<sup>(8)</sup> "Reichling's theory of meaning can thus be defined as a theory of word-meaning: it is based on the claim that meanings are inherent in words, the constancy of meaning and word being intrinsically linked. It is also a theory of meaning which is grounded in the speech event, seen as the combination of a (linguistic) act and a thought. The roots of this theory lie in a philosophical-anthropological view, shaped by phenomenology, Gestalt-theory, linguistic structuralism, and Neo-Thomism: it assigns autonomy to language, it rejects physicalistic determinism, and emphasizes the creative role of the human mind as the shaping ground of categories." (Swiggers, 1997:250)

É evidente que a novidade que a perspectiva cognitiva e, dentro desta, a Semântica, trouxe se centra no facto de fazer com que o acto linguístico não se reduza à produção e descodificação dos enunciados. Ou seja, o linguístico não é sinónimo do verbalizado, mas envolve mecanismos e aspectos que a verbalização pressupõe. O linguístico não se reduz ao comunicável.

Ora este facto —que a língua não é apenas comunicação, exteriorização de concatenações verbais— é um dos pontos de partida do enfoque cognitivo.

Sempre foi tido como truísmo inquestionável que as línguas existiam para a comunicação. Por conseguinte, que era este o seu primeiro e mais importante fundamento. Por isso, é que a Linguística sempre privilegiou o estudo do acto linguístico na sua faceta de acto informativo, dando mais valor e considerando como "investigação de ponta" a Sintaxe, a Morfologia, a Fonética, a Pragmática e um pouco a Semântica... da frase, ou da palavra. O objecto de estudo das ciências da linguagem era normalmente identificado com "a mensagem linguística".

Segundo Ellis (1994), este foi o primeiro grande erro dos estudos linguísticos:

The first of these missteps can be stated very simply: it is the assumption that the purpose of language is communication. (Ellis 1994:15)

E explica a razão:

Nothing seems more reasonable than the assumption that the purpose of language is communication. But there is a subtle trap here: granted, a particular act of language use may result in communication between two people, but much must have happened before they could get that far. Suppose that the two were without a language; do they lack simply the means of communicating or something more? Surely the latter: without a language, they barely have anything to communicate. Language must first have had something to do with what there is to communicate and with what will be counted as communication. It is not just a means of transferring information, it is also, and far more importantly, the locus of the process of deciding what information is to be, and of instituting the kinds of information that will be available for communication. (Ellis 1994:17)

E assim, para Ellis, é em todo o processo anterior ao uso linguístico que se centra a principal problemática linguística: a categorização. Esta é o "coração da linguagem", como ele metaforiza:

I now turn to what seems to me the most central issue in linguistic theory: categorization. Categorization, not syntax, is the most basic aspect of language, and it is a process that must be understood correctly if anything else (including syntax) is to be understood; and categorization, not communication, is the most important function of language, one that is prior to all others. (Ellis 1994:27)

A categorização é, segundo ele, central em importância e primeira na ordem de execução, já que é através dela que é possível o acto linguístico. Só através da categorização é possível conceptualizar, "enformar" o mundo que queremos comunicar. Sem categorização, o mundo apresentar-se-nos-ia como um caos:

If situations themselves present a limitless variety, a language can only have a finite set of categories. It follows that language functions as the instrument of human knowledge and communication only because it simplifies the complexity of experience by reducing an infinite variety to a finite set of categories — the categories of a particular language, that is, for no two languages use the same set. This *simplification* is the central fact and process of categorization, and thus the central fact of language and the knowledge it affords us of our world. For communication to be possible, then, there must first have been a considerable degree of processing of experience — of analyzing it, abstracting from it, focusing and shaping it. It is in this complex process that the essence of language is to be found, not in communication per se. Indeed, communication is only of value to us because this prior process creates something that can be communicated and is worth communicating. Words do not label situations; they must relate one situation to others in order to be able to talk about them at all. Only a prior typology of situations and their aspects allows communication about any one of them to take place, because what is communicated is *not the facts of the situation merely in itself* (again, that is an impossible notion) but the place of that situation within the set of categories of the language. (Ellis 1994:29)

É evidente que considerar como **primeira função** da linguagem a categorização ou a comunicação, depende da perspectiva em que nos colocamos. A posição de Ellis é pouco sólida apenas no ponto em que considera a categorização como uma **função** da linguagem. Até que ponto se pode dizer que a linguagem **existe para** categorizar a realidade? Pensamos que será mais adequado dizer-se, não que as línguas existem para processarem mentalmente em categorias o mundo vivencial em que se insere o ser humano, mas que existem para transmitirem informação, possibilitarem comunicação, **necessitando para isso** de **primeiro** conceptualizarem aquilo que será a base da dita comunicação.

O mérito de Ellis, que o tem, está em fazer reparar que a Linguística tradicional tratou como parente pobre o aspecto da linguagem onde nasce toda a riqueza do sistema: a categorização. É aqui que a linguagem nasce; é aqui que as línguas se (en)formam. É, sem dúvida, este o ponto de partida de toda a actividade linguística.

No entanto, e ao contrário do que o próprio Ellis acredita, não foi ele o único a chamar a atenção para a importância que a categorização desempenha em toda a actividade linguística. Há já bastante tempo, na década de sessenta, e ainda quando a Semântica não-formal era tida como heresia mentalista a banir dos estudos da linguagem, Herculano de Carvalho fazia, no volume primeiro da sua *Teoria da Linguagem* (1ª Edição 1967), a diferença entre as funções interna e externa da linguagem:

Se considerarmos agora que o conhecimento é algo que se realiza no interior do próprio sujeito falante, ao passo que a manifestação o leva para fora de si, ao dar forma (ao menos potencialmente) externa ao conteúdo cognitivo internamente realizado, podemos designar aquela por *função interna* e esta por *função externa* da linguagem. (Carvalho 1983:29)

Se bem que ainda fosse cedo para utilizar a terminologia cognitiva, Herculano de Carvalho explicita a função interna da linguagem identificando-a com todos os mecanismos cognitivos que presidem à categorização linguística:

O conhecimento realiza-se na aquisição do saber linguístico. [...] Ao aprender palavras, expressões, formas gramaticais, a criança aprende a conhecer as realidades mesmas que essas palavras, expressões e formas gramaticais significam, e, nesta aprendizagem, o mundo desordenado e confuso das sensações, das percepções meramente sensíveis, adquire uma ordem: é que as formas linguísticas que aprende a identificar e a reproduzir, — as palavras e frases com as suas estruturas de relações, as categorias gramaticais—, não constituem, na sua totalidade, apenas um instrumento para a exteriorização, mas representam, antes disso, como que um esquema de compreensão da realidade, que permite apreendê-la, e apreendê-la ordenadamente, porque sujeitando-a a uma análise. (Carvalho 1983:31-32)

O que é isto senão a prioridade sequencial da categorização identificada explicitamente como **primeira função** da linguagem?

Mas Herculano de Carvalho é ainda mais explícito e descreve, de um modo que ainda hoje não se pode considerar nada primitivo, o processamento da categorização:

Esse processo de aprendizagem é ainda o que fornece ao indivíduo os instrumentos necessários para o conhecimento abstracto, — que é simultaneamente condição e resultado daquela análise da realidade —, visto que a palavra (que de início funcionaria como um simples estímulo) se vai, para a consciência da criança, tornando gradualmente em sinal, não de objectos particulares, mas de classes universais de objectos, fornecendo os esquemas e categorias que permitem aquela ordenação e compreensão do mundo [...]. Mas para o adulto — e mais genericamente para o indivíduo que se encontra já na posse ao menos dos princípios elementares de uma técnica linguística —, a aquisição do conhecimento, a apreensão da realidade, dá-se sobretudo no próprio exercício da actividade de falar [...] — constitui, pelo discurso, um acto de apreensão analítica em que a intuição global, gerada pelo choque imediato com a realidade, é decomposta numa série de elementos («o cavalo», «o correr», «o prado») que, através das palavras são reduzidos às categorias cognoscitivas depositadas no seu próprio saber e nelas identificados. A realidade momentânea, fugidia, e o dado de consciência que ela produz, igualmente momentâneo e fugaz, são assim fixados pela palavra e focados pela plena luz do conhecimento, através da análise a que foram sujeitos e da identificação das suas partes e do todo obtido por uma nova síntese (a da significação global da frase) com valores cognoscitivos de natureza genérica, que lhes são anteriores. (Carvalho 1983:32-33)

Herculano de Carvalho explicita bem, e longamente, a prioridade da função interna. É pena Ellis não o ter lido, porque assim já não dizia que ninguém antes dele, Ellis, viu a importância primordial da faceta cognitiva da língua. Herculano de Carvalho faz desta faceta a **primeira** a considerar no fenómeno linguístico:

Esta função interna, que consiste no conhecimento, deve considerar-se a função primária da linguagem, quer do ponto de vista do indivíduo falante, quer sob a perspectiva da própria comunidade. Quanto ao indivíduo, porque é através do conhecimento que ele se realiza como ser especificamente humano, isto é, como ser espiritual, distinto dos outros seres da natureza que, com ele, são dotados de vida e sensibilidade, e que são os animais; é por ele que constrói, — apreendendo e sujeitando a uma ordem as sensações, as volições, as ideias, — o mundo, já não caótico, mas ordenado, da realidade. (Carvalho 1983:34-35)

Herculano de Carvalho é tão ou mais radical do que Ellis na prioridade dada à categorização cognoscitiva, que liga à própria especificidade da racionalidade humana:

Visto que o homem se define relativamente aos animais como ser espiritual e portanto racionalmente cognoscente; visto que é o conhecimento racional aquilo que o caracteriza especificamente e continuaria a especificá-lo mesmo quando não fosse exteriorizado ou transmitido a outro, é evidente que aquilo para que a linguagem se encontra orientada é antes e primariamente o conhecimento e não a exteriorização. (Carvalho 1983:35-36)

Quer isto dizer que Herculano de Carvalho foi um cognitivista radical antes do tempo?

Talvez nem tanto. O seu mérito está em ter acentuado a importância primordialíssima que a relação **actividades cognoscitivas/ linguagem** desempenha em todo o processo linguístico. E focalizou-o antes de quase toda a gente. E quando trinta anos depois alguém diz que até aí a Linguística nunca tinha reparado que a função primordial da linguagem começa antes de qualquer acto de exteriorização, só pode ser por desconhecer a obra deste grande linguista português.

Daqui não se deve inferir que Herculano de Carvalho foi **realmente**, vinte ou trinta anos antes, um cognitivista. Se a *Teoria da Linguagem* parte daqueles tão meritórios pressupostos, o certo é que toda ela faz de conta que a problemática linguística se centra na *mensagem* no sentido estruturalista do termo: realização linguística. A função primária da linguagem, ligada ao conhecimento /categorização linguística da realidade não tem ao longo da vasta obra a importância que quem lesse o terceiro capítulo (*As Funções da Linguagem*) poderia supor.

Além disso, a perspectiva em que Herculano de Carvalho se coloca relativamente a este aspecto é bastante diferente da actual visão das ciências cognitivas. Nota-se perfeitamente que, para Herculano de Carvalho, o processo de categorização obedece aos mecanismos dedutivos da organização das realidades em classes estruturadas em termos de condições necessárias e suficientes comuns universalmente a todo o conceito/classe/forma linguística. Quando, numa das citações anteriores (Carvalho 1983:32) se refere às "classes universais de objectos" é à estruturação sémica em traços universalmente comuns a uma classe que se está a referir. Por outro lado, ver a categorização como decorrendo do homem como ser "racionalmente cognoscente" é perspectiva que as ciências cognitivas pretendem exactamente refutar. Ora para Herculano de Carvalho, como facilmente se comprova lendo a anterior citação, a função interna da linguagem, o conhecer antes de exteriorizar, baseia-se nos mecanismos racionais, em sentido cartesiano, do próprio ser humano. António Damásio diria que, aqui, Herculano de Carvalho caiu no erro de Descartes.

Um dos precursores (fundadores?) das correntes cognitivas em Linguística que é sempre apontado é o omnipresente Chomsky. No entanto, até que ponto se pode considerar Chomsky como causador da viragem linguística para a área cognitiva? É que



os pressupostos em que assenta a Linguística Cognitiva não são bem os mesmos da Gramática Generativa: a valorização da semântica e o tirar a sintaxe do centro da gramática. Como muito bem diz Ellis (1994) é a categorização semântica, e não a sintaxe, que se torna o centro motor do fenómeno linguístico.

A chamada "revolução chomskiana"<sup>(9)</sup> trouxe, realmente, a dimensão cognitiva para o centro da problemática linguística. Só que o cognitivismo de Chomsky está ligado aos aspectos teóricos da relação linguagem-pensamento e sobretudo aos fundamentos da hipotética Gramática Universal. É esta "construção" que o cognitivismo chomskiano sobretudo persegue.

No entanto, na modelização gramatical que a GGT apresentou desde as suas primeiras propostas, a dimensão semântico-cognitiva sempre foi secundarizada. Primeiro tida como não pertinente para o modelo de gramática, depois "auxiliar" da componente sintáctica, mas sempre colocada, relativamente à centralidade linguística da sintaxe, numa dimensão longínqua, inacessível, desconhecida. Não é por acaso que a componente semântica é atirada para a estrutura "profunda".

Se Chomsky pretendia aliar os mecanismos gramaticais aos mecanismos mentais da percepção da realidade, as teorias que se reclamaram chomskianas tiveram um efeito perverso, porque levaram exactamente ao oposto. As modelizações linguísticas apresentadas perseguiam um ideal de formalização unívoca e lógico-matemática para os fenómenos linguísticos. Na sua concepção de unidade lexical, por exemplo (já que é a dimensão que aqui e à Semântica Lexical mais interessa), a GGT é nítida e inequivocamente componencial, entendendo cada palavra como decomponível em traços necessários e suficientes, alguns dos quais constituiriam um núcleo que caracterizaria a categoria. Aliás, pensamos mesmo que as formalizações generativas levaram mais longe do que o próprio estruturalismo de raiz europeia esta composicionalidade. O ideal seria, para a GGT, traduzir as oposições entre todas as formas em traços de binaridade opositiva. Por isso o "plural" passa a ser designado por [-singular], os substantivos/nomes são [+N(ome), -V(erbo)], os verbos identificados como [-N, +V], os adjectivos passam a ser [+N, +V] e as preposições [-N, -V].

Talvez o facto de os modelos da GGT serem constantemente reformulados se deva, em parte, a este mesmo facto: quanto mais as análises se matematizavam, formalizavam e logicizavam, menos pareciam retratar as intuições linguísticas e cognitivas dos falantes. A reformulação incessante da GGT mostra, simultaneamente, a sua principal virtude e o seu principal defeito. Por um lado, o facto de ser uma concepção simultaneamente mentalista e aspirando à universalidade linguística implica que pode absorver sempre novas reformulações porque pode englobar todas as evidências (ou as coisas tidas como tais) que se vão progressivamente impondo em

---

<sup>(9)</sup> Sobre este aspecto, e com este título, ver Batoréo 1996b, capítulo 2.2.

ciência. Por outro lado, a sua esquematização tão generalista (no domínio cognitivo) permite axiomas de difícil comprovação prática. É por isso que é tão difícil provar os fundamentos cognitivos da GGT como... negá-los.

Com o que dissemos pretendemos distinguir dois âmbitos: se globalmente o paradigma generativo fez da dimensão cognitiva o pano de fundo da realidade linguística, por outro lado, a adoção da composicionalidade, juntamente com a busca de formalizações consideradas tanto mais rigorosas quanto mais unívocas e matematizadas, acarretou a desvalorização da Semântica Lexical e da importância desta na compreensão dos fenómenos linguísticos.

António Damásio censura Descartes por ter convencido os biólogos a adoptarem, até à modernidade, "uma mecânica de relojoeiro como modelo dos processos vitais".<sup>(10)</sup> Se não Chomsky (que se reclama herdeiro de um cartesianismo linguístico), pelo menos os chomskianos construíram um paradigma dominante em Linguística (até ao surgimento da Linguística Cognitiva) que também buscava a mesma mecânica de relojoeiro. Por isso mesmo, os problemas da Semântica Lexical e da cognição/conceptualização, como não se encaixavam nesses mecanismos, metendo até algumas areias nas engrenagens, eram olhados com desconfiança.

A este propósito, para Ellis (1994), o abandono a que a Semântica (pelo menos a lexical) foi votada até aos nossos dias é uma consequência da pseudocientificidade exclusiva que a Gramática Generativa se auto-atribuía. Seguindo a tradição cartesiana de que a ciência deve partir do mais simples e particular para o mais complexo e geral, Chomsky quer construir a sua teoria linguística como degraus de uma escada; só quando o primeiro está seguro é que devo construir o segundo; para atingir o terceiro tenho que ter os dois primeiros firmes, e assim sucessivamente.

Segundo Ellis, esta ideia de construção da ciência é uma ideia profundamente errada. Em ciência, nunca podemos ter um ponto em que nos apoiemos com toda a certeza e indefinidamente. A descoberta do segundo degrau vai fazer-nos rever o que tínhamos por adquirido no primeiro. Toda a descoberta científica não é mais um degrau que se vem apenas juntar aos anteriores, mas é antes uma nova forma de (re)ver aquilo que antes se tinha proposto. Daí que o processo científico tenha que ser visto como dialéctico e não apenas meramente sumativo/ somativo.

De acordo com Ellis, a Gramática Generativa pretende assentar neste pressuposto falsamente científico: primeiro o simples, o facilmente formalizável; depois o mais complexo e não-formalizável ou dificilmente formalizável:

Generativ grammar was founded, therefore, not on scientific method, but on a then popular delusion about science that had been especially common among humanists. The decision to start with what seemed easier to deal with given the

---

<sup>(10)</sup> Damásio 1985:253.

broad framework of prevailing attitudes to language meant choosing to concentrate on the systematization of syntax (which looked relatively easy to systematize) but avoiding meaning (which did not). That in turn led to the temptation to assign much more importance to the one than the other for the understanding of language, and even to pronouncing meaning to be outside the framework of science altogether. (Ellis 1994:22)

Poder-se-á dizer que o enfoque cognitivo e a própria ressurreição da Semântica Lexical se impuseram **por causa** do generativismo ou **apesar** do generativismo?

Por outro lado, em que sentido se deve entender que "a diversidade lingüística parece estar completamente sustentada por uma espécie de gramática universal geneticamente determinada, como Chomsky vem propondo desde a década de 50"? (J. Campos 1996:81).

O que as investigações cognitivas parecem demonstrar é que os "universais linguísticos" são cada vez menos linguísticos para continuarem a ser universais. A não ser que se entendam como universais linguísticos possíveis universais cognitivos de uma forma muito genérica. Neste caso, a espacialidade será um domínio privilegiado para o comprovar: *alto/frente* associado ao positivo e *baixo/atrás* ao negativo ou a configuração espacial do mundo a partir do modelo corpóreo humano são, naturalmente por razões cognitivas, aspectos presentes em todas as vivências humanas.

### 1.2.2. A incapacidade explicativa de alguns fenómenos semânticos

A grande novidade que a Semântica Cognitiva traz centra-se essencialmente no facto de libertar o significado/conceito da necessidade dos semas comuns/nucleares. Em todas as análises feitas pela perspectiva da Semântica estruturalista era um autêntico quebra-cabeças tentar "encontrar" os semas nucleares, obrigatórios, que cada conceito, cada unidade lexical "tinha que ter". Os resultados de uma análise nesta perspectiva levavam, em primeiro lugar, a propor como nucleares semas (traços) demasiadamente genéricos e nada pertinentes para a individualização semântica de uma unidade. Além disso, como era verdadeiramente impossível, por vezes, encontrar o que quer que fosse de comum, sobretudo em lexemas de grande abrangência, como por exemplo *passar*, *andar*, *deixar*, propunham-se séries numerosas de homónimos.

Toda a formalização (mais aparente que real) que a Semântica estrutural buscou tentava, muitas vezes, esconder a real impossibilidade de encontrar a verdadeira essência conceptual das unidades lexicais que não contradissesse, antes fosse ao encontro, da intuição lingüística dos próprios falantes da língua analisada.

Esta atracção pelo formalizável a todo o custo levou a destacar exageradamente os aspectos opositivos pelos quais as unidades se opõem. O axioma saussureano que defende que as unidades linguísticas são primordialmente valores opositivos e negativos foi a trave mestra de todo o edifício teórico.

O Círculo Linguístico de Praga vai aplicar à Fonologia, com assinalável sucesso, esta metodologia. Em seguida, a Semântica de Greimas, Pottier e Coseriu (para só citar os fundadores mais representativos que dominam até aos anos setenta do século XX) vai tentar construir as suas análises tendo por modelo exactamente as análises fonético-fonológicas. E assim, se a Fonologia tinha femas, fememas, fonemas e arquifonemas, a Semântica vai ter semas, sememas e classemas; se a Fonologia se situava entre os femas pertinentes e não pertinentes para a constituição do femema, a Semântica buscava distinguir os semas facultativos dos obrigatórios na constituição do semema.

Nesta tentativa de construir duas ciências tão diferentes (Fonologia e Semântica) sobre o mesmo esquema metodológico, esteve o relativo impasse a que chegou a Semântica dita estruturalista.

Na realidade, há diferenças abismais entre o objecto de uma e de outra. E as análises semânticas que quiseram copiar as análises fonológicas não repararam nisso, ou não tiveram tal facto em atenção.

A Fonologia parte dos sons produzidos pelos falantes. E como é que cada falante entra em contacto e apreende os sons que vai utilizar? Ouvindo os outros falantes e tentando imitá-los. Grosseiramente simplificando, isto significa que cada ser humano tem que lidar desde muito cedo com vários sons, tendo de aprender que o que verdadeiramente importa é distinguir cerca de três dezenas de sons diferentes. E tal como nas cores, o processo de distinção é baseado na comparação entre esses mesmos sons, verificando o que é importante e mais ou menos sempre presente e distinguindo-o do que é mais raro ou não significativo. Está em jogo "construir" e manipular, como já se disse, um sistema de cerca de trinta unidades.

Ora o sistema semântico é radicalmente diferente. O que está em jogo, não é um sistema fechado de poucas unidades, mas um sistema aberto de número indefinido. Agora, as unidades não podem ser apreendidas por simples comparação com as outras, já que a tarefa se revela impossível. Cada unidade, cada palavra-significado, começa a ser percebida pelas relações cognitivas que ela estabelece entre falante-palavra-realidade. Enquanto os traços fonéticos que servem para construir o sistema dos sons são pouco numerosos e tendencialmente opositivos, os elementos construtores do significado coincidem com a totalidade do conhecimento que a criança vai tendo sobre o mundo e sobre si mesma, o que implica dizer que a complementaridade é muito mais frequente que a oposição binária.

Por isso mesmo, é que cada unidade-som pode ser detectada tendo apenas conhecimento do sistema linguístico "puro": dos sons que a criança vai ouvindo, independentemente de mais nada. Mas cada unidade-sentido não pode funcionar apenas dentro do sistema linguístico "puro": ela remete sempre para os aspectos cognitivos sobre a realidade extra-linguística.

A experiência que cada um de nós tem prova isso mesmo: é possível apreender o sistema fonológico de uma língua ouvindo apenas pronunciar as palavras e as frases dessa mesma língua: o que quer dizer que as unidades são apreendidas e construídas por um processo de oposição entre os elementos. Mas tal não é possível para compreender o significado dessas unidades. Para tal, temos que sair da língua-sistema e apelar para tudo aquilo que já sabemos sobre o mundo. Aqui, o valor das unidades não é apenas opositivo e negativo: é qualquer coisa que se apreende na relação com o mundo e que simultaneamente ou depois, se insere na língua.

Por estas razões, é que não se pode dizer que todas as unidades linguísticas são da mesma forma negativas, opositivas e relativas a todo o sistema. Também aqui umas são mais do que outras. As fonológicas muito mais do que as semânticas.

Por isso se compreende que a concepção de significado estruturalista não seja muito frutuosa: as várias relações sintagmáticas e paradigmáticas nas quais o signo se insere não "formam" o significado nem dizem nada sobre ele se se não souber, *a priori*, o que realmente vale esta ou aquela palavra. Quer-se dizer, para estabelecer as relações semânticas que um signo mantém com os outros, temos de primeiramente saber o significado básico (prototípico) desse mesmo signo. O que implica que não é a rede em que ele se insere que lhe confere o valor: o seu significado é que permite que o falante o insira em determinado lugar da rede.

É evidente que se se olhar para os dois sistemas *a posteriori* já construídos e tomando-os como acabados e finitos, é possível conceber o sistema das unidades semânticas de uma forma semelhante ao das unidades fonológicas. Mas é um puro engano, já que os dois diferem muito, não apenas quanto à natureza das unidades, mas igualmente quanto ao processo de apreensão e construção (pelo falante) das mesmas.

E se falamos nesta perspectiva estruturalista "dura" é porque ela é, ainda hoje, a dominante em muitas análises semântico-lexicais. Conceber cada unidade como uma **forma** que se estrutura relativamente a outras **formas** por processos lógico-matemáticos de oposição, inclusão e implicação continua a ser o enfoque preferido. A língua é vista como uma estrutura de oposições intra-sistemáticas.

Isto nota-se sobretudo nas concepções sobre a língua que são apresentadas em domínios, não de Semântica Lexical, mas em áreas que fazem fronteira com esta última, como a filosofia da linguagem. Veja-se, por exemplo, como em Vuillemin 1997 (Enciclopédia Einaudi, *Conceito — Filosofia/Filosofias*) é concebido o processo antonímico:

Partamos de um facto da linguagem. Em todas as línguas se constata numerosos casos em que existem termos ou enunciados como contrários. São os antónimos: branco/negro, pesado/leve. Quando dois antónimos são suficientes para determinar o campo completo de uma relação de contrariedade, definiu-se simplesmente o significado-estímulo de um enunciado  $E'$ , considerado como o contrário de um enunciado  $E$ , trocando respectivamente os seus significados-estímulo afirmativos e negativos. Se o significado-estímulo de  $E$  for o par ordenado de duas classes de estímulos contrários,  $\langle\sigma, \sigma'\rangle$  o de  $E'$  consistirá no mesmo par considerado na ordem inversa, isto é,  $\langle\sigma', \sigma\rangle$ . (Vuillemin 1997:96)

Conceber assim a oposição antonímica (como poderá, nesta perspectiva ser o caso do nosso trabalho, a oposição *frente/trás*) equivale a ver as unidades linguísticas como unidades perfeitamente formalizáveis, oponíveis por processos de simetria geométrica e, portanto, devendo ser tendencialmente, a respectiva análise, formal:

Um signo tem, portanto, um valor por via da sua contraposição com os outros signos. Consideremos, por exemplo, uma dada modalidade sensorial. Suponhamos que uma língua  $l$  faz corresponder quatro palavras  $E_1, E_2, E_3, E_4$ , e outra  $l'$  faz corresponder apenas três palavras  $C_1, C_2, C_3$ , e que da comparação das estimulações resulta  $\sigma_1 = \gamma_1$ . Se apenas constassem as associações dos significantes com os significados, poder-se-ia concluir que  $\sigma'_1 = \gamma'_1$ . Os dois significados-estímulo de  $E_1$  e  $C_1$  seriam então idênticos. Na linguagem de Saussure, dir-se-ia que, como os significantes (os significados-estímulo no sentido de Quine) das palavras são similares, é possível afirmar a similitude dos seus valores (ou seja, das suas significações). Esta inferência seria ilegítima. Com efeito,  $E_1$  está associado a  $\Sigma_{E_1}$  pela sua associação com os signos  $E_2, E_3, E_4$ , enquanto  $C_1$  está associado a  $\Sigma_{C_1}$  pela sua associação com os signos  $C_2$  e  $C_3$ . Os sistemas destas associações são diferentes e, como a determinação dos contrários  $\sigma_1/\sigma'_1, \gamma_1/\gamma'_1$  depende destes sistemas, as estimulações positivas correspondentes a dois enunciados podem coincidir—como também os seus significados-estímulo—, sem por isso implicarem a identidade da sua significação geral. (Vuillemin 1997:98)

E se cada unidade é composta por traços perfeitamente delimitáveis, é lógico que esses traços sejam reconhecidos e partilhados da **mesma forma** por todos os falantes. E, naturalmente, o processo linguístico ente LOC e ALOC é perfeitamente biunívoco: o ALOC descodifica **exactamente** aquilo que o LOC codificou, num processo inverso de funcionamento:

para que a comunicação seja determinada do ponto de vista do auditor, deve ser possível reconstruir, a partir de um fonema dado, o conjunto dos traços distintivos de cuja combinação resulta. De igual modo deve ter sido possível decompor de modo unívoco um monema e um enunciado numa sucessão determinada de fonemas e de monemas. As funções que entram na produção do significante são, pois, biunívocas. As sua biunivocidade garante a possibilidade de descodificar sem ambiguidade a mensagem. Simplificando um pouco a situação com a eliminação dos casos de homonímia de enunciados, o ouvido do auditor executará às avessas o trabalho levado a cabo pelo seu interlocutor sob a forma de articulação. Precisar-se-á de compor, na ordem inversa, três funções inversas das funções de articulação: segmentar a mensagem em monemas, estes em fonemas, e estes últimos em traços distintivos. A natureza funcional biunívoca das operações assegura os dois interlocutores do facto de que, à partida e à chegada, terão codificado e descodificado a mensagem do mesmo modo. [...]

O papel que têm então as funções biunívocas e finitas e as suas funções inversas é o de aplicar o paradigma implícito ao sintagma explícito. É precisamente este papel que faz do significante o modelo do significado. Uma vez analisada em elementos a situação a comunicar, a cada elemento do significado deverá corresponder um elemento do significante, ou seja, um monema; e cada monema que faz parte do sintagma deverá ser o valor de uma função biunívoca que tem o seu argumento no espaço de acção finito e fechado que constitui o seu paradigma ou âmbito de definição. (Vuillemin 1997:100-101)

Esta concepção do processo linguístico, muito difundida e partilhada pelas teorias de âmbito estruturalista, embora **globalmente** certa é **realmente** errada.

Em primeiro lugar, é errada no que se aplica ao significante, já que o ALOC não ouve os mesmos sons que o LOC produziu com todos os respectivos traços opositivos; ouve uma mancha sonora a que depois faz corresponder determinadas associações. É sobejamente sabido que quando se ouve um fone de uma língua estrangeira não se detectam todos os traços pertinentes a essa língua, mas à língua do ALOC que ouve. Nós não percebemos fone a fone e "dentro" de cada um destes os respectivos traços distintivos, mas manchas sonoras globais.

Por outro lado, ao contrário do que expressamente Vuillemin afirma e como há pouco se referiu, o processo do significante não é idêntico ao do significado, como defendia certo estruturalismo. O seu modelo de análise semântica era um decalque da análise fonológica: aos traços mínimos da Fonologia (femas), correspondiam os traços mínimos semânticos (semas). Para esta perspectiva, a unidade fonológica era composta pelo conjunto dos traços pertinentes (o femema do fonema); a lexia semântica, de igual

modo, era composta por um conjunto de semas (semema) sendo alguns nucleares e obrigatoriamente atravessando toda a palavra/conceito.

Nesta perspectiva, quando o LOC utilizava a palavra {P}, utilizava essencialmente um semema composto de traços centrais que o ALOC conhecia. A função deste seria descodificar, por um processo de reversibilidade, os traços mínimos que compunham o semema de {P}. Nesta óptica, sim, a biunivocidade do processo linguístico é perfeita.

No entanto, a Semântica Cognitiva chama a atenção para um "pequeno" pormenor: na **realidade** pode haver desfasamentos entre o codificado e o descodificado. Por erro linguístico dos interlocutores? Normalmente não. É que cada unidade linguística, na verdade, não é composta por um conjunto de traços partilhados de igual modo pelos interlocutores, mas antes representa um **modelo mental** relacionado com todo o percurso cognitivo do falante. E se bem que se aceite que globalmente os modelos mentais dos locutores, em grande parte, coincidem, também se acentua o facto de poderem ser substancialmente diferentes.

Como Lakoff defende, o significado nem é puramente subjectivo, individual, aleatório, nem completamente determinado pela parte comunitária da língua — pelo conceito saussureano de *langue*:

The view that we have suggests that meaning is neither purely objective and fixed nor completely arbitrary and relative. Rather, there are intermediate positions, which say that meaning comes out of the nature of the body and the way we interact with the world as it really is, assuming that there is a reality in the world. We don't just assume that the world comes with objectively given categories. We impose the categories through our interactions, and our conceptual system is not arbitrary at all. It is greatly constrained by the nature of the body, by the nature of our perception, by the nature of the brain, and by the nature of social interaction. Those are very strong constraints, but they do not constrain things completely. They allow for the real cases of relativism that do exist, but they do not permit total relativism. (Lakoff 1995:121)

A força das teorias estruturalistas do significado tem perdurado muito para lá da própria época dourada do estruturalismo. A ideia de que há um conjunto de traços significativos comuns a cada categoria é um ponto quase inquestionável para muitas descrições linguísticas. Só que quase nunca se detecta realmente o que há de comum:

au niveau sémantique, on trouve des significations contextuelles et des significations situationnelles. Mais seule l'existence d'éléments invariants permet de reconnaître les variations. Au niveau du sens comme au niveau du son, le problème



des invariants est un problème crucial pour l'analyse d'un état donné d'une langue donnée. Ces invariants, embarrassants pour le cryptanalyste, son familiers au décodeur indigène qui, mis en présence d'un énoncé nouveau, sait d'avance ce que les mots veulent dire. [...] (Pergnier 1980:188).

Nous réserverons le terme de signification à la "valeur" qu'acquiert le signe par "les rapports et les différences avec les autres termes de la langue", et qui se manifeste, dans l'intérieur du signifié, comme un "invariant sémantique". Nous dirons, de ce point de vue, que *tableau*, malgré la variété des concepts auxquels il renvoie, *signifie* toujours la même chose, c'est-à-dire que ce qu'il le différencie des autres termes de la langue est une valeur constante qui constitue l'unité de son signifié. (Pergnier 1980:189-190)

Pergnier, no entanto, nunca chega a dizer o que é que há de comum e de invariante em todos os sentidos de "quadro" (*tableau*).

Já a propósito da palavra inglesa *record*, abordando a problemática da tradução, apresenta o que pensa ser o semema, o núcleo sémico invariável para toda a categoria:

C'est qu'en effet *record* ne signifie aucune des notions énumérées, mais qu'il signifie toujours la "même" chose quels que soient les contextes dans lesquels il entre. [...] Quel que soit le vouloir-dire du locuteur qui utilise *record*, quels que soient les contextes dans lesquels il est inséré, le mot lui-même ne "signifie" jamais qu'une seule chose, qu'on pourrait essayer de rendre par l'approximation: "qui garde la mémoire de..". Pour inconsciente qu'elle soit, cette valeur constante du signe n'en est pas moins présente dans tous les emplois. (Pergnier 1980:198-199)

Note-se, em primeiro lugar, o pouco auto-convencimento ou auto-satisfação intelectual com que Pergnier fica depois de ter "encontrado" o núcleo que "significa sempre a mesma coisa". Diz que tal núcleo "significa", entre aspas, como que a reconhecer que o que ele apresenta não corresponde ao verdadeiro ou fulcral significado de *record*. Depois diz que esse significado só pode ser dado por "aproximação"! Termina, afirmando que este significado é "inconsciente", embora "presente em todos os usos" da palavra.

No entanto, a única certeza que Pergnier apresenta é bastante incerta, como qualquer verificação comprova: um disco virgem, antes de ser gravado, não é um *record*? Só passa a ser *record* no momento a seguir a ser gravado? E um disco gravado que, por qualquer motivo, se desgravou, deixou de ser *record*? É evidente que nestes dois casos, embora não haja nada "que guarde a memória de", continuam os objectos a poderem ser inseridos na categoria *record*.

O peso de concepções semânticas como estas, que pressupõem haver sempre um conjunto de semas necessariamente presente no semema de uma palavra, continua a manifestar-se, mesmo em linguistas que aceitam a validade da linguística cognitiva, como por exemplo Pottier.

Quando Pottier analisa os saberes sobre o mundo que têm implicações na língua, dá como exemplo o conceito de *aldeia*:

La evocación de una lexía como *aldea* desencadena un conjunto de conocimientos, unos evocados de modo necesario (tales como "casa", "habitantes", "pequeña extensión"), otros posiblemente traídos a la memoria al mismo tiempo ("iglesia", "mercado" ...). Estos últimos entran en lo que denominamos el virtuemá o conjunto de semas disponibles y, en consecuencia, ya conocidos por el usuario. (Pottier 1993:22)

Pottier substitui a designação "traços sémicos" por *conhecimentos*, numa aproximação visível à Semântica Cognitiva. No entanto, nem estes "conhecimentos" considerados necessários o têm que ser. Pode haver uma aldeia desabitada (portanto, sem habitantes): em Portugal temos cada vez mais exemplos. Pode haver mesmo uma aldeia sem casas, mas com habitantes vivendo, por hipótese, debaixo de enormes árvores ou em outros abrigos naturais (grutas, por exemplo). E o traço de *pequena extensão*, apontado por Pottier, também não é determinante: há aldeias maiores do que algumas cidades.

Mais à frente, na mesma obra (Pottier 1993:61), a influência das clássicas teorias do significado ressalta novamente:

Formas muy variadas de un mueble que presentan cierto número de características en común pueden designarse de manera inmediata como *mesas*. Son los 'nombres comunes', que tienen la facultad de poder tener como referentes infinitas entidades, gracias a ese extraordinario don de abstracción denominado conceptualización.

A abstracção de que Pottier fala consiste, pois, em detectar os traços sémicos comuns (dos semas centrais) de uma dada forma. No entanto, mesmo o exemplo de *mesa* apresentado é elucidativo. Como quase sempre acontece, em todas as análises do género, não se indica quais são as características em comum que todos os objectos categorizados como *mesa* têm. O que é que uma mesa tem de ter para ser *mesa*? Ter quatro pernas, duas ou uma? É mesmo possível haver mesas sem pernas: uma tampa assente num rochedo, como existem em muitos parques para piqueniques. E a função? *Objecto onde se comem as refeições*. É evidente que também este traço não é obrigatório: há mesas que servem apenas para decoração, mesas para o telefone, mesas

para trabalhar (uma mesa para corte, na indústria têxtil), etc., etc., etc. Além disso, é possível imaginar uma mesa tão grande e tão alta que não servisse para nada (apenas para figurar no livro dos recordes mundiais).

Quando Pottier identifica *conceptualização* com *abstracção* tem em mente o processo de detecção dos tão ansiados "semas comuns". Ora como estes podem não existir, a conceptualização não se identifica com *abstracção*, como parece querer dizer Pottier. Ou seja, o reconhecimento de que um objecto pertence à categoria {X}, podendo esse objecto/realidade ser designado por {X}, não se faz por abstracção no sentido de **eliminação** das suas características não comuns com os objectos/realidades que podem ser designados também por {X}. Precisamente pelo contrário: em vez de **eliminar** determinados traços (os chamados semas específicos) o que a conceptualização faz é tentar **reconhecer** nos traços do objecto/realidade alguns dos traços que são atribuídos a {X}.

A própria maneira como a criança começa por denominar as realidades que a cercam, aponta para, desde o início, uma aproximação ao **conhecido mais semelhante**, que serve de protótipo. Assim, quando uma criança aprende a designar, em primeiro lugar, um cão como um "ão-ão", ela utilizará o mesmo signo para o gato, o coelho ou para o porco, mas já mais dificilmente para um pássaro ou para uma borboleta:

Nas metáforas mais precoces, os objectos familiares são 're-baptizados' com base nas similaridades perceptuais e funcionais que o objecto ausente apresenta em relação ao objecto presente com o qual está a ser comparado. Estas comparações baseiam-se em uma ou duas propriedades dos objectos, mais do que numa apreciação global das suas propriedades. (Amarante 1994:90)

Se a conceptualização se baseia mais nas propriedades semelhantes do que nas diferentes, é sinal que o mecanismo básico não é a abstracção, mas a identificação por comparação. Além disso, as propriedades que servem para incluir os objectos/realidades numa dada categoria podem ser quaisquer das que o objecto possui, mesmo as designadas "acessórias", e não apenas as consideradas (e porquê?) nucleares.

As teorias que se baseiam no pressuposto de que a categorização assenta no reconhecimento de um determinado número de traços como componentes de um núcleo semico comum a toda a categoria costumam ser designadas por Teorias das Condições Necessárias e Suficientes (CNS)<sup>(11)</sup>.

Uma teoria de CNS parte do pressuposto de que a conceptualização se faz pela apreciação global das propriedades, facto que, ao que parece, a Psicologia Cognitiva (e o senso comum) desmentem. A ideia que a conceptualização se faz por

---

<sup>(11)</sup> Ver Kleiber 1990:41 e seguintes.

oposição dos traços "fundamentais", "nucleares", é ainda herdeira da concepção saussureana das unidades linguísticas como entidades relativas, opositivas e negativas: uma unidade é aquilo que as outras não são. Ora esta análise pode ser feita *a posteriori*, mas não é esta a metodologia conceptual que o ser humano utiliza na cognição que faz do mundo e que deposita nas línguas.

A formalização que a Semântica estruturalista europeia pretendeu fazer foi exponencialmente desenvolvida sobretudo pelas escolas americanas. As chamadas Semânticas formais (de índole lógico-matemática e computacional) e a Semântica das condições de verdade ao pretenderem analisar o significado linguístico como uma realidade unívoca e formalizável são também semânticas de CNS. Cada lexia/enunciado corresponde a um conjunto determinado e determinável de variáveis intra-sistemáticas, independentes do processo de conceptualização. Entendia-se que o processamento da informação linguística era não só comparável com, mas igualmente formalizável como, a informação cibernética ou computacional.

Lakoff (1995), numa publicação em forma de entrevista, resume o seu percurso dentro da Semântica, ao mesmo tempo que apresenta as principais razões pelas quais uma Semântica das linguagens naturais terá que optar pelos métodos da Semântica Cognitiva:

(Entrevistador): *So there was this difference: objective semantics with reference and truth conditions on the one hand, and a lot of examples on the other hand suggesting that it could not work like that, that human beings perceiving the world and acting in it give meaning to things.*

G. Lakoff - I began to appreciate this between 1975 and 1979. I was influenced by Rosch's work on prototypes and basic level categories, by the work on the neurophysiology of color vision and its relationship to color categories; there was Fillmore's work on frame semantics, my own work on metaphor. Around the same time, Len Talmy and Ron Langacker began discovering that natural language semantics require mental imagery. Their early works on this are absolutely brilliant. They showed that semantic regularities required an account of image schemata or schematic mental imagery. Reading their work in the late seventies, I found out that it fit in very well with all the other things I had discovered myself or found out through other people. (Lakoff,1995:120)

A problemática da evolução das línguas também não se coaduna muito bem com as concepções das CNS. Como nem sempre são os chamados semas nucleares do classemas os elementos destacados num acto comunicativo, mas outros, que se situam nas fronteiras significativas, as línguas tornam-se maleáveis e sempre sujeitas à mudança. Como reconhece o próprio Vuillemin:

Certamente que o léxico de uma língua é, em certa medida, indefinido, em virtude de um processo contínuo de criações e quedas em desuso. (Vuillemin 1997:101)

Ora estas «criações e quedas em desuso» em rigor são inexplicáveis numa perspectiva estruturalista dura. Se cada unidade é um bloco coeso, essencialmente com um núcleo sémico estável, comum a todos os interlocutores, como se explica que as palavras se alterem (e tanto!) semanticamente? Ou seja: se a palavra {P} é para todos os falantes essencialmente constituída pelos traços/semas {1,2,3,4,5,6}, segue-se que quando o falante {A} comunica {P} ao falante {B}, quer {A}, quer {B} entendem {P} como {1,2,3,4,5,6}; quando comunicam com outros falantes, a mesma coisa: {P} será sempre entendido como {1,2,3,4,5,6}. Encaradas desta forma, as unidades lexicais dificilmente estariam sujeitas à mudança, porque todos os falantes que as utilizassem "segundo o sistema" as utilizariam estável e biunivocamente entre LOC e ALOC.

Na perspectiva da Semântica Cognitiva compreende-se muito melhor a mudança a que as línguas estão sujeitas. Como a língua não está desligada da realidade que retrata, nem dos sujeitos que a falam, as unidades não se opõem por mecanismos unicamente intra-sistemáticos, mas por todos os factores cognitivos que os falantes associam e projectam nas unidades que utilizam. Por isso, não pode haver um núcleo sémico estável e comum "no sistema" que depois todos os falantes contextualizariam, correspondendo antes cada unidade a um modelo mental mais ou menos semelhante, numa perspectiva de prototipicidade, aos modelos partilhados pelos outros falantes. E assim a palavra {P} já não é constituída para o sistema (para todos, idealmente) pelos mesmos traços {1,2,3,4,5,6}. Para o falante {A} poderá conter os traços {1,2,3,4,5}, para o falante {B} os traços {2,3,4,5,6}, para {C} {3,4,5,6,7}. Como se compreende, pode haver um número indeterminado de modelos **realmente** diferentes mas que os falantes tomam por idênticos: o modelo de {A} é semelhante ao modelo de {B}; o deste ao modelo de {C} e assim sucessivamente. Esta semelhança entre os modelos que representam as palavras permite que a comunicação possa decorrer com sucesso: quando os falantes {A} e {B} intercomunicam a palavra {P} entendem-se porque atribuem a {P} modelos mentais no mínimo muito semelhantes. No entanto, as pequenas diferenças que (sempre) podem existir entre {P} do falante {A} (representado como {1,2,3,4,5}) e {P} do falante {B} ({2,3,4,5,6}) são suficientes para ao longo dos tempos permitirem que de um modelo normativo (o de {A}, por exemplo) se possa passar para outro que a norma acabe por aceitar. Estas pequenas diferenças entre modelos mentais que as palavras representam (que o estruturalismo designava por semas auxiliares, periféricos, conotações, ...) podem tornar-se —e tornam-se— ao longo dos tempos elementos centrais do respectivo significado. Como demonstra a Teoria do Caos, pequenas alterações, de início desprezíveis, podem tornar-se, ao fim de certo

tempo, em factores importantes de alteração do modelo: é a célebre frase que diz que o bater das asas de uma borboleta em Pequim pode causar um tufão em Nova Iorque.

Esta perspectiva da Semântica Cognitiva ajusta-se ao que Saussure disse sobre a diacronia: uma identidade diacrónica (*nojo* [*tristeza*] > *nojo* [*repulsa*]) resulta de uma série de identidades sincrónicas. Ora estas "identidades sincrónicas" são identidades virtuais e não reais: quer dizer, os falantes "fazem de conta" que o significado que atribuem a cada unidade que utilizam é exactamente o mesmo que os outros atribuem; no entanto, na realidade, cada falante possui o seu modelo mental de determinada unidade que não é necessariamente igual para todos. Pode, assim, dizer-se que se as identidades diacrónicas são identidades de projecção, reais para a língua (histórica) e irreais para os falantes (que não têm consciência delas), as identidades sincrónicas são identidades reais para os falantes, mas virtuais na língua (sincrónica) enquanto sistema partilhado.

É esta não homogeneidade entre os modelos mentais que os falantes possuem sobre a "mesma" palavra que favorece a mudança linguística. Como o estruturalismo via a língua apenas como uma rede de relações abstractas que compunham um sistema independente da realidade referente e do sujeito referidor, via a mudança linguística como um desequilíbrio do sistema. Se as unidades são valores inter-opositivos, as mudanças operadas nessas mesmas unidades só poderiam ser explicadas dentro do sistema de valores a que pertenciam. E assim, a linguística histórica acabou por ser monosprezada, porque, para explicar as mudanças, tinha que recorrer, muitas vezes, à unidade fora do sistema e ligada à referencialidade que desempenhava, bem assim como às condições sociais e antropológicas (cognitivas, poderíamos hoje dizer). Para o estruturalismo, a explicação da mudança linguística interessava quando tendia a provar que a alteração de uma unidade afectava todo o sistema. Mas, obviamente, há uma etapa anterior: Por que é que essa **uma unidade** mudou? E como se tinha que "descer" à realidade extra-sistema, a metodologia histórica, bem assim como os seus resultados, ficaram um pouco arredados do modelo científico-formal para o qual se voltavam todas as análises.

Ao recuperar a relação que a unidade linguística tem com o referente e com os mecanismos cognitivos do falante, a Semântica Cognitiva encontrou razões para revalorizar o percurso vivencial da palavra: a sua história e as suas relações, formais e afectivas. Quando Pottier se queixa de que a Linguística contemporânea desligou a palavra da memória, é desta relação (palavra-conhecimento) que se trata:

Nous pensons que la linguistique contemporaine n'accorde pas assez de place à la *mémoire*. Elle est cependant à la base du concept de compétence de langue, de lexicalisation de séquences de discours, de connotation, etc. (Pottier 1980:23)

Nenhuma concepção do significado põe tanto em relevo o papel da memória como a concepção prototípica. Ao contrário do que defende a teoria das CNS (o significado central de uma unidade é estabelecido por **dedução** a partir dos termos conhecidos) para a Semântica Cognitiva uma unidade sémica não é mais do que uma imagem memorizada, ou uma memória mentalmente visualizada. E confia que será nesta dupla dimensionalidade (palavra/percurso histórico e palavra/conhecimento humano) que as ciências da linguagem deverão procurar a compreensão mais profunda das línguas e das mentes dos homens que as usam.

A Semântica Cognitiva explica igualmente alguns desarranjos do estruturalismo clássico sobre as relações hiponímicas/hiperonímicas. Este tipo de relações representa conceitos metodológicos utilizados pela Semântica das CNS para mostrar o funcionamento dos traços componenciais. No entanto, através das relações hiperonímicas podemos comprovar que, na realidade, a estruturação pressuposta não existe senão entre protótipos, ou seja, entre membros centrais de uma categoria.

As teorias das CNS partem de uma certa filosofia hiper-realista, de um certo objectivismo filosófico: o mundo é constituído por coisas, realidades com as suas propriedades, comuns a uns objectos umas, específicas outras. Estas propriedades das coisas são independentes do conhecimento que temos delas: elas existem e existiriam independentemente da forma como são apreendidas pelo sistema cognitivo humano. As categorias representam conjuntos de objectos que partilham propriedades comuns. Estas propriedades comuns são particularidades existentes nos próprios objectos e independentes do sistema conceptual do indivíduo. E são essas propriedades comuns que justificam que haja **uma** categoria e que todos os membros dessa mesma categoria tenham as propriedades necessárias para serem por ela englobados.

As classes, que representam as categorias, funcionam, nesta perspectiva, como modelos de inclusão hiperonímica: se a categoria {A} possui as condições necessárias e suficientes para ser incluída na categoria hiperonímica {B} e se {B} pode ser incluído hiperonimicamente em {C}, então {A} também pode e deve ser incluído em {C}.

Ora nem o mundo real é tão formalizado, nem a linguagem que o representa aguenta esta funcionalidade lógica. É que as categorizações que, através da língua, o ser humano faz do mundo não se baseiam em condições necessárias e suficientes, em núcleos de "traços" imprescindíveis para que uma determinada realidade se possa incluir numa dada categoria. Por isso é que a realidade desmente a lógica que suporta as teorias das CNS: e o pressuposto lógico que parece ser universal e necessário (se  $B \not\subset A \not\subset B \not\subset A \not\subset C$ ) revela-se falso. Os contra-exemplos são abundantes:

Os cães (B) incluem-se na categoria "animais domésticos" (C).

Os cães selvagens (A) incluem-se na categoria "cães" (B).

Mas "cães selvagens"(A) **não** se inclui na categoria "anim. domésticos" (C).

As "cadeiras" (B) incluem-se na categoria "mobiliário" (C).

"Cadeira Eléctrica" (A) inclui-se na categoria "cadeiras" (B).

Mas "Cadeira Eléctrica"(A) **não** se inclui na categoria "mobiliário" (C)

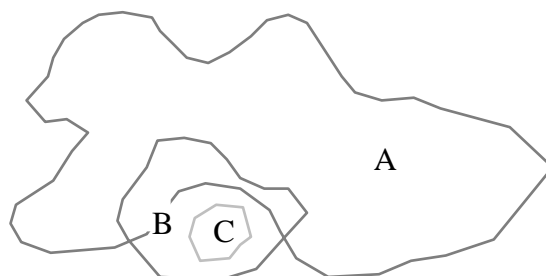
As "folhas" (B) incluem-se na categoria "material de escritório" (C).

"Folhas de trevo" (A) incluem-se na categoria "folhas" (B).

Mas "folhas de trevo"(A) **não** se inclui na categoria "mat. de escritório" (C)

Estes exemplos, que poderão parecer absurdos, demonstram como cada categoria não tem fronteiras bem delimitadas e que numa inclusão hiperonímica pode haver membros da categoria que ficam de fora por não serem exemplos prototípicos (casos de "cães selvagens" e "cadeira eléctrica" relativamente às categorias suporte "cães" e "cadeiras") ou então por ocuparem extremidades do significado da categoria através de metaforizações ainda que já fixadas pela língua (caso de "folhas de papel").

Tudo isto é possível porque a categorização não funciona por inclusão matemática de todo um conjunto de elementos e de propriedades, mas por protótipos, em que nem todos os membros partilham as mesmas propriedades, mesmo as consideradas nucleares. De uma forma mais fácil de visualizar:



**A**= Animais domésticos

**B**= Cães

**C**= Cães selvagens

Figura 2

As linhas-limite aparecem cortadas e não fazem uma figura geométrica perfeita (quadrado, círculo) exactamente para representar melhor a área abrangida por uma categoria: não é totalmente fechada e os seus membros não se encontram todos à mesma distância do(s) núcleo(s) prototípico(s), nem cobre uniformemente uma área de sentido, como defendiam os primeiros adeptos dos campos lexicais, como Trier.

É, portanto, falsa a ideia de que as categorias que as línguas apresentam espelham o mundo como ele é; elas não são mais que demarcações, em grande parte



arbitrárias, que nos fazem ver o mundo através delas mesmas. São uma espécie de janelas, ou mesmo olhos, através dos quais configuramos a realidade. E se esta existe em si mesma, as apreensões que dela fazemos têm que ter em conta que a mesma realidade pode ser percebida de forma diferente conforme a "janela" de onde estivermos ou conforme os "olhos" que utilizamos. Se, para a coruja, os seus filhos eram os mais lindos do mundo, para a águia eram muito feios; é por isso que a história (ou estória) da águia e dos filhos da coruja é um dos mais conhecidos relatos que compreende a diversidade das cognições sobre a mesma realidade.

1.2.3. Principais concepções semânticas: esquemas-síntese

Sem grandes ambições, poder-se-iam resumir as principais concepções sobre o processo semântico em três grandes grupos: um primeiro, que se pode denominar "realismo bíblico ingênuo" e que considera o processo significativo idêntico ao referencial. O significado não é mais do que a associação entre um nome e uma coisa. Bloomfield defende, em grande parte, esta noção de significado que leva a pensar a língua como uma nomenclatura, um conjunto de nomes para um conjunto de coisas de si independentes e completamente exteriores à língua e ao falante:

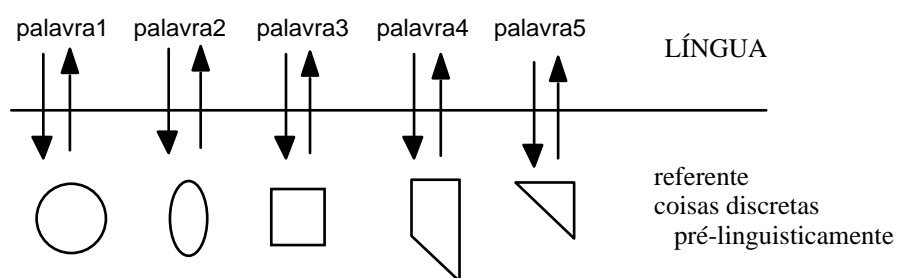


Figura 3

Semântica componencial:

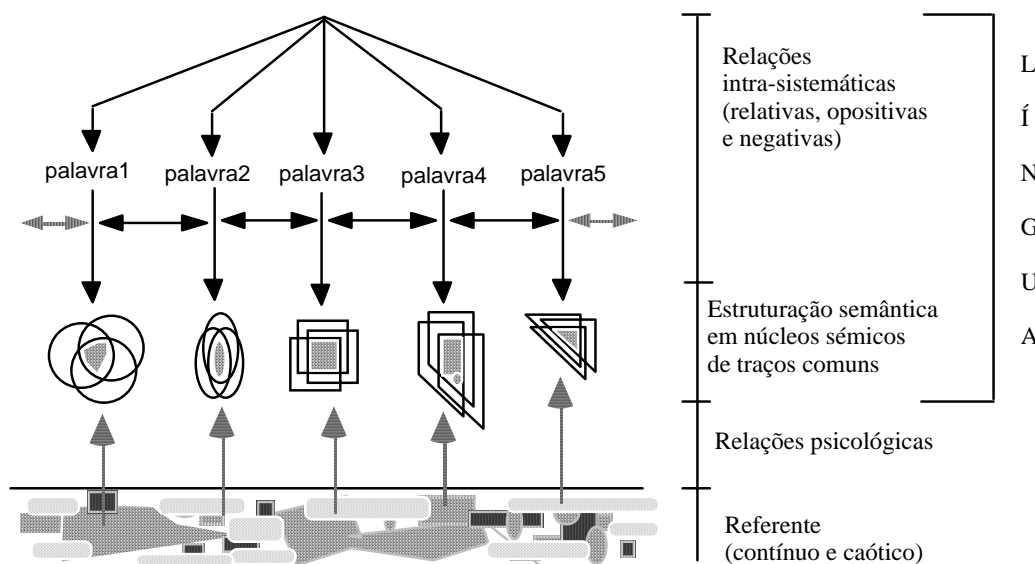


Figura 4

- As unidades linguísticas estruturam-se por oposições funcionais: são entidades relativas, opositivas, e negativas.

- todos os usos de uma unidade contêm um núcleo sémico de traços comuns, analisáveis, que a identificam.

-A Semântica é a ciência que estuda a estruturação sémica relativa das unidades, a sua componencialidade, os núcleos sémicos comuns e a sua organização.

-As relações linguísticas diferenciam-se claramente das relações referenciais (significado/referente) e psicológicas (significado/mente do falante).

### Semântica Cognitiva/Teoria do Protótipo:

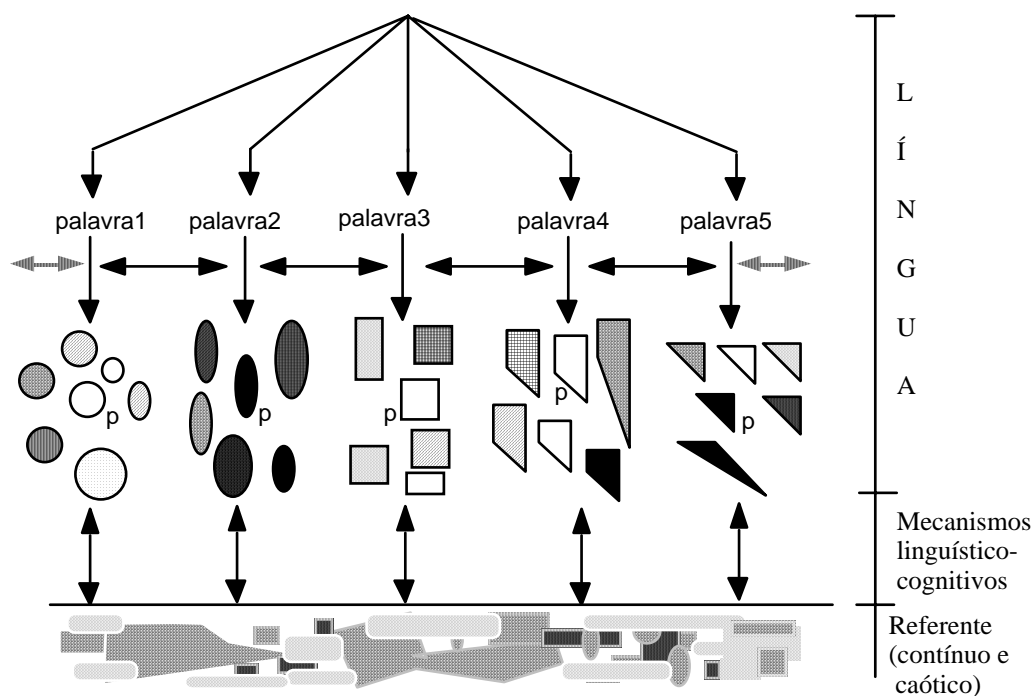


Figura 5

- Não é possível detectar um núcleo de traços comuns em todos os usos ou em todos os membros de uma dada categoria.

- Os mecanismos cognitivos são indissociáveis dos mecanismos linguísticos.

- O significado não pode ficar de fora das relações mente-realidade referenciada.

### 1.3. Modelos mentais e protótipo

#### 1.3.1. A natureza não-lógica dos processos cognitivos

No *Editorial* de uma das chamadas "revistas femininas" mais lidas e populares (*Maria*, nº 846, 1995) aparece a seguinte afirmação: "cerca de 50 por cento dos casos de infertilidade devem-se ao homem e não à mulher."

A segunda parte da afirmação é, em pura lógica, irrelevante, já que se cerca de 50 por cento dos casos se devem ao homem, o resto, ou seja, cerca de 50 por cento dos casos, devem-se à mulher.<sup>(12)</sup>

Ela é, no entanto, compreensível (e a maior parte das pessoas entende-a sem lhe pôr qualquer objecção formal) já que é possível construir um modelo mental em que *50% de X* não seja equivalente a *metade de X*, mas apenas a *uma parte de X*. É evidente que tal modelo mental não respeita estritamente a lógica que diz que se se divide uma quantidade por apenas dois elementos, se um fica com 50% o outro também fica com 50%. O modelo mental que permitiu a afirmação citada terá que ser um modelo "em aberto" e não "fechado". A percentagem da mulher não é definida, sendo apenas a considerar a do homem. Só que ao dizer que a percentagem do homem é 50%, fica lógica e imediatamente estabelecida a da mulher, que terá que ser também 50%. O modelo lógico seria, evidentemente fechado:

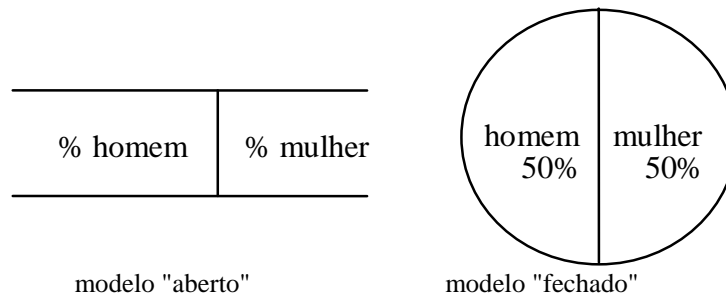


Figura 6

Como se depreende deste e de outros casos semelhantes, não parece ser apenas a lógica o único elemento organizador dos nossos mecanismos perceptivos. Para o tentar verificar, Johnson-Laird e outros linguistas desenvolveram alguns testes, na década de setenta do século XX, para tentarem testar a natureza lógica ou ilógica do raciocínio.

(12) Numa interpretação um pouco rebuscada poder-se-ia supor que a afirmação poderia também ser assim interpretada: 50% exclusivamente ao homem, X% relativamente ao homem e à mulher (simultaneamente) e o resto exclusivamente à mulher. No entanto, pela leitura do texto, verificava-se que não era esta a interpretação pretendida.

Num desses testes (Figueira 1988:439), por exemplo, os analisados são confrontados com quatro cartões colocados à sua frente. Cada cartão tem na face visível um carácter, como aparece na figura seguinte:



SE UM CARTÃO TEM UMA VOGAL DE UM LADO

TEM UM NÚMERO PAR DO OUTRO.

PARA CONFIRMAR ESTA REGRA PODE VIRAR APENAS DOIS CARTÕES.

A grande maioria das pessoas responde que viraria o cartão com a vogal {E} e com o número 4. Contudo, a resposta logicamente correcta é virar os cartões {E} e 7. Na verdade, virar o cartão com o número par não é adequado, já que a regra não diz nada sobre a outra face dos cartões que têm número par. Dizer que um cartão que tiver uma vogal tem do outro lado um número par, não implica dizer que um cartão que tenha um número par tenha de ter do outro lado uma vogal. Pode ter uma consoante, estar em branco ou ter uma qualquer figura. Já é, no entanto, pertinente virar o cartão com o número 7, para confirmar que do outro lado não há uma vogal (mas não para confirmar que do outro lado há uma consoante).

No entanto, a percentagem de respostas erradas diminui perante um problema formalmente idêntico, mas com dados semânticos novos (Figueira 1988:439):



SEMPRE QUE VOU PARA O PORTO VIAJO DE COMBOIO.

PARA CONFIRMAR ESTA REGRA PODE VIRAR APENAS DOIS CARTÕES.

Ainda que esta regra seja formalmente idêntica à anterior, as pessoas têm menos dificuldades para acertarem na resposta. É mais fácil verificar que o cartão que tem escrito [PORTO] deve ter escrito nas costas [COMBOIO]; que o cartão que tem escrito [CARRO] não pode ter escrito nas costas [PORTO]; e que são irrelevantes os cartões que têm escrito [COIMBRA] e mesmo [COMBOIO], já que dizer *sempre que vou para o Porto viajo de comboio* não implica dizer *sempre que viajo de comboio vou para o Porto*.

As respostas destes e doutros problemas do género levaram Johnson-Laird a duvidar da hipótese de os seres humanos raciocinarem segundo a lógica e independentemente dos dados semânticos contidos nos termos das operações mentais.

O conteúdo das premissas parece que determina e influencia o resultado das deduções lógicas. As pessoas resolvem os problemas elaborando uma determinada configuração mental que lhes pareça familiar e simulam (*imaginam*, no sentido

etimológico da palavra) a solução que decorre de tal modelo sem darem prioridade às leis da lógica.

A partir destes pressupostos, a teoria dos modelos mentais defende que

o raciocínio dedutivo não é uma questão de provas mentais mas de modelos mentais. As pessoas constroem uma espécie de 'semântica' interna das premissas de um argumento, tentam manipular o modelo ou modelos construídos de modo a avaliar a validade do argumento inicial.[...]

Admite-se, nesta perspectiva, que o raciocínio não é uma aplicação das regras lógicas abstractas mas a criação e a manipulação de analogias internas. Analogias que 'simulam' o que é declarado nas premissas e na conclusão. É pela manipulação destas 'simulações' ou modelos mentais, que se atinge um juízo de validade ou de invalidade, isto é, que se chega a uma conclusão que parece derivar directamente das premissas. Goldman salienta os aspectos semelhantes desta teoria com outros desenvolvimentos em ciência cognitiva que dão relevo à representação interna de entidades concretas como é a teoria cognitiva dos protótipos. (Figueira 1988:442)

Segundo a teoria dos modelos mentais o processo de raciocínio das pessoas não é em forma algorítmica com símbolos logicamente encadeados, mas antes um processo resultante de uma actividade simuladora dos eventos contidos nos dados dos problemas. Este processo depende muito do conhecimento geral que o sujeito tem sobre os dados semânticos que constituem a base do problema.

Por outras palavras: o sujeito não encadeia o seu raciocínio num processo de antecedente $\emptyset$ consequente, mas, fazendo simulações, constrói modelos e contra-modelos que representem os dados e as relações do problema que tem que resolver.

É evidente que quanto maior for o número de modelos mentais que um indivíduo tenha que manipular simultaneamente, mais difícil se torna o processo. Experiências feitas por Jonhson-Laird mostraram que quando se manipula um único modelo mental, a percentagem de respostas correctas anda perto dos 100%; quando se manipulam simultaneamente dois modelos mentais, já só cerca de 50% das conclusões são correctas; com três modelos, apenas cerca de 25% consegue obter conclusões apropriadas.

É interessante verificar que os modelos alternativos que as nossas faculdades cognitivas usam são, sobretudo, as manipulações espaciais; o conceptualizar uma determinada realidade como sendo um elemento de uma classe geral e "compreender" essa realidade à luz das características da classe geral em questão; ou ainda proceder analogicamente, simulando a transferência das características de uma classe para outra.

Pode dizer-se, portanto, que os juízos, as deduções e as conceptualizações que as pessoas fazem, dependem do conhecimento que elas têm do mundo e das suas crenças sobre como pensam que é o mundo que as cerca. Os processos da pura lógica formal são apenas um dos auxiliares que a mente humana utiliza. E auxiliar que nem sequer é o prioritário. Que não o era ao nível da emoção e dos sentimentos, já era um dado tão antigo como a história da civilização; o nível da criatividade, também demonstra que as respostas dos seres humanos fogem muitas vezes da pura lógica, formando um leque de divergências extraordinariamente produtivo. A ser assim, Pascal diria, talvez, que a própria razão tem razões que a razão desconhece. Mais lícito será, no entanto, dizer que não é só, nem sobretudo, a razão que conhece, ou seja, que produz os actos do conhecimento.

### 1.3.2. A contínua reformulabilidade dos modelos mentais

Cada modelo mental não é uma estrutura definitiva, rígida. Estando constantemente a ser testado na respectiva adequação com o mundo a que se refere, ele pode ser reformulado se se verificar que há algum aspecto que não está conforme à mesma realidade que pretende modelizar. Na verdade, o modelo mental mantém uma constante interacção com os dados que o sujeito permanentemente recebe, nomeadamente através daquilo que Johnson-Laird (1993) designa por *proposições*. Segundo a sua definição, estas são representações mentais que possuem a possibilidade de se exprimirem verbalmente, de tal modo que o sujeito quando compreende uma proposição conceptualiza como o mundo terá que ser para que ela seja verdadeira.

As proposições são micro-estruturas que exigem um maior número de dados para se construírem; daí que sejam mais dificilmente recordadas que os modelos mentais. No entanto, as proposições, devido ao facto de serem verbalizáveis, podem ser recordadas se ao sujeito for recordado parte ou todo o seu conteúdo textual.

Uma representação proposicional pode-se sobrepor a um determinado modelo mental quando este possui um qualquer elemento que cause entropia.

Quando num modelo mental construído, o sujeito descobre uma falha ou um vazio, ele não abandona simplesmente esse modelo mental. Pode parar de o construir e avaliar essa falha ou esse vazio; tentar reconstruir proposicionalmente o que se apresenta como entropia ou então construir um outro modelo alternativo.

Não se pense, no entanto, que cada modelo mental é apenas reformulável linguisticamente, ou seja, que cada modelo depende necessariamente das frases que o podem verbalizar. Pelo contrário, a independência global do modelo relativamente à sua verbalização pode ser verificada nos fenómenos da tradução. É que os fenómenos linguístico-cognitivos que a tradução põe em evidência parecem apontar para a

necessidade de postular um modelo mental independente das palavras de cada língua em tradução:

Il est évident qu'à la vitesse à laquelle s'effectue l'interprétation simultanée (environ 150 mots par minute), ce n'est pas une analyse des structures linguistiques ou une mémorisation des mots qui permet la traduction effectuée par l'interprète; celui-ci passe forcément par une étape mentale non verbale. Les mots de l'orateur disparaissent très rapidement du cerveau de l'interprète, mais ce qui lui reste, c'est son compris, qui doit immédiatement trouver son expression dans l'autre langue. S'il s'attardait sur les mots, sa traduction serait un balbutiement obscur et incompréhensible pour ses auditeurs. (Albir, 1990:53)

Seleskovitch (1981) citado por Albir (1990:58) refere o mesmo processo, salientando as "bruscas sínteses" que cada compreensão cognitiva comporta:

la compréhension du discours ne suit ni l'organisation verticale ni la stricte linéarité des structures de la langue; elle ne procède pas d'abord à une discrimination phonémique, puis à l'identification des mots, suivie de la levée de leur ambiguïté, puis de la saisie de la signification syntaxique de la phrase, de la levée de l'ambiguïté de cette dernière... La compréhension du discours se construit cybernétiquement en des allers et retours constants entre des perceptions partielles et des associations cognitives qui se produisent en de brusques synthèses (Seleskovitch 1981:12).

A tradução simultânea exige, pois, que o intérprete verbalize o mesmo<sup>(13)</sup> modelo mental através de dois sistemas linguísticos diferentes, o que denota, desde logo, a relativa independência entre modelo mental e respectiva verbalização.

A forma como os conceitos que formamos sobre as categorias do real podem constantemente ser reformulados prova que os modelos com que manipulamos a realidade estão permanentemente abertos também à reformulação.

Permita-se aqui um parêntesis para referir que numa grande parte dos usos terminológicos de *conceito* e *categoria* não se faz uma distinção demarcativa. No entanto, e de acordo com Margolis (1994), há uma nítida diferenciação entre as duas realidades cognitivas que pode ser assim vista: uma categoria refere-se habitualmente a um grupo de coisas/objectos/realidades; um conceito refere-se à representação mental desse grupo. Dito doutro modo: formamos/formamos **categorias** a partir dos elementos com os quais lidamos na vida real e depois organizamos essas categorias em **conceitos**

---

(13) Na passagem de um sistema linguístico para outro, os modelos em equivalência nem sempre são exactamente os mesmos. As idiosincrasias linguísticas implicam também, até certo ponto, idiosincrasias cognitivas. Como os italianos dizem, *traduttore, traditore*.



que sistematizam as nossas representações mentais sobre as categorias ou mesmo sobre grupos de categorias.

Quando se diz que uma categoria se constrói a partir de um grupo de coisas (no sentido de "realidades") deve entender-se que assim se constrói **habitualmente**, *a posteriori*. No entanto, o processo "genético" da construção da categoria é diferente. Por exemplo, o que me permite denominar *laranja* uma determinada coisa é um conceito que possuo e que abarca a categoria *laranja* formada a partir de laranjas que eu vi, variadas na cor (cor de laranja forte, cor de laranja claro, laranjas amareladas, esverdeadas, verdes), no tamanho, no feitio (mais ou menos redondas ou ovais) e que experimentei (pelo tacto, cheiro e sabor).

No entanto, uma categoria e um conceito podem ser construídos a partir de um único exemplar. Imaginemos alguém que nunca tivesse visto laranjas. Se lhe apresentássemos uma laranja "de umbigo", oval e amarelo-esverdeada, esse alguém entenderia que, em princípio, todos os objectos que compõem a categoria *laranja* são assim. Só quando tivesse conhecimento (directo ou indirecto) que há laranjas mais ou menos avermelhadas, redondas e achatadas e sem umbigo é que a categoria *laranja* que possuía se iria modificar.

Se repararmos bem, todas as categorias traduzidas nos conceitos que formamos sobre a realidade são construídas como provisórias. Elas podem sempre ser modificadas. A categorização e simultânea conceptualização da realidade é sempre um processo em aberto, reformulável. A propósito do conceito da categoria *laranja* que tem servido de exemplo, por vezes, os amigos que só comem laranjas do supermercado são incentivados a provarem umas tiradas directamente da laranjeira. Mas quando, todos entusiasmados, começam a comer a laranja que tiraram da árvore, verificam que é quase tão amarga como limão. Só nesse momento é que algumas pessoas verificam que há laranjas amargas. Para elas, todas as laranjas maduras seriam doces. A categoria *laranja* não compreendia um exemplar não prototípico com sabor ácido. E assim reformulam o conceito construído sobre a categoria.

Este aspecto da possibilidade de reformulação contínua do conceito de uma categoria está ligado ao facto de a categorização ser um processo que nos permita fazer inferências sobre a realidade. As categorias não são apenas informação retrospectiva, mas constituem-se igualmente como fonte de previsibilidades. Em princípio, e apesar do que há pouco se referiu, quando alguém vê um fruto numa laranjeira com uma coloração igual ao próprio nome que tem, infere que tal fruto é agradavelmente comestível e doce: ou porque o conceito de *laranja* que possui inclui obrigatoriamente o aspecto (o *traço*, se se preferir) [+doce]; ou porque não incluindo **obrigatoriamente** tal aspecto, o inclui **prototipicamente**: embora saiba que há laranjas amargas, parte do princípio que aquelas que lhe são oferecidas são laranjas prototípicas.

É este processo de inferência que permite que a categorização possibilite que a partir das propriedades visíveis de um objecto pertencente a uma categoria nós possamos esperar certas propriedades invisíveis.

As inferências são, assim, construídas com base no conhecimento que temos das características que pertencem à categoria: prevemos as características não visíveis com um grau de expectativa directamente proporcional à respectiva prototipicidade.

A estruturação dos modelos mentais com os quais conceptualizamos o mundo acompanha, desde o início, as nossas percepções. O desenvolvimento cognitivo da criança indica a importância que o modelo mental vai ganhando na configuração do mundo e das suas relações:

L'école piagétienne a montré que les racines les plus fondamentales de l'activité intellectuelle sont de nature sensori-motrice, et qu'elles sont à chercher dans le système de plus en plus riche et complexe des réponses que le sujet élabore au contact des objets qu'il perçoit et manipule. A travers ses interactions avec son environnement, l'enfant construit peu à peu un modèle, non pas intellectuel mais pratique, non pas représenté mais vécu, de la réalité. (Auroux 1996:211).

A criança, ao construir cada modelo que retrata a realidade selecciona os aspectos que considera como mais pertinentes e que prevê serem úteis em novas situações:

(...) on constate que le sujet humain engagé dans des interactions ne retient pas la totalité des données qui se présentent à la perception mais sélectionne celles qui sont pertinentes au développement de ses actions" (Auroux 1996:211).

### 1.3.3. Esquema mental e modelo mental

Dentro do paradigma teórico da Semântica Cognitiva são frequentes termos como *esquema mental* e *modelo mental*. Em variados trabalhos (Johnson 1987, Violi 1991, entre outros) *esquema mental* significa uma estrutura mental, que nem é uma imagem concreta nem um modelo composto de elementos, mas antes uma forma funcionalmente pré-definida que utilizamos para abarcar/ compreender/ configurar a realidade. O esquema do contínuo, por exemplo, não possui elementos concretos; não é representado por uma imagem mental única; é antes uma **forma de apreender** o real que utilizamos, forma essa baseada na oposição conteúdo/ continente.

M. Johnson utiliza a expressão *image schemata* para designar estes modelos esquemáticos porque, segundo ele, funcionam prioritariamente como estruturas imagéticas abstractas.

Estas estruturas imagéticas têm que ser compreendidas como mecanismos mais abstractos que as imagens que suportam ou configuram. Uma coisa é a "imagem de X"; outra o modelo "sintetizado" que eu formei a partir de uma série armazenada de imagens, modelo esse mais "esquemático", porque mais abstracto, e que me permitirá perceber, ordenar e configurar outras imagens e outras experiências perceptivas a que atribuo semelhanças.

Johnson (1987:126) apresenta uma lista exemplificativa, mas não exaustiva, destes esquemas imagéticos: *contentor, equilíbrio, o meter, atracção, massivo-numerável, percurso, ciclo, parte-todo, separação, fusão* e muitos outros.

A noção de *esquema mental*, como se pode verificar, representa grandes modelos pré-definidos de conceptualização da realidade. Noções como as de *contentor, percurso, verticalidade* não podem ser constantemente reformuladas nem postas em causa pelas estruturas cognitivas. Sendo assim, pensamos que se deverá reservar o conceito de *modelo mental* para as estruturações cognitivas construídas e facilmente reformuláveis pelos falantes.

Neste sentido, toda e qualquer estruturação conceptual corresponde a um modelo mental. Quando a criança chama *ão-ão* aos cães, gatos, galinhas e bonecos, construiu um modelo mental que lhe permite englobar aquelas realidades. Quando inclui nos *ão-ãos* apenas os cães, os gatos e as galinhas, inserindo os bonecos num novo conceito (os bonecos passam a ser *bebés*) reformula os modelos anteriores. Posteriormente irá (na maior parte dos casos) separar, por um lado, cães e gatos (*ão-ãos*) de galinhas, que entram num novo conceito (*pipis*), correspondente a novo modelo mental.

O modelo mental não se pode confundir, no entanto, com *conceito* ou *categoria*. É, antes, qualquer organização mental, cognitiva, estruturada que permite determinada referencialidade, ou que permite a conceptualização de uma parte da realidade. Estão neste caso os modelos mentais que constituem o núcleo deste trabalho: *frente/trás* são modelos complexos, que por sua vez englobam outros modelos mentais com os quais referenciamos determinada faceta da realidade.

### 1.3.4. Protótipo e significado lexical

#### 1.3.4.1. Protótipo e limites de categoria

Por vezes tomam-se como equivalentes, ou quase, as noções de protótipo e estereótipo. No entanto, as diferenças entre elas são diferenças de fundo que impedem uma identificação total ou mesmo parcial.

A noção de *estereótipo* é, sobretudo, aplicada pelas ciências sociais às interacções cognitivas entre os membros de uma comunidade. São sobretudo "crenças partilhadas", herdadas em bloco por cada membro, mais do que construídas pelos respectivos mecanismos cognitivos:

A noção de estereótipo pode ser abordada a partir de duas perspectivas diferentes, mas em certa medida complementares: do ponto de vista cognitivo, enquanto esquema (schema), ou numa perspectiva eminentemente social, enquanto produto da interacção social. No primeiro caso enfatiza-se o processo de construção dos estereótipos; no segundo o acento é colocado nos conteúdos categoriais. (Lima 1997:170)

O que não é nada lícito é confundir os dois processos, sobretudo quando o protótipo é entendido como o oposto do que deve ser:

De um ponto de vista mais estritamente cognitivo, a estereotipia identifica-se com prototipia, tratando-se de uma "operação que consiste em atribuir a objectos de uma categoria todos os traços que se supõe caracterizar o conjunto dos objectos dessa categoria" (Lima 1997:169, citando J. Codol, 1989, *Vingt Ans de Cognition Sociale*. Bulletin de Psychologie, XLII, 390:477).

O protótipo é tudo menos isto.

Defini-lo assim, é identificá-lo com a teoria das CNS: os traços que definem uma categoria são comuns a todos os seus membros.

Silva (1997a), depois de analisar as perspectivas em que a noção de protótipo pode funcionar cognitiva e linguisticamente, resume:

Mas a conclusão porventura mais fundamental é a de que a *prototipicidade* é, por si própria, uma noção *prototípica*: ela não se reduz a um único fenómeno, a uma única característica ou efeito, mas compreende vários fenómenos, várias características ou efeitos distintos e não necessariamente copresentes; ela não se define por um conjunto de propriedades comuns, mas por propriedades parcialmente semelhantes. Daqui, o facto de a noção de *protótipo* ou de *prototipicidade* poder ser usada em "vários sentidos" e isso não constituir um óbice para a teoria do protótipo. (Silva 1997a:35-36)

Sendo também esta a nossa opinião, não compreendemos muito bem como Silva (1997a:31), citando Geeraerts, defenda que "a *prototipicidade* envolve 4 características prototípicas". Não se negando que os aspectos que o quadro apresentado indica são vertentes da prototipicidade, pode sempre perguntar-se: por quê 4 e não 5, 6 ou 7 características? Geeraerts diz que estas 4 características são as "principais". As 4, e só estas 4, apresentadas fazem parte da estrutura cognitiva dos falantes, ou são apenas sistematizações metodológicas do linguista? Sendo uma proposta que se pode aceitar, não se deve esquecer, no entanto, que é **uma** proposta, com tanta legitimidade como outra que inventariasse 6,7, ou 8 características, como o próprio Geeraerts reconhece.<sup>(8)</sup>

Concordamos com Lakoff (1987:42 e segs., 136 e segs.) quando defende que os protótipos não podem ser entendidos objectualmente, como qualquer coisa que representa uma categoria, devendo antes ser pensados como fenómenos superficiais resultantes da estruturação mental das próprias categorias. Serão, portanto, mais efeitos do que causas na conceptualização: os chamados "efeitos de prototipicidade" ("prototype effects").

O protótipo será, assim, a estrutura conceptual modelar que, para os falantes, corresponde prioritariamente a uma determinada conceptualização. Não pode ser coisificado, porque os efeitos de prototipicidade não se verificam apenas relativamente a realidades físicas como *ave* ou *fruto*, mas, pelo menos, a todas as organizações mentais linguisticamente traduzíveis. Assim, podemos falar não só no(s) uso(s) prototípico(s) do substantivo *fruto*, mas também do verbo *deixar*, da preposição *em* ou do advérbio *dentro*. Por isso, é que talvez se possa dizer que o protótipo corresponde ao **modelo mental de base** através do qual configuramos determinada parte da realidade correspondente a um item lexical ou a uma conceptualização. Esse modelo mental não é necessariamente rígido, podendo reestruturar-se em outras variantes derivadas, como veremos na análise dos modelos da noção de *frente*.

O protótipo (ou efeito de prototipicidade) é a ponta do aicebregue que indicia que a categorização não se faz por conjuntos de condições necessárias e suficientes, mas por associações cognitivas entre um modelo prototípico e o elemento a categorizar. É esta, quanto a nós, a essência revolucionária da semântica cognitiva. Não será, com certeza, o único elemento que distingue a teoria do protótipo das concepções clássicas componenciais, mas é, na sua aparente (ou real?) simplicidade uma nova forma de entendermos o processo conceptualização-linguagem.

Quando se diz que na análise componencial das teorias das CNS também se admitia a divergência conceptualizadora através da polissemia, pretendendo assim dizer que a noção de protótipo já era "aplicada", está a confundir-se o inconfundível: a polissemia não implicava (em teoria) a ausência de semas comuns a uma categoria. Ao

---

<sup>(14)</sup> Geeraerts 1989:593 e segs.

contrário, uma unidade polissémica era sempre entendida como uma estrutura radial de núcleo comum. Era entre os semas auxiliares (não nucleares, acessórios, "denotativos", ...) que se entendia o funcionamento da polissemia.

Aspecto a ter em conta em todo o processo cognitivo e de categorização é a relação entre os conhecimentos ditos "comuns" e o conhecimento científico.

Afirmar-se que

os mesmos princípios de categorização orientam o conhecimento comum e o conhecimento científico. (Silva 1997a:35)

corresponde apenas em parte à verdade. É evidente que o conhecimento científico é processado **com os mesmos mecanismos cognitivos** que processam o conhecimento comum. A humanidade não tem dois tipos de mecanismos cognitivos e toda a ciência partiu sempre das observações e das problematizações comuns dos homens. Só que se os mecanismos são comuns, a **organização conceptual** dos dados científicos não é feita da mesma forma que se elaboram as categorizações linguísticas. Os conceitos científicos são idealmente compostos por condições necessárias e suficientes. Um conceito científico, para o ser, tem de poder ser entendido como unívoco e definível, ainda que tal univocidade e definibilidade variem com a complexidade do mesmo conceito.

Quando se diz que o conceito de número ímpar apresenta características de prototipicidade porque

os números ímpares abaixo de 10 são psicologicamente mais salientes (Silva 1997a:34)

está a confundir-se duas coisas distintas: o **conceito matemático** (científico) de "número par" e as **associações cognitivas** que os falantes fazem ao referido conceito. Matematicamente, o número 132567 é tão ímpar como o número 3. O que acontece é que como no nosso dia-a-dia lidamos sobretudo com os números baixos (o número do dia, das horas, da casa; mesmo nos números grandes individualizamos os elementos componentes: 132567 é percebido como um-três-dois-cinco-seis-sete), como isto acontece assim, os números mais familiares são, para nós, os inferiores a dez. Mas não se confunda: estes aspectos têm a ver com as associações cognitivas que entram no conceito comum, linguístico/psicológico-cognitivo, mas não no conceito científico/matemático de "número ímpar".

A não distinção entre o que pertence ao conceito científico (formado na base das CNS) e o que pertence ao conceito comum, linguístico, o *significado de*

*comunidade*<sup>(15)</sup>, leva frequentemente a deturpar aquilo que verdadeiramente constitui o protótipo de uma categoria. A adaptação do celeberrimo exemplo da categoria *bird*, no inglês, para o português *ave* presta-se a uma série de equívocos, precisamente porque se misturam aquelas duas realidades: o conceito científico e o linguístico. É que em inglês, é a mesma palavra *bird* que traduz quer o conceito científico, quer o linguístico, não havendo, a este nível um outro complementar, como existe em português: *pássaro*. É um tanto falacioso, portanto, quando se diz que *pinguim* pertence ao conceito de *bird* embora não seja um exemplar prototípico. Mais correcto é dizer que *pinguim* pertence ao conceito científico, zoológico, de *bird*, mas muito mais dificilmente ao conceito linguístico.

É esta dualidade que leva a conceber esta mesma categoria como perfeitamente definida quanto aos seus elementos, o que contrariaria a essência da própria ideia de organização prototípica:

a extensão de *bird (ave)* é determinada ou discreta (falantes suficientemente informados do inglês e do português conhecem os limites da extensão de *bird/ave*; sabem, por exemplo, que o morcego não é uma ave e que o pinguim o é apesar de representar uma espécie não-representativa) [...] categorias tais como *bird/ave*, apesar de compreenderem certos exemplares mais representativos do que outros, são discretas (determinado objecto é ou não é uma ave). (Silva 1997a:33-34)

O que é **tendencialmente** determinado é o âmbito da extensão científica de *ave*, mas mesmo este não é perfeitamente definido. Como quem estiver suficientemente informado sobre as teorias que tentam explicar o surgimento das aves sabe, há determinados fósseis que nem são aves, nem são répteis, possuindo características de ambos os grupos. Mas o conceito linguístico-cognitivo de *ave*, para um falante do português, não pode ser identificado com as taxionomias científicas. É por isso que embora *pinguim* pertença à extensão da ordem das aves dificilmente pertencerá ao conceito de *ave* de um falante comum do português. O facto de um "falante suficientemente informado" saber que um pinguim é uma ave e um morcego não, não implica que o conceito linguístico de *ave* inclua *pinguim* e não *morcego*. Quando muito, pode dizer-se que o seu conhecimento enciclopédico relativo ao conceito de *ave* é mais ou menos aproximado à taxionomia da Zoologia. Mas **linguisticamente** *pinguim* continua (mesmo pelos tais falantes "suficientemente informados") a não incluir as restrições e combinatórias semânticas de *ave*. Muito menos do que *morcego*: parece menos inaceitável alguém dizer que quer montar um "aviário de morcegos" do que um "aviário de pinguins"! Será que, no fim de alguém ter feito uma caçada de pinguins diz que foi "*caçar aves*"? No entanto, quando os morcegos esvoaçam ao escurecer, toda a

<sup>(15)</sup> Ver, sobre o significado de *comunidade*, Teixeira, 1996a e o ponto 1.5.1. deste trabalho.

gente (que conhecemos) os considera *pardelhos*, *pássaros*, ou *aves*. Embora cientificamente um morcego seja incluído na mesma classe que um rato, e um pinguim na mesma classe que um mocho, cognitiva e linguisticamente tal não acontece: o mocho e o morcego é que "são parecidos", enquanto o pinguim é "parecido" com as focas e as morsas.

Um quadro como o apresentado por Smith (1995:8) e que aqui traduzimos, pode representar espacialmente as relações de prototipicidade entre alguns membros de uma determinada categoria:

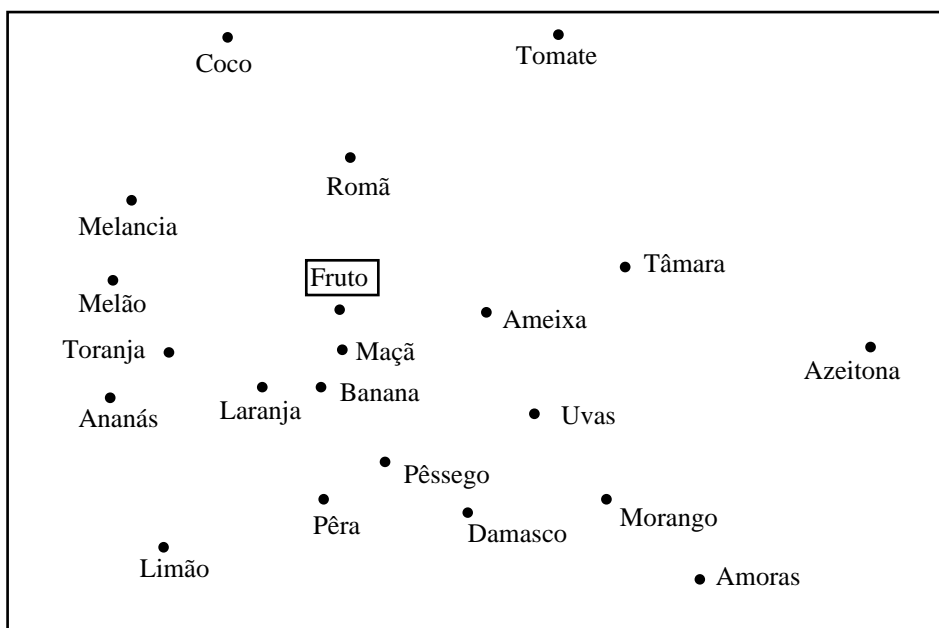


Figura 7

Segundo Smith, a distância relativa entre membros representa o respectivo grau de semelhança:

The shorter the metric distance between a pair of points, the more similar the corresponding fruits. *Apple* [maçã] is more similar to *plum* [ameixa] than to *date* [tâmara], but more similar to *date* [tâmara] than to *coconut* [coco]. (Smith 1995:8)

No entanto, esta noção de semelhança não pode ser confundida com "semelhança física". Quem é que diz que, por exemplo e segundo o mesmo quadro, uma maçã é mais semelhante a uma banana do que a uma romã? É que não se trata de semelhança física, mas de grau de prototipicidade relativamente à categoria *fruto*. O que se pode dizer é que uma banana e uma maçã são frutos muito prototípicos e que a banana é um fruto mais prototípico do que uma romã para determinada comunidade. Isto indica que a noção de prototipicidade não pode ser confundida com a de semelhança física entre os membros. Ou seja, dois membros podem partilhar um



elevado grau de prototipicidade (maçã/ banana) e partilharem poucas semelhanças físicas. Assim, uma maçã é muito semelhante a um tomate ou a uma romã, mas prototipicamente está muito afastada destes frutos, ao passo que uma banana é muito diferente de uma maçã ou de uma laranja e está prototipicamente muito próxima deles.

Que a noção de semelhança prototípica não pode ser entendida no sentido de equivalência matemática, prova-o o facto de a semelhança entre membros não ser perfeitamente reversível. Assim, é mais aceitável dizer que uma romã é parecida com uma maçã do que dizer que uma maçã é parecida com uma romã. Os inquéritos sobre prototipicidade confirmam isto mesmo (Smith 1995:9-10). Esta assimetria contraria a evidência que diz que sendo {a} e {b} semelhantes, {a} é tão semelhante a {b} como {b} é semelhante a {a}. No entanto, nos modelos categoriais, as equivalências não são bidireccionais, como em Matemática, mas unidireccionais relativamente ao centro prototípico: são os elementos mais prototípicos que servem de modelo de comparação para os menos prototípicos e não o inverso. Assim:

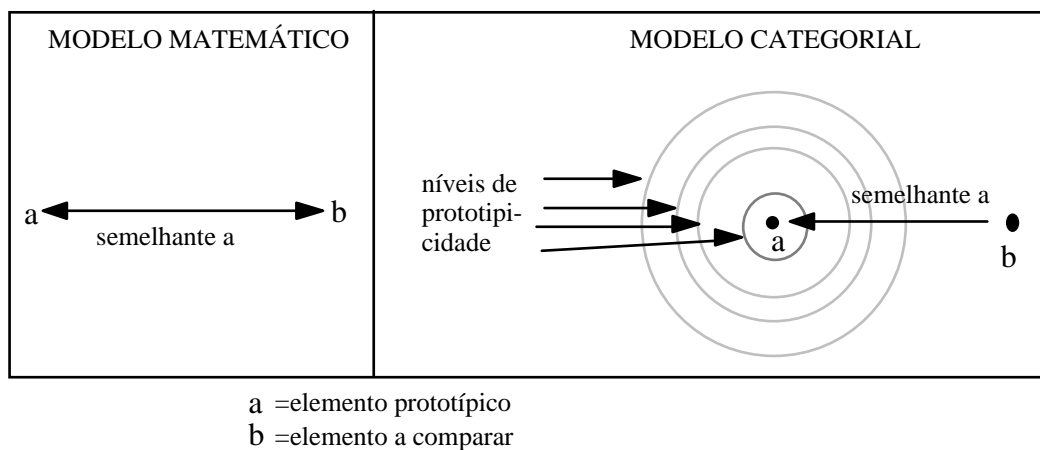


Figura 8

A única razão para esta assimetria de equivalências, que não coincide com as equivalências matemáticas, é cognitiva: é a partir dos elementos mais prototípicos que avaliamos a inserção de um elemento numa categoria. O elemento mais prototípico funciona como elemento "mais conhecido" e o menos prototípico como "menos conhecido". Ora é o desconhecido que se pode situar em relação ao conhecido e não o inverso.

É, assim, (muito) curioso verificar como o processo cognitivo de categorização prototípica funciona **exactamente** como as localizações espaciais: todos os elementos de posição desconhecida (*Figura*) têm que ser sempre localizados em relação a um de localização conhecida (*Configurante, fundo, site, landmark, base, ...*). Podemos, portanto, dizer que a categorização na vertente de inserção de elementos numa categoria funciona como uma localização espacial entre *Figura/ Configurante*. E

também aqui, não há correspondência matemática entre os dois termos, mas uma assimetria funcional de localização. Dizer

1) Os turistas estão junto à Catedral.

não é (linguisticamente) equivalente a dizer

2) ??A Catedral está junto aos turistas.

É esta assimetria funcional que atrás designámos por unidireccional, contrapondo-a à bidireccional matemática, que se impõe no processo cognitivo, quer de localização espacial, quer de categorização do real. Sem querermos dizer que o processo de categorização do real copia o de configuração espacial, não podemos, no entanto, deixar de notar as curiosas (?) semelhanças que entre os dois existem.

Do que foi dito sobre a relação entre os membros de uma determinada categoria, impõe-se concluir que

1) um conceito linguístico não se pode identificar com uma classe taxionómico-científica;

2) só podem ser considerados "exemplares não prototípicos" de um conceito elementos que linguística, e não taxionómico-cientificamente, sejam inseridos nesse conceito: *morcego* é inserido no conceito linguístico de *ave/pássaro*, mas *pinguim* não o pode ser (nem sequer como "exemplar não prototípico", já que nem é tido como um "exemplar" do conceito linguístico de *ave/pássaro*).

3) os limites de uma categoria linguístico-cognitiva nunca podem ser completamente definidos (nem definitivos) já que é sempre possível encontrar (ou imaginar) um elemento a colocar em fronteiras de categorias.

4) o protótipo não poderá ser entendido como **um** elemento representativo de uma categoria, mas terá que ser concebido no sentido de Lakoff (1987), como "modelo cognitivo idealizado", o que implica ser construído mentalmente pelas experiencições cognitivas e associativas dos falantes e não pelas taxionomias científicas.

#### 1.3.4.2. Latitudes de emprego de um item lexical

Hors de tout contexte, chaque mot renvoie à un concept ou à une liste de concepts; c'est sa signification ou ses significations potentielles. Les mots ont hors contexte un caractère ouvert. (Albir 1990:74)

Aparentemente, não há qualquer reparo a esta concepção do significado lexical como uma realidade em aberto. No entanto, se se verificar bem, a ideia que é defendida é a de que o significado de uma palavra é uma **lista** de itens (conceitos) discretos. Quer-se dizer, por conseguinte, que cada unidade lexical inclui vários conceitos diferentes, o que poderia ser representado por um item lexical  $X \{ \#C1, \#C2, \#C3, \#Cn \}$

Este modo de ver é um pouco simplista, na medida em que as várias vertentes de uma unidade polissémica constituem mais uma microestrutura modelar do que uma lista, já que cada possibilidade significativa mantém com as outras e com o centro aglutinador da unidade lexical determinadas relações de maior ou menor proximidade.

Não se pense, no entanto, que há zonas delimitadas entre cada variável sémica e que o centro é apenas ocupado por uma entidade que funciona como protótipo inquestionável. O que acontece é existir uma grande fluidez entre as variantes existentes, desde um ponto central onde se concentram (e onde se identificam mais com o protótipo) até às franjas mais laterais, onde se encontram os usos já mais afastados do centro sémico. Em esquema poderia, por exemplo, apresentar-se:

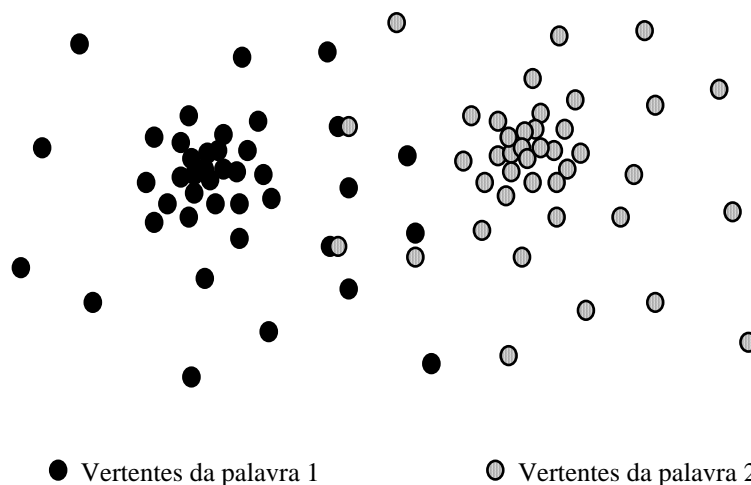


Figura 9

Esta esquematização permite compreender que uma palavra possui um conjunto de utilizações sémicas que podem estender-se até à zona de uma outra palavra. É aquilo que alguns linguistas chamam as "latitudes de emprego" de um termo:

Il est donc raisonnable de répondre à la question soulevée plus haut qu'il n'existe pas de limite définissable entre ce qui est acceptable et ce qui est exclu. Pas de limite, mais une sorte de zone indécise dans laquelle les audaces stylistiques, voire certaines 'fautes' ou lapsus assez fréquentes dans le langage oral des locuteurs natifs permettent au linguiste de pénétrer. Ces écarts, de type différent, ont pour lui

l'intérêt commun de fournir un accès à une zone de transition entre ce qui se dit et ce qui ne se dit pas, donc d'être particulièrement précieux pour l'étude des latitudes d'emploi d'un morphème. (Cervoni 1991:16)

Como será limitada esta latitude de emprego de uma palavra? Haverá mesmo um limite?:

D'une manière générale, on peut poser que, si étendue que soit la latitude d'emploi d'un signe, si grande que soit sa permissivité, il existe, à une époque donnée, un point au-delà duquel l'emploi de ce signe est exclu; mais qu'on ne peut se faire une idée de cette permissivité qu'en examinant les emplois les plus imprévisibles, ceux qui l'exploitent de la façon la plus originale. (Cervoni 1991:17)

É esta, com certeza, a posição prevalecente em quase todas as concepções semânticas clássicas: a "latitude de emprego" de um termo tem um limite para além do qual esse mesmo termo não pode ser empregue (dentro de uma sincronia, naturalmente).

No entanto, se se reparar melhor, há uma contradição de princípio neste axioma. Se cada palavra tem "empregos **imprevisíveis**", se admite sempre uma exploração nova e original, como se defende na anterior citação, então como é que é possível, ainda que apenas potencialmente, colocar uma fronteira para o campo sémico de uma unidade?

Por outras palavras: ou cada termo é potencialmente capaz de se estender a limites imprevisíveis, ou se podem prever as zonas de significado que pode cobrir.

Quem defende que cada termo tem fronteiras semânticas, defenderá certamente que essas fronteiras, embora não sendo **os limites**, são restrições visíveis da latitude de emprego do respectivo termo.

Verifique-se, no entanto, que as restrições semânticas são apresentadas, geralmente, como restrições intercategoriais: o verbo *ler* restringe nomes à sua esquerda como *gato, pedra, esperança*, etc.

Diga-se, desde já, que semanticamente esta posição é indefensável. O que ela defende é apenas que o sentido "real" de um sintagma como *o gato leu* é improvável que se verifique no plano das referências da realidade factual do nosso mundo vivencial. Esta frase, contudo, pode ser aceite com o significado prototípico de *ler* num outro universo de crença - por exemplo o de alguém que admita que há gatos que sabem ler. Pode ainda ser aceite atribuindo a *ler* o sentido de "compreender, decifrar, adivinhar" que qualquer dicionário de bolso regista. E assim, não haverá qualquer restrição para frases frequentes como

3) O guarda-redes leu perfeitamente o desenrolar da jogada e antecipou-se.

ou outras, menos frequentes, mas igualmente admissíveis:

4) O gato leu o percurso do rato e apanhou-o.

O célebre soneto camoniano "*O amor é um fogo que arde sem se ver*" é o perfeito exemplo de uma semanticidade feita de restrições semânticas.

O que acontece, no entanto, é que a noção de latitude de emprego de uma palavra não é uma noção intercategoriaal, mas intracategoriaal. E aqui, é praticamente impossível estabelecer uma fronteira até à qual a palavra "pode" significar. Não é o oxímoro a prova disto mesmo? Se uma palavra pode até significar aquilo que em princípio é o seu oposto, (*o som do silêncio, a ousadia da timidez*) o que é que ela, dentro da categoria a que pertence, não pode significar?

É mais que evidente, no entanto, que no âmbito sémico de uma palavra, entre as respectivas acepções, existem inúmeras inter-relações. Há sobretudo que ter em conta dois factos: a **frequência** e a **previsibilidade** de um termo.

Para a compreensão dos processos do significado pensamos ser fundamental ter em atenção um mecanismo comum a todo e qualquer acto comunicativo. Aquilo a que chamaremos **os universos de expectativa**.

Tradicionalmente, a análise semântica faz do processo de interacção LOC/ALOC o ponto de partida para a compreensão dos processos significativos. E isto para já não falar na Semântica frásica, na Semântica lógica ou na Semântica das condições de verdade que vêem o processo semântico apenas a partir dos enunciados construídos.

Relativamente a este ponto, a Semântica Lexical possui o bom senso de não pensar que antes do exército não existiam soldados: ou seja, que as frases e enunciados só são possíveis porque antes deles, existem as palavras, lexias semanticamente individualizadas e que se podem considerar com existência independente daquelas frases em que se usam. E então, para a Semântica Lexical, a problemática do significado tem que ser vista **a partir** da existência da lexia como unidade significativa.

No entanto, não nos devemos esquecer que a língua é uma forma de linguagem, de comunicação, e que por conseguinte obedece aos mesmos mecanismos psicológicos que presidem a todas as formas de comunicação. E é aqui que entra um factor que podemos designar por **universo de expectativas**.

O facto de dois seres em presença um do outro terem, naquele momento, consciência da sua existência e consciência da consciência do outro, implica necessariamente que cada um procure interpretar os actos do outro e espere que o outro interprete os seus. Este processo preside a qualquer situação em que haja dois seres com, pelo menos, alguma "consciência"/memória dos seus actos e comportamentos. É facilmente verificável entre dois animais. Quando o rato foge do gato, não é apenas por

aquilo que, para facilitar as coisas, se costuma chamar "instinto". O rato foge porque espera (ou seja, tem a expectativa de) ser perseguido pelo gato. Se, por exemplo, o rato já conhecer aquele gato e souber que dali não vem perigo, a sua tradicional reacção já não é tão imediata, e pode mesmo não ocorrer. Os pombos que na cidade deixam as pessoas aproximarem-se, não fazem, normalmente, o mesmo no campo. O **universo de expectativas** de uns e de outros é diferente e foi, nitidamente aprendido "cultural" e individualmente e não transmitido geneticamente.

Nos seres humanos o princípio é o mesmo, só que mais consciente e culturalizado. Quando {A} está perante {B} possui um universo de expectativas variado:

- #1-{B} existe
- #2-{B} está aqui
- #3-{B} (não) quer comunicar comigo
- #4-{B} (não) quer ser simpático comigo
- #5-A comunicação de {B} favorece (-me / {B})
- #n-...

Se {B} comunica com {A}, este universo vai-se restringindo e reformulando. A reformulação pode ser adequada ou não, o que pode implicar que a parte ilocutória de uma palavra ou enunciado acabe por ter para {A} valores diferentes dos intencionalmente emitidos por {B}.

Por exemplo: {B} está a ser irónico e sarcástico com {A}. Enquanto {A} não se der conta do sarcasmo, ele interpreta as mensagens de {B} de uma forma, já que possui um universo de expectativas do género

- #1-{B} existe
- #2-{B} está aqui
- #3-{B} quer comunicar comigo
- #4-{B} quer ser simpático comigo
- #5-A comunicação de {B} favorece-me
- #n-...

Quando descobre que tem que o reformular, compreende que o seu universo de expectativas para aquele acto de comunicação de {B} terá que ser algo como

- #1-{B} existe
- #2-{B} está aqui
- #3-{B} quer comunicar comigo
- #4-{B} não quer ser simpático comigo
- #5-A comunicação de {B} prejudica-me
- #n-...

Então, reinterpreta todos os conteúdos transmitidos por {B}.

Não se pode confundir universos de expectativa com contextos, linguísticos ou situacionais. O contexto é simultâneo à mensagem e ajuda a reformular os universos de expectativa que são sempre anteriores à mesma mensagem.

## 1.4. A conceptualização do real

### 1.4.1. A construção dos conceitos

Segundo Vuillemin (1997), para a compreensão do processo conceptual, devemos ter em conta que tudo começa na interacção que todo o ser animado mantém com a realidade com a qual contacta. Isto implica que a conceptualização da realidade decorre da necessidade que o ser vivo sente em organizar as suas sensações, sobretudo quando se começa a dar conta que elas, as sensações, por vezes se repetem. Em vez de se decodificar como única cada experiência vivencial, é mais "económico" para a memória agrupar sensações tidas como semelhantes.

Este processo não é exclusivo do ser humano. Todos os animais experimentam sensações e organizam-nas em processos cognitivos que lhes facilitem a sobrevivência. Só que, obviamente, há diferença entre a conceptualização humana e a animal (e, dentro desta, entre os animais superiores na escala da evolução e os outros). Mas o processo cognitivo é um processo extensível aos outros seres vivos animados:

Todo o animal precisa, para sobreviver, de classificar as impressões fornecidas pelos sentidos. Seria, porém, um erro, atribuir todas as formas de classificação das impressões sensíveis a um conceito propriamente dito.

A primeira característica que, sem sombra de dúvida, se exige de um conceito, contraposto a simples sensação, é a *universalidade*. Uma sensação apresenta-se como particular. Um conceito, pelo contrário, recolhe diversas sensações. (Vuillemin (1997:77))

A *universalidade* que aqui é apresentada como sendo a característica primeira a destacar em todos os conceitos não significa que os conceitos animais (ou humanos) possuam um núcleo significativo comum e extensível a todos os conceitos tidos como idênticos. É antes a referência à necessidade da pluralidade de sensações necessárias para a elaboração de um conceito. Não há um conceito para cada sensação, mas cada um pode representar um universo de sensações.

O conceito é uma forma mediata entre as sensações e a realidade:

Para constituir um conceito, é, pois, necessário acrescentar uma segunda característica à universalidade da classificação. O conceito deve reportar-se ao seu objecto, não imediatamente, mas *mediatamente*, por meio de um sinal comum e universal. Esta apresentação mediata do objecto chama-se fenómeno; entre os fenómenos distinguem-se as imagens [...] e as representações. (Vuillemin 1997:78)

Se bem que seja muito discutível esta separação feita entre conceitos estáticos e dinâmicos (*imagens e representações* como aparecem designados) ela pode aceitar-se numa perspectiva metodológica. É que o fundamento do conceito, desde o mais "primitivo" de um qualquer animal, até ao conceito linguisticamente formatado é sempre o mesmo: uma síntese que tem que ser subjectiva e individual na sua génese:

O que, em todos estes casos, permite não recorrer ao conceito é o automatismo e a irrevogabilidade do vínculo representativo. Para que uma representação possa pretender tornar-se um conceito, é, pois, necessário acrescentar-lhe uma terceira característica: é preciso que o vínculo representativo provenha de uma *síntese subjectiva e sempre revogável*. Esta nova característica parece requerer um novo tipo de integração nervosa, relativa a sinais de segunda ordem. (Vuillemin 1997:80)

É interessante esta diferenciação que é feita entre sinais de primeira e de segunda ordem no processo de formação dos conceitos, já que isto vai de encontro à tese de António Damásio e que as ciências neurológicas partilham: o cérebro não possui imagens "fotográficas", mas que em cada conceito o cérebro faz activar associações que, juntas, compõem o conceito:

Um sinal da primeira ordem, ainda que sujeito à lei de uma organização complexa, pelo jogo dos efeitos produzidos pela concorrência de vários estímulos e inibições a diversos níveis do sistema nervoso, remete directamente, como sinal, para o evento que abalou a superfície do organismo. Um sinal de segunda ordem deve por sua vez remeter, enquanto sinal, para um sinal de primeira ordem. Chama-se a este reenvio associação de ideias. O sistema nervoso, longe de responder a um estímulo específico em conformidade com instruções inteiramente programadas, recolhe e integra as informações heterogéneas que lhe são comunicadas pelos diversos registos sensoriais, de tal modo que um sinal recebido por ele evocará outro sinal recebido anteriormente e dele tirará a sua capacidade para desencadear uma resposta. Para que apareça um sinal de segunda ordem, não basta, pois, que o sistema nervoso se torne mais complexo: é preciso que a esta maior complexidade corresponda uma abertura do programa inato que regula as relações entre



impressões e reacção. É preciso que o animal esteja em condições de aprender. (Vuillemin 1997:80)

Os conceitos são sempre reformuláveis. Como cada conceito corresponde a um **modelo** mental, o rearranjo constante deste modelo, de molde a ajustá-lo à realidade tal qual ela se nos apresenta, não é nada de extraordinário, mas uma necessidade primordial para o funcionamento do próprio modelo:

A estrutura dos sinais de segunda ordem determina, pois, o modo como apreenderemos subjectivamente substância e espécie. Nos casos em que a unidade do objecto resulta de uma síntese subjectiva, a integração dos sinais resulta de uma aprendizagem contínua e sempre corrigível. Um novo sinal deve sempre poder somar-se a uma constelação de sinais já constituída; um sinal que pareça fazer parte integrante desta constelação deve sempre poder ser eliminado. (Vuillemin 1997:80)

A aceitação deste processo de funcionamento conceptual é muito mais facilmente explicável numa Semântica de protótipos do que nas clássicas teorias das CNS. Sem o afirmar (e talvez sem o querer) Vuillemin faz a apologia da necessidade de uma teoria que conceba a conceptualização como um processo que não envolve necessariamente núcleos sémicos comuns para a constituição de um conceito:

Deste modo, quando interpretamos estas constelações como a representação de uma substância pelos seus acidentes, nenhum sinal determinado pode estar no lugar da substância, porque uma ulterior experiência a pode retirar da constelação, de tal modo que a imutabilidade substancial apenas poderá corresponder a um X indeterminado e todas as determinações ou acidentes recobrirão os sinais dados. Só uma tal repartição dos sinais é de facto compatível com a dupla exigência de permanência e de revisão, implicada pela aprendizagem. (Vuillemin 1997:80-81)

Ora então, se a "substância" não pode ter nada de necessariamente determinado, em rigor não há "substância", já que ela, como os "acidentes" pode ser modificada. A "imutabilidade substancial" a que Vuillemin se refere é algo que, na sua própria perspectiva, se afigura paradoxal. Até porque a característica última da conceptualização é a própria mutabilidade intrínseca, através de um mecanismo de *feed-back* que subjaz a toda a aprendizagem onde toda a tentativa admite sempre um erro. Por isso é que

para constituir um conceito propriamente dito, se exige um quarto carácter, ou seja, o *controlo subjectivo e a iniciativa da síntese*. Esta quarta característica só aparece com uma terceira ordem de produção de sinalização. A segunda ordem de produção

de sinais era caracterizada pelas contra-reações cibernéticas. As informações que refluíam para o sistema nervoso central provinham não só da acção projectada em bloco e inteiramente realizada, mas também desta acção durante o seu desenrolar, de modo a poder corrigi-la ou desviá-la. Deste modo se processa a aprendizagem por erros e tentativas, regida centralmente em virtude da integração contínua das informações periféricas. Seria concebível uma integração de ordem superior, onde o sistema central, em vez de corrigir o curso da sua acção à medida que lhe vão chegando os resultados das suas tentativas, simularia erros e tentativas sem os praticar, e decidiria do curso da sua acção em função deste cálculo simulado. Sinais de segunda ordem encontram-se então associados a título de sinais, ou seja, de hipóteses, de que o sistema central calcula e compara as consequências. (Vuillemin 1997:81-82)

Este mecanismo de *feed-back* aberto à reformulação constante dos modelos conceptuais elaborados pelos mecanismos cognitivos possibilita, assim, que as mesmas estruturas cognitivas possam simular uma actividade, um modelo de acção, e consigam prever o respectivo resultado, mesmo antes de experimentarem na prática o mesmo processo:

Os correlatos a nível nervoso desta simulação são ainda desconhecidos. Mas, não olhando à experiência subjectiva da espécie humana, a existência desta simulação é manifestada pelo comportamento dos antropóides logo que se apercebem intuitivamente das causas que, na situação dada, constituem um obstáculo a uma acção, e lhe dão remédio construindo instrumentos rudimentares como meios para alcançar um objectivo. Temos uma banana pendurada no tecto, inacessível ao orangotango. A um canto da gaiola colocou-se uma caixa bastante alta. O animal não tenta saltar. O sinal «salto» não foi accionado: de uma só vez apreende-se a relação de distância entre este sinal e o sinal «banana» e esta relação exclui que a mão possa alcançar o fruto. O olhar do orangotango acaba por ir da banana ao lugar vazio do pavimento por baixo da banana, depois dali para a caixa. No momento seguinte, dando gritos de alegria, empurra a caixa para baixo da banana a fim de a agarrar. O êxito da operação não foi precedido por nenhuma tentativa, nenhum erro, a menos que se considerem como tais as simulações centrais. (Vuillemin 1997:82)

Neste nível mais complexo, Vuillemin fala de "sinais de terceira ordem", ou seja, sinais que interligam outros sinais mais "primitivos" e que com eles interagem construindo modelos que retratam a realidade:

A produção de sinais de terceira ordem modifica de modo característico a natureza dos sinais, e isto de quatro diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, rompe os vínculos do condicionamento e liberta relativamente quer os comportamentos quer os indivíduos. Em segundo lugar, transforma os comportamentos em operações (chamamos operações a comportamentos virtuais e ordenados). Em terceiro lugar, transforma os sinais em sinais virtuais e, quando existem vários sinais, em sinais virtuais e combináveis. Esta combinação atribui papéis diversos e ordenados a um e outro sinal, de modo que a diferença entre operações e sinais se esbate. Finalmente, porque esta diferença se esbateu, operações e sinais compõem-se num quadro hipotético que permite a simulação. (Vuillemin 1997:82)

## 1.4.2. Significado e referente

### 1.4.2.1. Cérebro, informação e memória

Acabámos de ver que no cérebro interactuam sinais de vária ordem na permanente cognição do real. Mas como é que o mesmo cérebro gere as quantidades incríveis de informação com que é bombardeado constantemente?

A analogia com os computadores serve, muitas vezes, para dar uma ideia do funcionamento cerebral. Desde que se tenha bem presente que o cérebro não funciona como um computador, podemos verificar que, no entanto, há mecanismos de processamento de informação entre as duas realidades com alguma analogia.

Parece que, tal como acontece nos computadores, a nossa mente também tem não apenas um, mas dois tipos de memória: a "memória de trabalho", destinada a processar a informação presente a cada momento ao cérebro, a informação nova que vai chegando, e uma "memória-armazém" destinada a guardar determinadas informações durante períodos muito longos. Na realidade, o nosso cérebro não regista nem armazena todos os detalhes de tudo o que processa. A nossa memória imediata, a "memória de trabalho" funciona como a memória RAM (*Random Access Memory*) dos computadores: a informação é processada e gerida durante o tempo necessário, mas não obrigatoriamente armazenada. Até porque há elementos que seria um desperdício armazenar. Por exemplo, relativamente a uma conversa tida com um amigo, o cérebro pode ter armazenado a situação, mas apenas em determinados aspectos. Pode ter ficado gravada (mais ou menos) a conversa que tivemos; posso até ter armazenado a informação que ele trazia uma camisa às riscas; mas com certeza que não se armazenou a informação de quantas riscas tinha o bolso da camisa ou quantos carros passaram na rua enquanto conversámos, embora, na altura, o cérebro tivesse processado essas

informações: enquanto se estava a falar com o referido amigo, os nossos olhos "fotografaram" a camisa e por conseguinte "viram" as riscas do bolso; viram também quantos carros passaram. Só que essa informação não foi seleccionada para ser armazenada, porque, na altura, não foi considerada importante para futuros aproveitamentos. Só são armazenadas no córtex cerebral as informações que o cérebro considerar úteis a futuras situações.

O córtex cerebral contém um número finito, embora "grande" de células nervosas: cerca de dez mil milhões, que, estando todas ligadas, para comunicarem trocam impulsos químicos e eléctricos entre si. Sempre que há uma informação nova, uma parte dessas células e dessas ligações é activada. Só que ao contrário do que se passa nos computadores, no cérebro a informação não é independente dos "caminhos" neuronais que utiliza para ser registada. Os neurónios e respectivas ligações ficam "diferentes" depois de processarem uma informação: as ligações tornam-se tanto mais estáveis e organizadas quantas mais vezes forem utilizadas. Podemos fazer uma analogia com um campo enorme e selvagem em que foram introduzidos habitantes: os sítios por onde as pessoas caminham mais frequentemente vão ficando mais demarcados na erva e quanto mais utilizados forem mais se transformam em verdadeiros caminhos. Passados uns tempos, haverá uma rede de vias de comunicação entre determinados lugares se os caminhos continuarem a ser percorridos. Caso contrário, a erva voltará a crescer e eles desaparecem.

É isto que explica que as ligações neuronais mais frequentemente utilizadas sejam mais estáveis e mais facilmente accionadas. Caso contrário, quando determinadas ligações não são percorridas por informação podem mesmo desaparecer. É o que se passa, ao que parece, com os mecanismos cognitivos ligados à aprendizagem linguística. Se não forem activadas, as redes neuronais ligadas à linguagem, nos primeiros anos da criança, são eliminadas fisicamente, porque o cérebro vai eliminando as que não forem activadas pela informação, já que se não utilizadas, considera-as inúteis.

Quando determinadas ligações são activadas de uma forma idêntica a uma forma anterior, o cérebro traz de volta essa percepção anterior sob a forma de recordação. Uma recordação não é mais do que um padrão de ligações entre determinadas células nervosas. Uma recordação pode envolver milhares de ligações em todo o córtex. Se não for activada frequentemente tende a enfraquecer-se; caso contrário, vai ficando cada vez mais vincada nos tecidos nervosos.

Há uma forma consciente de armazenarmos a informação: a repetição propositada. No entanto, não são mecanismos do consciente os que, por norma, se encarregam de seleccionar aquilo que deve ser armazenado ou não. Habitualmente, tal decisão é tomada pelo hipocampo, que consiste numa estrutura de dois lóbulos que se encontra no centro do cérebro. O hipocampo funciona como um posto de comando

cerebral. A informação processada pelos neurónios é remetida para o hipocampo. Se este reagir, começa a formar-se uma rede neuronal mais durável. No entanto, se o hipocampo não reagir a determinada informação, a memória da rede neuronal que a suporta vai-se desvanecendo até desaparecer.

Sem o "consentimento" do hipocampo não há memória registada. Um caso célebre na medicina passou-se com um operário de Connecticut em 1958<sup>(16)</sup>. Na altura, com 27 anos, foi-lhe retirado o hipocampo por causa de problemas relacionados com uma epilepsia incurável. A partir daí, nunca mais memorizou absolutamente nada, nem a idade, nem sequer o sítio onde morava.

O que leva à actuação do hipocampo são duas ordens de factores. A primeira diz respeito ao nível de significado emocional que a nova informação possui. Diversas experiências demonstram aquilo que qualquer pessoa intui: quanto maior for o grau de significado emocional, maior é a probabilidade de essa informação ficar arquivada na memória. Ora isto vem precisamente ao encontro daquilo que o neurologista António Damásio (1995) defende: o funcionamento cerebral alicerça-se prioritariamente em informações emocionais e não "racionais". A emoção é a forma básica de informação cerebral, mesmo daquilo a que chamamos "pensamento".

A segunda ordem de factores que o hipocampo gere é a relação ou não que uma nova informação tem com informações anteriores. Enquanto os computadores armazenam a informação num determinado espaço delimitado e fechado, o cérebro procura constantemente relacionar as informações arquivadas. Ou seja, a nova informação procura ser armazenada juntamente e em relações associativas com as informações anteriores.

Assim, se eu conheci a Luísa numa situação sem qualquer marca de particular importância (emocional ou contextual) e não a relaciono com qualquer elemento específico, há uma grande probabilidade de eu me esquecer de quem é a Luísa. Ao inverso, se eu conheci o João numa situação de guerra no país Z; costumávamos andar

---

<sup>(16)</sup> Ver o artigo de Geoffrey Cowley e Anne Underwood "Investigação—Os mecanismos da Memória" publicado na revista *Newsweek* e traduzido por Rui de Carvalho em *Expresso-Revista*, nº 1338, 20/6/98.

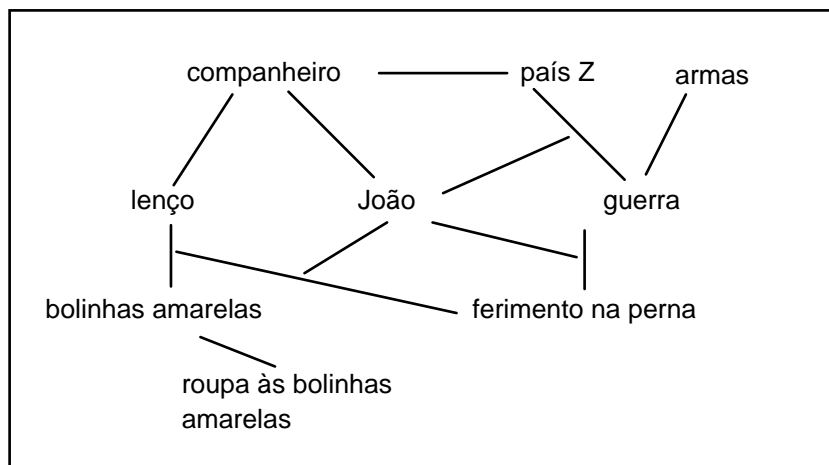


Figura 10

juntos; eu fui ferido e ele auxiliou-me; atou-me à perna ferida um lenço às bolinhas amarelas, é muito provável que eu nunca me esqueça do João, mesmo muito tempo depois de nos termos separado. Há toda uma rede (representada na figura 10) de elementos relacionais que se constituem como "índices de emoções" que associo ao nome do João e que me permitem recordar.

É precisamente esta rede de associações que permite que eu mais facilmente me lembre do nome do João. E quando não me lembro do nome, procuro "caminhar" através desta mesma rede até o encontrar.

Quando queremos despertar uma recordação a alguém fazemos um processo semelhante: vamos-lhe trazendo à memória a rede de associações ligadas ao conceito a recordar:

- Não te lembras da Joana? Aquela que estudou connosco na Faculdade.
- ??
- Que uma vez tirou um dezoito com o professor Soares.
- ??
- Que namorava com o Manuel.
- ??
- Que costumava usar saias muito curtas.
- Ah!, já me lembro...

Tudo isto indica que a sùmula feita pelo cérebro para cada recordação é constituída pelos elementos emotivos e vivenciais que experiencial e cognitivamente associamos a tal elemento recordado.

Os nossos conceitos, a este nível, são também recordações: o conceito da palavra {P} faz-me associar a {P} toda a minha experiência vivencial. Para quem escreve estas linhas, *farinha de pau* faz imediatamente recordar um prato detestado. O conceito de *farinha de pau* é o conjunto de associações que fazemos a algo que conceptualizamos como uma massa castanha. Não sabemos como realmente é a *farinha de pau*; como é produzida; que planta a dá e se é diferente do serrim... Aliás, na própria

evocação de conceitos como este, ligados a experiências alimentares, sentimos normalmente o nosso corpo a reagir com agrado ou não. Por vezes, notamos as reacções de repulsa ou então mesmo reacções biológicas, de salivação por exemplo, o que prova que é todo o nosso corpo e toda a nossa experiência cognitiva que está investida num conceito.

As palavras e os conceitos significativos não podem, por isso, ser considerados elementos puramente relacionais apenas a nível mental, abstracto. São antes sinais evocativos, **referenciais** que nos representam e nos apresentam a realidade que a elas associamos, evocação essa que não é apenas intelectual, mas vivencial, biológica, até. Por isso mesmo, querer tirar o significado das relações que ele tem com as coisas, como pretendia certo estruturalismo, é separar o inseparável.

#### 1.4.2.2. O significado sentido

A partir do que até aqui se viu sobre o processamento e armazenamento de informação no cérebro, facilmente se compreende que qualquer descrição linguística, incluindo naturalmente a do espaço, incorpora em si todo o processo cognitivo que o ser humano de uma determinada comunidade tem sobre o mesmo espaço. As modalidades de referência espacial estruturam-se em experiências cognitivas e perceptivas que vamos construindo e não apenas em mecanismos lógicos ou matemáticos que na sua rigidez não fornecem uma cabal explicação da referencialidade linguística sobre o espaço.

As línguas significam, acima de tudo, o que experimentámos e não apenas o que aprendemos pelo raciocínio lógico ou pelo que se designa "inteligência". Não é só a mente que aprende a língua; o corpo também está presente em todo o processo. Não é por acaso que o *sentido* está radicalmente ligado a *sentir*. A tradição dos estudos linguísticos, muito alicerçada no positivismo e no racionalismo anti-subjectivista, esqueceu-se bastante desde aspecto. Como cada vez mais mostram as ciências neurofisiológicas, corpo e mente são as duas faces da mesma moeda. Por isso se pode dizer que, semanticamente, todo o **sentido** linguístico teve de ser **sentido**, cognitivamente experienciado, pelo homem. Por outras palavras, o **signo** (e o seu **significado** que a língua maneja) é apenas uma abstracção teórica do **sentido** que realmente as línguas comportam. E assim, porque é uma ficção abstracta, nenhum falante tem acesso ao significado, mas todos usam e experimentam o sentido. Se pudéssemos foneticizar a Semântica, diríamos que o significado é o fonema, e o sentido o fone que o falante utiliza.

Esta relação profunda que a Linguística Cognitiva põe em destaque entre a nossa realidade física e perceptiva, por um lado, e a configuração linguística, por outro, faz-nos rever, em certo sentido, o axioma da não arbitrariedade do signo, pelo menos relativamente aos mecanismos psico-fisiológicos que interagem com o mundo na produção

do significado linguístico. Pode, com efeito, dizer-se que, em certa medida, o significado está intrinsecamente dependente do modo como percebemos e interagimos com a realidade. E se não a reflecte em espelho, pelo menos procura encarnar, modelizar, esquematizar, não o mundo, mas o conhecimento e todo o universo de crenças que sobre ele temos. E este processo não é feito através de mecanismos lógicos, abstractos, completamente independentes da realidade (mecanismos **sígnicos**), mas através de configurações o mais antropomorfizadas possível e cognitivamente dependentes; **sentidas**, no fim de contas. Assim, se se encarar a língua como **signo (com significados)** da realidade, focaliza-se a sua faceta não-perceptiva, arbitrária; mas se se vir a mesma língua como uma estrutura dependente da cognição humana, respectivas crenças e experiências físico-perceptivas, então os **sentidos**, mais do que os significados, não são totalmente arbitrários, mas profundamente dependentes da relação cognitiva existente entre o falante e o universo que a língua refere.

É esta relação *sentida* do significado que Lakoff designa por *embodied meaning*: o significado tem de ser corporizado, percebido corporalmente, no sentido de "organizado através das nossas experiências corporais e sensitivas", não na díade opositiva corpo/mente, mas, na linha de António Damásio, implicando mecanismos simultaneamente físicos e cognitivos:

They all added up to the idea that meaning was embodied, that you could not have disembodied meaning, disembodied reason. That entailed that you could not use the kind of mathematics that Chomsky had used in characterizing grammar in order to characterize semantics. The reason was, as we had first shown in generative semantics, that semantics had an effect on grammar, and we tried to use combinatorial mathematics to characterize logical form. We thought that the use of formal grammars plus model theory would enable us to do syntax and semantics and the model theoretic interpretation.

However, if meaning is embodied, and the mechanisms include not just arbitrary symbols that could be interpreted in terms of the world but things like basic level categories, mental images, image schemas, metaphors, and so on, then there simply would be no way to use this kind of mathematics to explain syntax and semantics. Our work in cognitive linguistics since the late seventies has been an attempt to work out the details of these discoveries, and it changed our idea not only of what semantics is but of what syntax is. (Lakoff 1995:120-121)

O conceito de *embodied meaning* implica um tratamento da Semântica em oposição ao tratamento lógico-matemático que as semânticas de natureza formal privilegiaram. Uma abordagem que de tão mecânica que pretendia ser, se esquecia que todo o símbolo mental só o pode ser através de um corpo. Por isso, em toda a actividade



humana não se pode fazer uma barreira que separe o "mental" do "corpóreo". Este "erro de Descartes", nas palavras de António Damásio (1995), também na Semântica foi responsável pela tentativa de se conceber o significado e o conhecimento humano como duas realidades quase independentes de todo o ser físico e de toda a experiência sensitiva do homem que utiliza uma determinada língua:

There have been two generations of cognitive science. In the first generation, it was assumed that mental representation was done in the way suggested by logicians: that there was either a logical form or an image representation made up of symbols and structures of symbols, and that these symbols represented things in the external world or categories in the external world. They were internal representations of some external reality. This was part of the "disembodied mind" view—the view that you could characterize a mind in purely abstract terms using abstract symbols and that this had nothing to do with the body, with perceptual mechanisms, and so on. (Lakoff1995:122)

Ao inverso desta perspectiva, a Semântica Cognitiva concebe todos os esquemas mentais como processando-se a partir da realidade sentida e experienciada pelo homem. A mente é sempre uma **mente num corpo** e todas as actividades mentais só o são a partir das sensações que o corpo simultaneamente "fornece" e experimenta:

The later view, which I call the "embodied mind" vision, showed that categorization had everything to do with the perceptual and motor system, that image schemas have to do with human perception, that metaphors have to do with human understanding, that mental spaces are human constructions. In that view, the mind is embodied. We understand the world not in arbitrary or objectivist fashion but rather through our experience. (Lakoff1995:123)

Não admira, por isso mesmo, que hoje a Semântica Cognitiva seja uma área central na ciência, não apenas dentro das clássicas ciências humanas, mas igualmente dentro das ciências da computação, da Inteligência Artificial e da Neurofisiologia. Aliás, nos últimos, têm surgido numerosos trabalhos e projectos que visam englobar estas três áreas, já que elas têm de comum a tentativa de compreender o processamento e funcionamento da informação. As últimas propostas do conexionismo parecem indicar que se está no bom caminho:

Connectionism says that the nature of the brain really matters: the fact that it is made up of neural networks, that they are connected in certain ways, that the brain is divided up into a visual system and other parts that characterize its functioning, that

the visual system is itself broken up into many subparts. This will all matter for cognition.

We are trying to put the results of cognitive linguistics together with connectionist modeling. One of the things I am now working on is an attempt to show that image schemas that essentially give rise to spatial reasoning and, by metaphor, to abstract reasoning, can be characterized in neural terms. I am trying to build neural models for image schemas. So far, we have been successful for a few basic schemas. (Lakoff1995:123)

### 1.4.2.3. A modelização do real

#### 1.4.2.3.1. O erro de Saussure

O signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. (Saussure, 1978:122)

Saussure ao pretender podar a língua de tudo aquilo que a pudesse impedir de se constituir em objecto de uma nova ciência, de tanto querer limpar, talvez tenha cortado ramos a mais. E um dos que cortou, e que alguns continuadores estruturalistas acabaram por queimar, foi o referente.

Para Saussure, o verdadeiramente linguístico tem que ser imaterial. Portanto, tudo o que envolva qualquer aspecto da realidade, terá que ficar de fora da Linguística. Esta será uma ciência de valores, no sentido imaterial do termo. Melhor: uma ciência de relações entre valores.

Ora, para Saussure, os valores são independentes dos objectos materiais que os suportam. Os exemplos do jogo de xadrez e das moedas, tão frequentemente utilizados pelo célebre linguista, relembram a cada passo a sua eleição da imaterialidade da língua.

O erro de Saussure está, a nosso ver, não no desconhecimento da importância da relação referente-significado, mas no querer construir a Linguística pondo de fora esta primeira relação e privilegiando em exclusivo a relação significado-significante, desatando aquele de todos os laços que obrigatoriamente o ligam ao real.

Não é lícito, assim, dizer que para Saussure a relação referente-significado não tem nada a ver com a língua; não tem nada a ver é com a Linguística que Saussure quer construir. É que Saussure aceita a importância de tudo aquilo que pré-existe, produz ou modifica o significado: não o considera é como devendo fazer parte da sua Linguística.

E é este "erro" que o leva várias vezes a entrar em contradição consigo mesmo ao conceber uma língua como uma pura rede de relações opositivas e negativas, já que a importância da relação referente-significado perpassa muitas vezes pelas páginas do *Curso*.

Aliás, é mesmo espantoso que na definição de signo que apresenta, logo nos primeiros parágrafos do capítulo primeiro, Saussure considere como condição *sine qua non* para a existência do signo linguístico a conformidade, atribuída pela comunidade falante, com a **realidade** (é este mesmo o equivalente que aparece):

O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...]. Estes dois elementos estão intimamente unidos e postulam-se um ao outro. [...] é evidente que só as aproximações [*entre significado e significante*] consagradas pela língua nos aparecem conformes à realidade e, por isso, afastamos qualquer outra que se pudesse imaginar. (Saussure, 1978:123)

Afinal, para Saussure a conformidade com a **realidade** é o pré-suposto em que assenta a natureza psíquica do signo, natureza esta que ele constantemente lembra!

Ao dizer que a língua é o sistema que mais **incorpora as vivências** da comunidade, Saussure mais não está do que a reconhecer que as modificações sígnicas provêm de modificações da realidade mundo-falantes. Não se pode ser mais directo para dizer que há uma profunda relação entre a realidade dos referentes perspectivada pelos falantes e a realidade linguística:

A língua — e esta consideração sobrepõe-se a todas as outras — é em cada momento algo que interessa a toda a gente. [...] recebe constantemente a participação de cada um e, por isso, a cada momento, sofre influências de todos. [...] Ela incorpora a vida da comunidade. (Saussure, 1978:133)

Podemos, e devemos mesmo, entender que para o inspirador do *Curso* esta relação existencial, vivencial (e, por que não?, cognitiva) que a comunidade mantém com a língua que usa é o verdadeiro motor de toda a actividade transformadora das línguas. Ou seja: a língua como puro sistema de valores imateriais é apenas uma abstracção para um formalismo linguístico, porque as verdadeiras línguas são **arrastadas** (como aparece no *Curso*) pelas experiências dos homens. É isto que o próprio Saussure diz quando compara uma língua criada artificialmente com uma língua natural:

O homem que pretendesse criar uma língua imutável, que a posteridade devesse aceitar sem alterações, seria como a galinha que choca um ovo de pata: a língua

criada por ele seria arrastada, apesar de tudo, na corrente que arrasta todas as línguas. (Saussure, 1978:137)

Saussure, por conseguinte, não ignora que a língua incorpora tudo aquilo que resulta das relações que o homem estabelece com o mundo em que se insere; não ignora que isso é a maior força a que as línguas estão sujeitas ("uma corrente que tudo arrasta", como afirma). Ignorar isto não foi erro que o inspirador do *Curso* tenha cometido. O seu erro foi o de querer uma Linguística que só começasse onde esta "corrente arrasadora" termina. Que só começasse a partir da imaterialidade negativamente opositiva do significado. E se ele não tentou, os seguidores do estruturalismo tentaram-no. E conseguiram bons resultados, mas não os suficientes para levarem a Semântica a atingir o seu verdadeiro objectivo: compreender (tentar...) o processo de significação, mas ... na sua **totalidade**.

Com efeito, as concepções saussureanas sobre a noção de valor linguístico levaram a que a língua fosse, no estruturalismo, encarada como um valor para-material, tornando-se o objecto da Linguística uma realidade puramente formal, situada para além de qualquer elemento sensitivamente tangível. Por fora desta pura rede de formas, de "valores", situava-se tudo o que, embora indirectamente ligado à língua, se designava por "extra-linguístico". Hjelmslev, ao separar, quer dentro da "expressão", quer dentro do "conteúdo", *forma* e *substância*, vai refinar a dualidade saussureana, deixando para a sua Glossemática o estudo das relações puramente formais independentes dos elementos tangíveis que lhes servem de suporte. A Linguística torna-se, assim, uma ciência não só para-material, mas mesmo anti-material.

Uns mais, outros menos, todos os estruturalistas entendiam o fenómeno linguístico como começando apenas para além da realidade sensível, quer do homem que utiliza a língua, quer do mundo que essa língua abarca e refere. E como as dicotomias faziam escola, distinguia-se (queria distinguir-se) perfeitamente o linguístico do extra-linguístico.

As concepções cognitivas, inserindo o homem, com todas as suas actividades cognoscitivas, entre a realidade que procura expressar e a língua de que se serve exactamente para a expressar, romperam o equilíbrio dual até aí inquestionado.

Na curiosa expressão de Georges Kleiber, o "comércio linguístico"<sup>(17)</sup> implica não apenas algo que se diz, mas também algo sobre o qual qualquer coisa é dita. E a questão que se coloca é a de saber se este "algo sobre o qual qualquer coisa é dita", o referente, também deve ou pode parcialmente fazer parte da análise linguística.

---

(17) Kleiber 1997:9.

#### 1.4.2.3.2. O argumento de Santo Anselmo: referente e realidade

Santo Anselmo, "provava" a existência de Deus afirmando que se a ideia de Deus existe e nós nos podemos referir a ela, então é sinal que Deus também existe, na medida em que quando há uma referência tem que existir algo que é a realidade existente correspondente a essa referência.

Este argumento representa, talvez, uma das querelas mais antigas, mas, a nosso ver, mais relativas à Semântica do que à Teologia.

Na realidade, o que subjaz à questão é isto: que relação existe entre referência e existência, ou em que medida a referencialidade envolve o sentido, o referente e a realidade?

Searle, nos seus já clássicos *Speech Acts*<sup>(18)</sup>, afirma que tudo aquilo a que nos podemos referir deve existir. Isto é incontroverso. Mas a questão essencial é: que tipo(s) de existência detém tudo aquilo a que a linguagem se refere? Aliás, a pergunta assim formulada passa por cima de uma questão prioritária, que é a de saber se existe uma realidade extra-linguística. No entanto, esta questão parece ao nosso senso comum tão absurda que para ela não vemos outra resposta que não seja a de que existe um mundo real, exterior ao homem e à língua, mundo esse que a mesma língua nomeia. A parábola bíblica do Génesis em que Adão (que em hebraico significa "o homem") dá nome aos animais<sup>(19)</sup> é uma das mais antigas teorias sobre a língua como a nominalização da realidade que de si é intrinsecamente extra-linguística. Note-se que na parábola, Deus fez tudo, mas não deu nome às coisas: quem atribuiu os nomes foi o homem. Ou seja, o universo é uma realidade exterior ao homem, mas é o próprio homem que é responsável pela nomeação linguística da realidade. A parábola da torre de Babel confirma esta visão intrinsecamente humana das línguas.

Este enfoque que concebe o mundo que a língua nomeia como uma realidade completamente extra-linguística é a clássica posição objectivista. Segundo ela, baseada num realismo a que se costuma chamar "ingénuo", os referentes são as realidades de tudo aquilo que envolve o homem e que este conhece. Esta realidade, para ser referida, só o pode ser através da linguagem, a qual faz a denominação dos elementos que compõem a referida realidade. Uma palavra, por conseguinte, representa, denomina, é o nome que uma língua atribui a uma porção determinada da realidade.

Esta concepção tende a entender como referente apenas o referente objectual: os referentes linguísticos são os objectos, as coisas que existem no mundo

---

(18) 1969, Cambridge University Press, Londres e Nova Iorque.

(19) "Então, o Senhor Deus, após ter formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. O homem designou com nomes todos os animais domésticos, todas as aves dos céus e todos os animais ferozes." *Génesis 2, 19-20.* (*Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, 7ª Ed., Lisboa)

real. E, por isso, encontra logo uma grande dificuldade — as entidades que a língua refere e que não existem no mundo real: as sereias, o Adamastor, as personagens ficcionais, etc. E no entanto, estas entidades também têm que ser consideradas referentes linguísticos. Isto implica, obviamente, que se tem de considerar como referente linguístico não apenas o referente fisicamente observável, mas toda a entidade, física ou não, existente ou não para a qual a semanticidade linguística aponta.

#### 1.4.2.3.3. A realidade modelizada

Não podemos defender a ideia que o mundo real é tal qual nós o conhecemos, porque todo o conhecimento é sempre o conhecimento a partir de um sujeito que conhece. Ora o resultado deste processo vai depender em grande parte dos mecanismos cognitivos desse mesmo sujeito-conhecedor.

Tomemos o exemplo das cores<sup>(20)</sup>. Sabemos que a cor não é qualquer coisa que os objectos possuem, mas existe pelo facto de o cérebro humano atribuir uma determinada descodificação em função da frequência electromagnética da luz que os objectos iluminados emitem. Mas também sabemos que o nosso cérebro não descodifica a totalidade do espectro, mas apenas uma faixa que vai do vermelho ao violeta. Por conseguinte, as "cores" que estão abaixo do vermelho ou acima do violeta não podem ser vistas pelo ser humano. Podemos, por hipótese, imaginar extra-terrestres sensíveis às outras frequências, que vissem outras cores que nós nem imaginamos como são. Naturalmente que, para eles, o mundo se apresentaria muito diferente. E cada um veria coisas diferentes olhando para a mesma realidade.

Todo o conhecimento que nós temos do mundo é **o nosso** conhecimento. É assim porque nós, humanos, temos um corpo sensível a determinadas facetas da realidade, mas não a outras. Basta imaginarmos que os seres humanos eram como as toupeiras, que não viam. A nossa concepção do mundo seria radicalmente diferente. E também éramos capazes de dizer que conhecíamos o mundo tal como ele é, já que nem imaginaríamos o que era "ver". Reparemos que os nossos sentidos não são sensíveis à esmagadora maioria das radiações que vagueiam pelo universo e que são a nossa fonte primordial de conhecimento dessas áreas. Esse conhecimento só se torna possível quando nós, através de máquinas, "traduzimos" para os nossos sentidos (em sons, sinais gráficos ou outros) esses sinais (radiações) que os nossos órgãos sensoriais não captam e portanto também não descodificam.

Para haver conhecimento, tem que haver um conhecedor e, portanto, todo o conhecimento é sempre perspectivado relativamente a um ponto de vista. Não pode

---

<sup>(20)</sup> Ver, a este propósito, a *Vantage Theory* de MacLaury (1.6).

haver conhecimento que não implique a visão a partir de **uma** parte. A visão de nenhuma parte, a visão sem ponto de vista é impossível.

Esta é a essência de qualquer língua: uma língua também incorpora **uma visão** da realidade. Cada língua não se limita a pôr nomes às coisas do mundo real, mas ajuda a configurar a própria realidade que refere. Cada língua articula de forma diversa a realidade que expressa. É esta a verdadeira arbitrariedade presente nos sistemas linguísticos: a de dividirem, configurarem e conceptualizarem de uma forma própria o *continuum* da realidade que referem. Se assim não fosse, as línguas seriam simples nomenclaturas. Saussure, quando insistia no carácter arbitrário da língua, queria referir precisamente esta faceta e não apenas a simples relação entre o significante e o significado. Por isso é que dizia que a verdadeira arbitrariedade domina toda a linguística da língua, embora tal facto não seja evidente a uma primeira abordagem.<sup>(21)</sup>

Este mesmo facto, o de as línguas configurarem e conceptualizarem de uma forma (parcialmente) autónoma a realidade, prova também que a visão que temos do mundo não é puramente individual nem completamente diferenciada da visão que outros seres humanos têm. Os modelos cognitivos e referenciais que as línguas usam indiciam que na configuração e apreensão cognitiva da realidade não domina o puramente arbitrário. Se assim fosse, não haveria referencialidade possível, já que não existiriam modelos-base de referência.

Estes modelos-base, fornecidos pela interacção conhecimento-língua, permitem que a subjectividade dos actos cognitivos seja guiada e não resulte num conjunto caótico de informação. E como os modelos linguísticos são partilhados pelos falantes de uma língua, eles possibilitam uma certa estabilidade intersubjectiva que, em mecanismo de *feed-back*, reforça a estabilidade do modelo.

Esta estabilidade intersubjectiva é tanto maior quanto mais objectivo puder ser o conhecimento. Assim, naturalmente, ela é maior relativamente a conteúdos como *cadeira, mesa, maçã*, mas menor noutros como *mãe, amor, liberdade*.

Esta constante interacção do homem com a língua, a realidade experienciada e os seus mecanismos cognitivo-conceptuais, talvez possa ser representada num esquema como o seguinte:

---

(21) Para medir melhor a importância que Saussure atribui à arbitrariedade inter-sígnica e não apenas intra-sígnica e como ele pretendia estruturar toda a análise linguística a partir desta característica das línguas (facto que os organizadores do *Curso de Linguística Geral* não perceberam), ver Teixeira, 1992, "O carácter não-axiomático das antinomias saussureanas", in *Diacrítica*, nº7 (1992), 295-312.

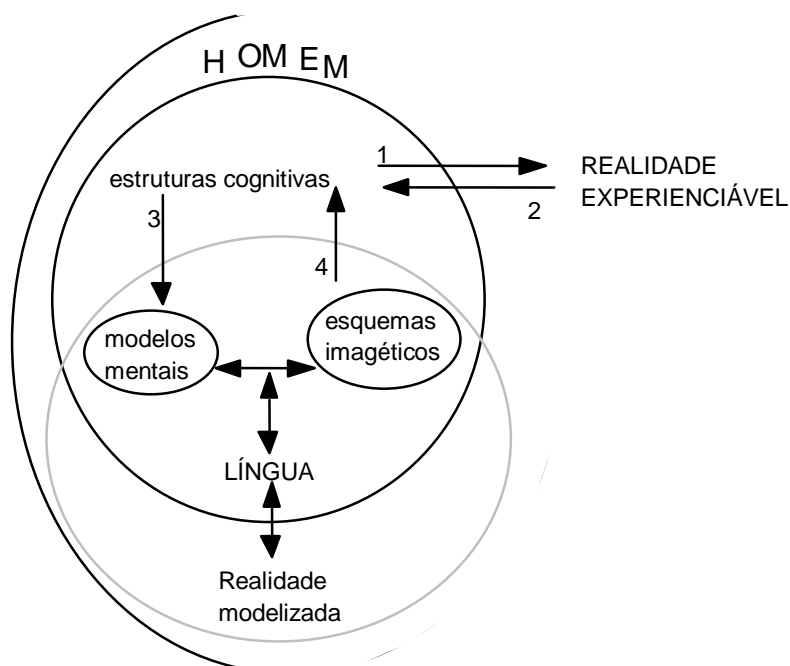


Figura 11

A realidade experienciável tem correspondência, necessariamente, na realidade modelizada. É a partir daquela que esta se pode construir. No entanto, a segunda não é uma espécie de imagem espelhada da primeira. Antes de mais, porque o processo não se baseia exclusivamente no aspecto visual: os nossos conceitos que abarcam os seres imaginários como *gambozino*, os sentimentos ou os conceitos abstractos como *felicidade*, *tranquilidade*, *liberdade*, etc., são constituídos a partir do mundo real, mas não na sua essência pela experiência visual. Compreende-se, portanto, que toda a realidade que as nossas estruturas cognitivas transformam em modelo(s), a realidade modelizada, é constituída pelos ditos modelos mentais que procuram evocar, referir e processar (no sentido computacional do termo) o caos da realidade, mapeada pelas mesmas estruturas cognitivas. Estas desempenham o seu papel voltando-se para a realidade experienciável (no esquema, este movimento está assinalado com (1) e recebendo desta (2) estímulos que são processados pelas mesmas estruturas cognitivas. O resultado deste processo (3) são modelos mentais que a língua maneja e que constituem a maneira humana de modelizar a realidade. Estes modelos mentais organizam-se em esquemas imagéticos que reforçam as estruturas cognitivas (4) para uma nova sensorização da realidade experienciável (1). Assim, o processo torna-se recursivo, o que possibilita o aumento progressivo do seu poder de secanarização<sup>(22)</sup> da realidade.

<sup>(22)</sup>*Secanarização* (de *scanner*): embora este termo, ao que sabemos, não se encontre dicionarizado, ele representa muito bem o processo referido. É que o processo cognitivo não "fotografa" ou "retrata" apenas a realidade. Tal como num *scanner* ligado a um computador, obtém-se uma imagem que pode ser



A realidade experienciável é infinita (e por isso no esquema aparece em aberto) não apenas porque é constituída por tudo o que existe, mas igualmente porque cada parcela pode variar até ao infinito conforme o ângulo de exploração que os nossos mecanismos cognitivos dela fazem. A realidade modelizada é finita, constituída pelos nossos esquemas imagéticos e modelos mentais que compõem e resultam do processamento linguístico-cognitivo. No entanto, as suas fronteiras nunca são definitivas (e por isso, no esquema, aparecem a tracejado). Podem expandir-se continuamente, já que cada novo acto cognitivo pode aumentar essa mesma realidade modelizada, ou, como também se diz, o nosso conhecimento do mundo.

É este, verdadeiramente, o caldo que resulta da interacção língua-actividade cognitiva e que simultaneamente é fonte que subjaz a todas as novas conceptualizações. E é este caldo cognitivo que para os falantes de uma língua é a verdadeira realidade. Ou seja, o falante acredita que o mundo é assim, tal como ele o percebe, acredita que os seus conhecimentos reflectem uma realidade objectiva e acredita também que as percepções dos outros falantes são muito idênticas à sua. É isto que permite falar na estabilidade intersubjectiva. É que mesmo quando se quer negar que a realidade existe como se apresenta, nega-se qualquer coisa que é tida como **a realidade**. É tendo por base esta crença sobre a realidade que são construídas as línguas que falamos.

E a partir daqui, para o âmbito do linguístico, não é importante saber como é o mundo real, ou mesmo se é possível qualquer conhecimento sobre o mundo que o reflecta na sua verdade independentemente do ponto de vista do observador. Não é isso que a língua maneja, mas apenas o mundo modelizado que os falantes intersubjectivamente partilham.

Não se pode, no entanto, cair no erro, como fazem determinadas teorias construtivistas, de considerar que o mundo linguístico é um mundo fechado em si mesmo, e que qualquer referência da língua não tem nada a ver com a realidade extra-linguística, mas apenas com um universo construído que a língua maneja.<sup>(23)</sup> A referencialidade linguística, assim, equivaleria apenas a uma referencialidade interna, o que seria um absurdo, na medida em que se teria que admitir que a língua referia a própria língua e que qualquer signo só representaria um outro signo.

Ainda que se creia que a realidade modelizada através dos nossos mecanismos cognitivos não espelha perfeitamente o extra-linguístico, tem sempre que

---

decomposta e analisada em elementos tão discretos quanto quisermos e que possibilitam todas as combinações ulteriores desejadas - o que não é possível num simples retrato ou fotografia. Além disso, mesmo etimologicamente, em inglês *to scan* correspondente ao português *escandir*, significa (*Dicionário Português-Inglês* de Armando de Moraes, Porto Editora) *analisar, decompor, esquadrihar, perscrutar, examinar minuciosamente* o que constitui a verdadeira base do processo cognitivo.

<sup>(23)</sup> Ver J. C. Anscombe, 1996, *Théories et méthodes en sémantique française*, Université de Paris VIII e P. Attal, 1994, *Questions de sémantique. Une approche comportementaliste du langage*, Louvain/Paris, Éditions Peeters.

se admitir que aquela é sempre construída a partir deste que pretende retratar, referir e compreender.

É, portanto, perfeitamente compatível aceitar que a linguagem entra no processo de modelização da realidade, ou seja, que a linguagem ajuda a construir um conjunto de modelos que traduzem uma realidade que sabemos existente, aceitando simultaneamente que o produto dessa modelização não se restringe ao linguístico, mas que é qualquer coisa que faz a ponte entre a língua e uma realidade a ela exterior.

Vê-se, assim, que, embora distintos, é impossível separar completamente o sentido e a referência. Por isso Kleiber (1997:20) admite

la nécessité de postuler que le sens est, au moins partiellement, tourné vers la référence, autrement dit, doit être décrit en des termes qui préparent ou prédisent la référence.

Kleiber distingue dois grupos que representam duas tendências na relação sentido-referente: o paradigma do sentido referencial (*sens référentiel*) e o paradigma do sentido arreferencial (*sens aréférentiel*), partilhado por aqueles que preferem um sentido que paire para além de, e sem contacto com, a realidade referencial.

Kleiber defende que esta última posição é insustentável e que o verdadeiro paradigma terá que ser o do sentido referencial. Segundo a sua própria definição,

La dénomination de sens référentiel est une étiquette commode pour rendre compte des conceptions sémantiques qui postulent que le sens d'une expression linguistique est constitué par des traits auxquels doit satisfaire une entité pour être désignée par cette expression linguistique, c'est-à-dire pour être son référent. (Kleiber 1997:21).

Defender um sentido referencial não significa defender que as expressões linguísticas mantêm uma relação directa com a realidade referenciada, mas apenas que há aspectos dessa mesma realidade cognitivamente importantes para o estabelecimento daquilo que se chama o "sentido". Por outras palavras, o processo de referência aparece em simbiose com o processo semântico.

Ora se a língua aparece imbricada com a realidade que designa e esta é percebida como mantendo uma relativa estabilidade, defender um sentido referencial acarreta defender que cada unidade de sentido possui determinadas invariantes que funcionam como a parte "estável" do significado.

Precisamente por isso, quem se opõe ao sentido referencial ataca a estabilidade do sentido linguístico, ou negando a possibilidade de haver identidade de sentido para além de cada indivíduo ou defendendo que todo o sentido é construído no próprio acto de comunicação.

É evidente que posições extremas como as de P. Bange que defende que nunca se pode ter a certeza daquilo que cada locutor pretende dizer com aquilo que diz<sup>(24)</sup> são absurdas, já que a não se admitir uma plataforma comum de entendimento, nada poderia ser compreendido por ninguém, nem sequer esta mesma teoria de isolacionismo semântico.

Uma posição mais moderada será a de não negar a possibilidade da comunicação, mas negar a tal plataforma comum como pré-existente ao acto da comunicação. O sentido seria, assim, totalmente gerado no próprio acto de comunicar: uma espécie de "negócio" entre os interlocutores e a Semântica não seria mais que um enorme buraco vazio, como se depreende do título de um artigo de D. Kayser, um adepto deste construtivismo semântico radical: "Une sémantique qui n'a pas de sens"<sup>(25)</sup>

Esta perspectiva não será menos radical que a anterior e vai contra toda a intuição linguística que os falantes possuem. O próprio acto de falar já pressupõe que qualquer dos intervenientes acredita que há mecanismos formais e realidades substantivas da comunicação que são entendidas como idênticas por quem partilha um acto linguístico. Sem elementos estáveis, sem denominadores semânticos comuns, nada poderia ser construído. Nada se constrói a partir de nada.

A atitude mais frequente, dentro da história da Semântica, contudo, não tem sido a das radicalizações atrás apontadas, mas, na linha de Saussure, aceitar que há uma parte do sentido que é estável e convencional, só que desligada do referente. Este deverá ficar totalmente fora do processo linguístico, que só a partir dele, referente, começa.

Esta atitude metodológica, louvável nos seus propósitos de erigir uma Linguística depurada da variabilidade de tudo o que fosse "parole", foi, porém, sobretudo intencional. A força que queria varrer o referente era contrariada por vários ventos que, sem o darem a entender, traziam de volta o que se julgava já varrido.

O que é a análise sémica senão a ilustração disto mesmo? Os semas não são mais do que os aspectos do referente que as análises de carácter estruturalista recortavam. A descrição sémica de uma unidade é uma descrição das particularidades mais prototípicas de uma **coisa**, descrição essa que no conjunto de elementos detectados (semema) vai corresponder ao respectivo significado.

E dizer que o significado não tem nada de material, mas é uma entidade puramente psíquica, também não é argumento definitivo: o que é a referência senão também uma actividade psíquica?

Aliás, o estruturalismo nunca definiu semanticamente as unidades de acordo com os princípios que defendia, ou seja como entidades opositivas e negativas. A Semântica estruturalista, que pretendeu imitar a Fonologia, não a imitou no processo

---

(24) P. Bang, 1992:147 (*Analyse conversationnelle et théorie de l'action*, Hatier, Paris)

(25) D. Kayser, 1987, "Une sémantique qui n'a pas de sens", *Langages* 87.

descritivo e de detecção das unidades. É que, semanticamente, uma unidade completamente desligada do seu processo de referência não existe. A sua oposicionalidade negativa só é possível se for construída sobre a sua referencialidade necessariamente positiva. E por isso é que mesmo negando-o, o estruturalismo recorre aos vectores de referencialidade das unidades para as descrever semanticamente como unidades simultaneamente positivas e opositivas. As teorias estruturalistas preocupavam-se apenas em organizar os semas/ sentidos; pegavam na unidade semântica e estabeleciam oposições a partir de elementos considerados mínimos (semas) que não queriam saber como é que tinham surgido. Por isso mesmo é que se podiam dar ao luxo de "ignorar" o referente e todo o processo de referência, já que só se questionavam para lá do processamento sémico.

Conclui-se, do que ficou dito, que uma teoria semântica que queira ser também uma teoria sobre todo o processo da produção do sentido tem que englobar a relação significado-referente. Distanciando-se definitivamente do referente, qualquer teoria encontrará sérias dificuldades em explicar como é que o sentido, em todo o processo de significação, consegue alcançar o mesmo referente.

Os processos demasiadamente formais, de tanto procurarem abstrair-se do referente e da realidade concreta, tornam-se irrealis: nem descrevem satisfatoriamente a unidade e, por outro lado, prestam-se à descrição não apenas de uma, mas de múltiplas. Mesmo as definições lógico-formais acabam sempre por tentar definir qualquer unidade através de um número determinado de características consideradas nucleares e vistas como necessariamente sempre presentes. Isto significa que tal metodologia enferma dos mesmos erros das teorias das condições necessárias e suficientes.

Podemos pegar na descrição semântica que P. Cadiot faz de *caixa* ("boîte")<sup>(26)</sup>, definição que Kleiber (1997:30) cita:

X contenir Y pour produire/fournir Z

O mesmo Kleiber (1997:31) defende que definições como esta não são verdadeiramente descrições semânticas, mas funcionais.

Além disso (não o diz Kleiber, mas pensamos nós), esta definição acaba por utilizar a base que critica, porque pretendendo fugir a uma Semântica coisificada se serve das mesmas palavras que se utilizam para referir as coisas: *conter*, *para produzir*, *para fornecer*. Não são estas palavras e estes sintagmas eminentemente referenciais de/das coisas?

É evidente também que uma definição lexical como esta cobre uma área muitíssimo mais vasta do que a de *boîte/caixa* (port.):

---

<sup>(26)</sup> P. Cadiot, 1994, "Représentation d'objects et sémantique lexicale: Qu'est-ce qu'une boîte?", *French Language Studies*, 4, pp 1-23.

X	contenir	Y	pour produire/fournir	Z
pinha		pinhões		pinheiros
bomba		explosivos		explosão
garrafa		vinho		bebida
livro		letras		mensagens
folhas		clorofila		oxigénio
...		...		...

E, inversamente, muitas caixas não podem ser englobadas mesmo nesta descrição tão genérica: há caixas pequeninas, feitas de ouro (que nem sequer podem ser abertas) que se destinam a ser utilizadas como amuletos; podemos imaginar uma caixa que não contém nada nem foi feita para conter nada: uma caixa enorme para ganhar o concurso da maior caixa do mundo...

#### 1.4.2.3.4. Significado e função

Cadiot, num outro artigo posterior (Cadiot e Nemo 1997) reforça esta sua concepção da Semântica como essencialmente descritiva das relações funcionais que as palavras traduzem. Para ele, há dois tipos de propriedades a considerar em cada unidade: as intrínsecas (que caracterizam a unidade enquanto conjunto de características atribuídas como identificadoras) e as extrínsecas (não as características internas da unidade, mas as ligações funcionais e teleológicas que o referente suporta):

La signification lexicale est souvent conçue, au moins partiellement, en termes de description ou, dans notre terminologie, de propriétés intrinsèques (PI). Nous explorons ici l'hypothèse inverse que le mot (notamment le nom) renvoie directement aux types de relations, 1° que le locuteur entretient avec les référents variés que tel mot lui permet de construire, 2° que ces référents entretiennent avec leur environnement. C'est sans doute le sens même des noms qui doit être identifié avec ces rapports ou propriétés extrinsèques (PE). Du coup, les emplois polysémiques, métonymiques ou métaphoriques sortent complètement de leur marginalité pour tendre à se confondre avec la signification lexicale elle-même, les usages dénominatifs masquant plutôt cette signification. (Cadiot e Nemo 1997: 127)

A significação lexical deve apoiar-se nas propriedades extrínsecas (PE) e não, como tradicionalmente tem feito, segundo Cadiot, nas propriedades intrínsecas (PI):

*Thèse 3:* Toute sémantique lexicale se doit, dans son souci de rendre compte du sens des mots, de prendre acte du fait que les PI sont indépendantes des PE, ou au mieux étroitement dépendantes de ceux-ci. Le sens des mots se calcule de ce fait à partir des seules PE. A l'inverse, toute démarche qui consisterait à poser la question du sens des mots en termes de PI ne serait pas de la sémantique.

Ce qui intéresse la sémantique lexicale, ce n'est en effet pas la réponse à la question *qu'est-ce que c'est qu'un X?* qui appelle une réponse par les PI de l'objet désigné, mais d'identifier quelles sont les PE qui expliquent qu'un ensemble d'objets aux PI hétéroclites soient nommés de la même façon. Autrement dit, la fonction d'un mot observée à travers ses emplois, c'est de ménager un accès aux objets au travers du rapport qu'on entretient avec eux. C'est cet accès que nous tentons de formuler en termes de PE. (Cadiot e Nemo 1997: 129)

Segundo ele, não são as propriedades extrínsecas que decorrem das intrínsecas, mas o inverso: estas, as intrínsecas, é que são **deduzidas** daquelas (note-se, portanto, que a existência das propriedades intrínsecas não é real e directa, mas construída indirectamente):

C'est en effet une caractéristique définitoire des objets utilitaires que les propriétés intrinsèques se déduisent des propriétés extrinsèques. Il serait de ce fait particulièrement incorrect de considérer les PE comme des propriétés qu'il suffirait d'ajouter aux PI.

Or, à partir du moment où les PI se déduisent des PE, ils sont susceptibles de devenir à l'inverse de véritables **indices de destination** ou indices **téliques** (**'conçu pour'**). (Cadiot e Nemo 1997: 136)

A funcionalidade que atribuímos aos objectos não é cognitivamente posterior à própria noção que temos deles. Isto, segundo Cadiot, significa que, numa posição que ele mesmo qualifica de "radical", o sentido nada tem a ver com a categorização:

Comme nous l'avons vu, l'idée selon laquelle il y aurait des objets et ensuite des rapports à ces objets est une erreur fondamentale: il n'y a pas pour la langue d'abord un monde sans l'homme et ensuite un monde avec l'homme, et de ce fait les mots assument forcément d'emblée ce monde avec l'homme, la dynamique interne des mots ayant son origine comme nous avons pu le voir dans le 'avec'. Ce qu'une telle analyse implique ensuite — et en cela elle se présente comme une alternative à la théorie en vogue selon laquelle les mots seraient des catégories (cognitives) — c'est

que **le sens des mots n'est pas un problème de catégorisation**. (Cadiot e Nemo 1997: 144)

O sentido das palavras, constituído apenas pelas propriedades extrínsecas é, portanto, indexado às relações funcionais que os referentes actualizam. Como diz, resume-se à forma como o objecto deve ser utilizado:

Loin de procéder par abstraction à partir d'une gestalt commune hypothétique, ou par relâchement à partir d'un prototype, l'emploi d'un mot a pour fonction d'indiquer comment l'objet doit être pris et/ou perçu. [...] Les PE, que nous avons présentées comme le seul objet légitime de la sémantique lexicale, ne sont pas au vrai des 'propriétés', mais une façon de détailler ce principe instructionnel. (Cadiot e Nemo 1997: 144-145)

Dizer que **tudo** aquilo que a Semântica tradicional considerava nuclear para a estruturação de um conceito (as propriedades intrínsecas) deve ficar **totalmente** fora da Semântica lexical é, com certeza, uma afirmação gratuita. Não olhemos muito tempo para o exagero que esta posição tão radical, como o próprio diz, tem e aproveitemos um aspecto que faz ressaltar: as propriedades "extrínsecas" (se assim se quiserem designar), constituídas pelas relações de funcionalidade que o referente de uma unidade possui, não podem ser postas da lado para a compreensão do sentido dessa unidade. Muitas vezes tem que se lhes atribuir um papel preponderante, não de características "apenas" importantes, mas mesmo prioritárias. Não é por acaso que quando se pergunta às crianças o que entendem por determinado objecto ou realidade, elas indicam, em primeiro lugar, as funções que associam a esse mesmo objecto ou realidade. À pergunta *O que é uma faca?* a resposta mais frequente é *uma coisa que serve para cortar*. É curioso verificar que mesmo conceitos sobre referentes que não costumámos definir pela sua funcionalidade, como *pai*, são descritos funcionalmente<sup>(27)</sup>, o que revela como a vertente funcional do referente é importante na estruturação do referido conceito cognitivo e, consequentemente, semântico.

Ao contrário do que diz Cadiot, esta valorização que se deve reconhecer à vertente funcional não vai nada contra conceber a categorização como o cerne do processo semântico. Antes pelo contrário: é através da categorização que nós

(27) Veja-se como na Revista *Pais e Filhos* (nº 86, Março de 1998: 36-37) algumas crianças respondem à pergunta "O que é o pai?": "O pai serve para tratar bem os filhos e para ir passear" (Bárbara, 5 anos); "O meu pai brinca comigo e joga 3 jogos: Dominó, o Relógio e outro já não me lembro." (Madalena, 3 anos); "Pai... O pai é para tratar os filhos." (Carolina, 5 anos); "O pai é para tomar conta dos filhos quando a mãe vai sair." (Maria, 5 anos); "O meu pai também serve para pôr a comida na mesa." (João, 5 anos); "Os pais também servem para comprar comida." (Pedro, 5 anos); "O pai serve para dar boa educação." (Clara, 5 anos); "O pai só serve para brincar." (Miguel, 5 anos); "Quando eu quero ver cassetes é o pai que põe as cassetes." (Rebeca, 3 anos).

sistematizamos os aspectos mais relevantes da funcionalidade de um referente e inserimos esses traços no processo semântico-cognitivo.

Para Kleiber, a relação entre significado e função passa pela noção de *significado instrucional*. Segundo ele, não é sempre idêntica a faceta referencial no processo significativo. E, por isso, propõe dois tipos diferentes de significado:

L'hypothèse que nous suggérons est que le sens obéit à deux modèles référentiels différents: le modèle descriptif, celui qui indique quelles sont les conditions (nécessaires et suffisantes ou prototypiques) auxquelles doit satisfaire une entité pour pouvoir être désignée ainsi, et le modèle instructionnel, qui marque le moyen d'accéder au, ou de construire le référent. Le premier est prédicatif, le deuxième met en jeu des mécanismes dynamiques (déictiques, inférentiels), qui ne constituent pas des propriétés du référent, mais des balises plus ou moins rigides pour y arriver. (Kleiber 1997:32-33.)

Compreende-se que Kleiber faça notar que a relação sentido-referente não é sempre idêntica. Mas o que não é obrigatório concluir é que isso implique dois tipos diversos de processos significativos. Tal deve-se mais, a nosso ver, ao facto de a diferença estar nos próprios referentes. É sintomático que Kleiber atribua o sentido descritivo aos referentes do mundo físico codificados em lexemas ("*oie, chimpanzé, bicyclette, livre* et même *linguiste* (surtout sémanticien)) e reserve o sentido instrucional (*instructionnel*) para as unidades classificadas tradicionalmente como não lexemáticas. Por isso o qualifica de *instrucional*, na medida em que ele fornece instruções para o outro, o da referencialidade mais "directa".

Kleiber acaba por reconhecer que, por vezes, é difícil discernir qual dos sentidos é necessário utilizar para retratar uma unidade. E diz então que nestes casos dever-se-á falar de "sentido misto":

Il faut même, comme nous l'avons montré pour le pronom *il* et le démonstratif *celui-ci/là*, accepter qu'une même unité puisse présenter du sens mixte, relevant du statut descriptif et du statut instructionnel. (Kleiber 1997:33.)

Ao dizer que é difícil distinguir, em muitos casos, o sentido descritivo do instrucional, Kleiber está a admitir que eles se imbricam. E pode perguntar-se: quando há sentido misto, é metade descritivo e metade instrucional? Pode o descritivo dominar, havendo apenas uma, ou duas, particularidades instrucionais? E o inverso, também pode acontecer?

Estas questões indicam, a nosso ver, que, afinal, é lícito conceber apenas uma forma de atribuir semanticidade a uma unidade, forma essa que pode ser entendida



no âmbito do sentido descritivo que Kleiber fala. O sentido instrucional não será mais do que o sentido que **descreve** uma instrução. É que mesmo na descrição semântica de um lexema cujo referente seja um objecto físico do mundo real, muitas vezes, para o descrever, é mais importante a sua funcionalidade do que as suas características físicas, como já foi referido.

Pode dizer-se que o sentido instrucional não se circunscreve ao da funcionalidade. Admite-se. Mas as diferenças não são significativas. O sentido instrucional não será mais do que o sentido da funcionalidade das unidades de significação intra-gramatical, para utilizarmos uma divisão já clássica. Dizer que o significado de um pronome não pode ser apenas descritivo é verdade se, por objecto dessa descrição, só se admitir pedaços substantivos do mundo real, do género (para "cadeira", por exemplo) "com braços", "com encosto", etc. Mas se o objecto da descrição puder ser o "estatuto" que o pronome tem na língua, incluindo a forma como funciona, as realidades gramaticais e extra-gramaticais para que aponta, então não se vê a razão de o seu sentido não ser susceptível de descrição (descritível).

Assim, pensamos poder concluir-se que, em primeiro lugar, não se pode identificar "referente" com objecto físico. O referente é a realidade percebida pelos nossos mecanismos cognitivos. Se a fonte dessa realidade foi um objecto físico (*cadeira, livro*), uma sensação/emoção (*dor, alegria*) ou uma construção ou modelo mental (*gambozino, nosso, eu.*) pouco importa para o seu estatuto (mas não para a sua qualidade, obviamente) de referente.

Em segundo lugar, o sentido não é totalmente "construído", como defendem as teorias "construtivistas", em cada acto concreto de comunicação. Cada participante serve-se sempre de uma plataforma comum de entendimento que supõe partilhar com o outro, plataforma essa que se pode identificar com o sentido/ significado de comunidade, ou seja, com o sentido que o locutor pensa que a comunidade falante atribui à unidade X.

O processo significativo deve ser entendido como um processo de atribuição de referencialidade<sup>(28)</sup>. O significado de {X} é tudo aquilo que atribuímos a {X} enquanto elemento destinado a referir a realidade. Neste sentido, é lícito dizer que o processo significativo de {X} equivale a um processo descritivo, na medida em que o significado de {X} é composto por uma série de associações que fazemos e que constituem a imagem mental (modelo) que temos do referente de {X}.

Ao dizer-se, no entanto, que o processo significativo é um processo descritivo não se deve entender como restringido apenas à descrição das

---

(28) Como Kleiber (1970) tende a identificar *referencialidade* com *objectualidade*, ele reserva a referencialidade do significado apenas para "uma série de expressões": "*pour toute une série d'expressions, ce sens est référentiel, c'est-à-dire conçu comme un ensemble de conditions d'applicabilité référentielle*" Kleiber (1970:34).

particularidades físicas do referente. Até porque nem todos os referentes as têm, ou tendo-as, nem sempre são as mais nucleares. O modelo mental de {X} pode ser composto (e conseqüentemente "descrito" através do seu significado) por associações de tipo funcional (físico ou gramatical) que são atribuídas a {X}. Não existe, portanto, e dentro deste âmbito, necessidade de se postular que há dois tipos de significado — para além do "descritivo", o "instrucional". É que se queremos, como defende Kleiber citando um título de Siblot<sup>(29)</sup>, uma Linguística que não mais tenha medo do real, também não devemos ter medo de dizer que nem só o físico é real.

No entanto, a posição de Kleiber não deixa de ser útil ao acentuar a importância que as facetas funcionais e "instrucionais" possuem para a conceptualização/categorização que fazemos da realidade.

É um facto não apenas verificado na experiência, mas ainda, se tal fosse necessário, comprovado por todos os psicolinguistas, que as crianças, no início da linguagem, superestendem o significado das palavras. Isto é sinal evidente que os mecanismos de conceptualização que a criança utiliza formam grandes blocos de objectos que, segundo a própria criança, são variantes de uma noção centralizadora.

Poderá parecer mais "directo" dizer que tais objectos a que a criança superestende determinado conceito são variantes de um objecto que ela tem por protótipo, sendo tal semelhança essencialmente **visual**. Um exemplo da nossa própria experiência:

João, relativamente às palavras que designam frutos, começa naturalmente, no início, por aprender o nome da fruta que mais come: *banana* a que ele chama "*nana*". O segundo fruto com que mais tarde frequentemente contacta, até porque existe em árvores no sítio em que vive, é a laranja. Para a designar, ele mantém durante bastante tempo (mesmo depois de lhe terem ensinado a palavra adequada) o termo "*nana*". Aliás, nessa altura, qualquer fruto que lhe apresentassem, se fosse reconhecido como fruto, era "*nana*". É neste sentido que se deve falar de superextensão de um conceito. Este conceito superextenso vai-se progressivamente repartindo e aproximando da organização proposta pela língua que a criança está a aprender. Assim, João depressa separa do seu conceito de "*nana*" as azeitonas, a que chama "*tuna*".

Houve, no entanto, uma "experiência" que fizemos com ele, que, à primeira vista, deu um resultado que não se esperaria. Quando chegou o tempo das cerejas, e aproveitando uma altura em que estava uma cesta delas junto ao João, pegámos nalgumas, quase pretas, tirámo-lhes o pedúnculo, pusemo-las na palma da mão e perguntámos: "O que é isto?" Esperávamos, sinceramente, que a criança respondesse "*tuna*", porque quer em tamanho, quer em cor (já que eram praticamente pretas), quer na forma, aquelas cerejas eram muito parecidas com azeitonas, muitíssimo mais do que

---

<sup>(29)</sup> P. Siblot, 1990, "Une linguistique qui n'a plus peur du réel", *Cahiers de praxématique*, nº 15.

com laranjas ou bananas. No entanto, para nossa surpresa, as cerejas foram chamadas "nana" !

Bem vistas as coisas, no entanto, há muitas e justificadas razões para as cerejas pertencerem ao grupo das bananas e laranjas e não ao das azeitonas. A nossa expectativa de resposta tinha, no entanto, o pré-conceito que a imagem puramente visual/fotográfica era a estruturadora primeira, básica, do conceito, o que parece não ser verdade. A conceptualização e a denominação são processos longos e nunca momentâneos (Slama-Cazacu 1984:9-17). Particularidades ligadas às relações «objecto/ contexto/ actividades vitais» detêm uma enorme importância na conceptualização que fazemos da realidade. Assim, as azeitonas comem-se (normalmente) com a comida das refeições; as cerejas, como todos os frutos, a qualquer hora (fora das refeições "normais", como estava a acontecer naquele caso da "experiência"); as azeitonas aparecem na mesa em menor número/ quantidade do que as cerejas (uma taça de azeitonas, uma cesta de cerejas). Estas e outras particularidades que a Semântica estrutural menosprezou, têm de ser tidas em conta e em grau muito elevado, como nos ensinam as ciências cognitivas, na compreensão e descrição da actividade referenciadora e conceptualizadora das línguas.

Lucia Colombo, ao analisar os processos de compreensão e representação mental, confirma, para a categorização que fazemos da realidade, a importância da **função** e da **interacção** que fazemos com os objectos a conceptualizar:

Oltre alle caratteristiche legate al modo in cui percepiamo gli oggetti, altre proprietà codificate sono le proprietà funzionali, e quelle associate all'oggetto durante la nostra interazione con esso, come il luogo in cui si trova solitamente, la sua appartenenza ad una categoria e informazioni relative alle parti di cui è formato. (Colombo 1991:175-176)

### 1.4.3. Metáfora e processos de categorização do real

Carteiro:

- Metáforas? Que coisas são essas?

Pablo Neruda:

- As metáforas? As metáforas são... como te hei-de explicar... São maneiras de dizer uma coisa comparando-a com outra.

- É alguma coisa que usa na poesia?

- Também.

- Dá-me um exemplo?

- Por exemplo... quando dizes que o céu está a chorar, o que é que queres dizer?

- Que está a chover.

- Muito bem! Isso é uma metáfora.

- Então é fácil! Por que é que tem um nome tão complicado?

- Porque os nomes não têm nada a ver com a simplicidade ou complexidade das coisas.

(Do filme *O Carteiro de Pablo Neruda*)

A metáfora sempre foi tida como um fenómeno complexo. Exclusivo (ou quase...) da vertente literária (o texto literário é muitas vezes "caracterizado por ter muitas metáforas"), é usualmente vista como algo que se situa para além da língua "normal", da língua quotidiana.

A metáfora costuma ser apresentada como um mecanismo literário e vista como a ponta de um aicebergue que revela profundezas intermináveis. É uma máscara que esconde a verdadeira realidade, realidade da qual, segundo certas interpretações, nem o próprio autor tem ou teve plena consciência:

El sentido es el nexo entre el nombre y aquello que nombramos. Cuando enunciamos cierta clase de proposiciones: *el teléfono es comer; María es un triángulo*, etc., se produce un sinsentido porque la distancia entre las palabras y las cosas, entre el signo y el objeto, se hace insalvable. El hombre se queda sin lenguaje, pues las palabras que emite son únicamente sonidos que ya no significan nada. Con la imagen sucede todo lo contrario; lejos de agrandarse, la distancia entre la palabra y la cosa se acorta y desaparece del todo; el nombre y lo nombrado son ya lo mismo. [...]. El sentido, en la medida en que es nexo o puente, también desaparece, pero no se produce el sinsentido o el contrasentido, sino algo que es indecible y singular, inexpresable de modo directo, inexplicable, excepto por sí mismo. Dice al respecto Octavio Paz que "el lenguaje indica, representa; el poema no explica ni representa: presenta. No alude a la realidad; pretende —y a veces lo logra— recrearla."<sup>(30)</sup>

Segue-se, portanto, que o sentido da metáfora é um sentido que está "escondido". Como diz Brandt

Les littéraires adorent ce modèle de cache-cache, qui leur offre la fascination d'une lecture connotative gratuite et pourtant apparemment profonde, justifié par la quête d'un savoir substantiel et en plus supposé pertinent pour comprendre l'esthétique de l'écriture: c'est la Vérité même qui y parle, d'où la Beauté ressentie... (Brandt 1996:4)

E na medida em que é visto como independente do autor, é sobretudo um sentido que pertence ao texto e não mais a quem o produziu. Para se perceber uma metáfora no texto literário, não se vai perguntar ao autor o que é que ele quis dizer com ela. Como se costuma dizer em teoria literária, o autor já não é mais o dono (do/s sentido/s) do texto.

---

(30) José Luis Gavilanes Laso, "Proceso a la imagen mental o inteligible", in Álvarez, Rosario e Lorenzo, Ramón (coord.), 1996, *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta*, Universidade de Santiago de Compostela.

Por isso, quando se analisa um texto literário, não se procura o sentido-intenção do autor, mas o máximo sentido-intensão: em certas análises, quanto mais exótico, mais "profundo". Não se busca a intencionalidade de quem escreveu. Muitas vezes o texto/acto linguístico serve de pretexto para todas as interpretações possíveis até à fronteira da inverosimilhança. Em muitos casos, a "riqueza" do texto literário é vista como directamente proporcional à quantidade de interpretações/sentidos descobertos. As análises literárias que buscam mesmo atingir o nível do inconsciente arquetípico do autor (na linha de Gaston Bachelard e Gilbert Durand) acentuam esta visão para a qual o sentido da metáfora no texto literário, embora revelando a intenção do autor, não se confunde com ela, sendo sobretudo intensão geradora de sentidos indefinidos: aquilo a que Brandt chama *a metáfora caótica* (Brandt 1996:3).

Foi a obra de George Lakoff e Mark Johnson *Metaphors We Live By* (Lakoff e Johnson 1980; traduzida para o francês com o sugestivo título *Les Métaphores dans la Vie Quotidienne*) quem, sobretudo, veio valorizar a metáfora como o processo normal de significação/referencialidade linguística.

(...) la métaphore joue un rôle capital dans le langage et la pensée de tous les jours — données dont ne pouvait rendre compte aucune des théories anglo-américaines de la signification, ni en linguistique ni en philosophie. Dans ces deux disciplines, on a traditionnellement considéré la métaphore comme un problème d'intérêt mineur. Nous partageons l'intuition qu'il s'agit au contraire d'un problème central, qui fournit peut-être la clé d'une théorie de la compréhension. (Lakoff 1985:7)

As concepções cognitivas favorecem nitidamente uma visão da metáfora como o processo normal da significação, deixando de ser vista como um "tropo" (até a própria palavra é estranha...) mas sim como uma das margens sémicas de determinada lexia:

A metáfora está a ser ultimamente interpretada como um fenómeno abrangente, afectando não apenas a linguagem, mas o próprio sistema de pensamento e de categorização do real, e mesmo a acção humana. (Vilela 1996:317)

A metáfora permaneceu fora da Linguística mais do que devia e ocupou o sistema nervoso central da teoria literária: precisamente o inverso do que o que deveria acontecer. As metáforas-enfeite colocavam-se nos textos e estes transformavam-se em literários: eram uma espécie de lacinhos de árvore de Natal.

Saussure já tinha dito que é muitas vezes mais fácil descobrir uma verdade do que conceder-lhe o lugar que lhe compete. A visão cognitiva sobre o processo

metafórico não acrescenta uma grande novidade de dados, mas antes uma outra visão sobre os dados conhecidos:

Muitos dos dados propostos pela teoria não são novos, nova é a configuração apresentada dos elementos intervenientes. (Vilela 1996:317)

Com isto, não se quer dizer que a metáfora não existe enquanto divergência referencial do protótipo referenciador.

Georges Kleiber acentua o facto de a metáfora ser sempre um desvio. Admitindo embora o seu carácter corrente, quotidiano e mesmo sistemático, ele defende que a metáfora

représente un usage particulier qui la distingue des énoncés ordinaires ou ... littéraires et qu'il y a, quel que soit le nom qu'on lui donne, présence d'une déviance pour que l'on identifie un énoncé comme métaphorique.

Un des arguments les plus forts vient de la valeur informative, plus ou moins grande, des métaphores: d'un point de vue cognitif, les métaphores, essentiellement les métaphores vivantes ou non conventionnalisées, agissent en perturbateurs de nos connaissances à long terme. (Kleiber 1994:187)

Há metáforas que são tipicamente convencionalizadas e outras que são tipicamente o inverso. No entanto, a realidade não tem membros apenas nos antípodas: a grande maioria está no meio destes dois extremos.

Se se admite o carácter sistemático do processo metafórico, como Kleiber o faz, então tem que se admitir que cada palavra é potencialmente uma metáfora, já que a sua extensão sémica pode ser estendida para uma área que até aí não cobria. Este processo pode ser brusco, como na metaforização retórica convencional, na metáfora literária, ou apenas deslizante, como acontece na evolução semântica. Os exemplos deste último caso são clássicos.

No fundo o que a metáfora faz é mostrar que {X} poderia pertencer à categorização {Y}: *Os teus olhos são dois rios*. Isto só é possível porque a categorização linguística se processa cognitivamente por modelos prototípicos e não pelas CNS. Quer-se dizer, se {X} (*olhos*) e {Y} (*rios*) tivessem que ter em comum as célebres condições necessárias e suficientes, nunca poderiam pertencer à mesma categoria. Só que como a categorização se processa por módulos de traços que constituem conjuntos sem um núcleo central comum, é possível que dois conjuntos, desde que tenham **algo** (ainda que não essencial) em comum, possam sempre ser perspectivados sob a mesma categoria.

Ora como a Semântica Componencial não concebe o significado sem os célebres traços necessários e suficientes, não se ajusta a explicar o porquê das abundantes metaforizações na língua.

A perspectiva estruturalista da Semântica Componencial, se rigidamente aplicada, não dá conta da essência do processo metafórico, exactamente porque continua a conceber cada palavra como dotada de traços hierarquicamente diferentes (semas genéricos, específicos, classemas,...) e que mantêm sempre o seu estatuto inalterado dentro do semema. Georges Kleiber (1994), citando F. Rastier (que defende a noção de metáfora como desvio<sup>(31)</sup>), lembra esta visão sémico-componencial do processo de metaforização:

F. Rastier (1987) se situe dans la tradition de la sémantique componentielle qui définit la déviance de la métaphore comme une incompatibilité sémique, la partie positive étant constituée par une identité de sèmes. L'originalité de sa *sémantique interprétative* réside dans l'introduction d'une hiérarchie de traits de signification, qui lui permet de cerner avec plus de précision la nature de l'incompatibilité: pour qu'il y ait métaphore, soit *in absentia*, — il parle alors de *connexion symbolique*, soit *in praesentia*, — il s'agit alors de ce qu'il appelle *connexion métaphorique* — il faut qu'il y ait une incompatibilité entre au moins un des traits des classèmes des sémèmes connectés. Le classème rassemble les sèmes génériques, de telle sorte que le délit métaphorique est constitué par une incompatibilité entre classes sémantiques. [...] . (Kleiber 1994:190)

Esta concepção leva a Semântica Componencial a "prever" que determinadas metáforas não serão possíveis:

Cette caractérisation prédit ainsi l'impossibilité d'une connexion métaphorique entre des termes (ou sémèmes lexicalisés chez F. Rastier) présentant des classes sémantiques identiques et ne se différenciant en conséquence que par des sèmes spécifiques. F. Rastier rend ainsi compte du fait que l'interprétation métaphorique ne peut s'établir entre *fourchette* vs *couteau*, *chat* vs *chien*, *orme* vs *frêne* etc.: ils ne présentent pas de classes sémantiques ou sèmes génériques incompatibles. (Kleiber 1994:190)

Esta visão do processo metafórico não coincide com a realidade. Em primeiro lugar, porque aquilo que num lexema muitas vezes é prototipicamente um sema nuclear, pode, num determinado uso desse lexema, deixar de o ser.

---

<sup>(31)</sup> F. Rastier, 1987, *Sémantique interprétative*, PUF, Paris.

Em segundo lugar, e é a prova cabal, já que contra factos..., com aqueles mesmos termos apresentados (traduzidos para português, naturalmente: garfo/faca; gato/cão) se podem construir usos metafóricos.

Imaginemos que alguém repara que os dentes de um garfo são tão finos que parecem lâminas, de tal modo que nos podemos cortar ao comer. Pode-se perfeitamente dizer

5) Este garfo é uma autêntica faca.

Ou então, como por vezes acontece, o vizinho possui um gato que é muito bravo e não deixa entrar ninguém estranho em casa. É compreensível que se diga

6) Tem aí um gato que é um autêntico cão.

Ou o inverso. Possui um cão pequenino, todo peludo, que não estranha ninguém e quando as visitas chegam encosta-se a elas, roçando-se nas pernas. Por que é que não se pode dizer?:

7) Este bicho é um autêntico gato!

Kleiber dá-se conta também de casos como estes em que a metaforização aparentemente difícil é no entanto sempre possível. Estes "*obstáculos*" como chama aos exemplos que desmentem a perspectiva de Rastier, são possíveis, segundo diz, pela especificidade dos contextos. Mas poderíamos perguntar: pode haver qualquer metáfora sem um contexto específico? Pode mesmo haver acto linguístico sem o seu contexto?

E na definição que Kleiber dá para o processo metafórico cabe inteirinha a perspectiva cognitiva. Kleiber quer continuar a defender a metáfora como um desvio:

en définissant la déviance caractéristique d'une métaphore comme résidant dans une procédure de catégorisation non conventionnelle, dans la proclamation d'appartenance d'une occurrence à, ou d'inclusion d'une classe dans, une catégorie à laquelle elle n'appartient normalement pas. (Kleiber 1994:205)

Para Kleiber, no entanto, as categorizações são, regra geral, sempre as mesmas numa língua. Ao falar de "processos de categorizações não convencionais", ele está a dizer que os processos **normais** de categorização são convencionais. O que se pode, no entanto dizer, é que há sempre uma certa convencionalidade nos processos de categorização, mas o processo é intrinsecamente pessoal, individual, porque cognitivo. E se às vezes as variações pessoais, no acto de categorização, são ínfimas, outras vezes podem ser apreciáveis. Mas a categorização nunca é mecânica e universal, mesmo dentro da mesma comunidade linguística. Este conceito social da língua (da *Langue* em



sentido saussureano) como exactamente igual e partilhado pelos indivíduos de uma dada comunidade não existe.

Por conseguinte, o normal não será a fuga ao procedimento convencional, porque em rigor não há **um** procedimento de convenção. Cada acto de categorização é um acto independente. Evidentemente que cada acto é moldado, enformado, pela língua. Mas nunca se conseguem medir nem perceber como tais os pequenos desvios que cada falante pode fazer nos actos de categorização. Os grandes desvios, sim: chamam-se metáforas.

## 1.5. O funcionamento dos modelos semânticos

### 1.5.1. Significado dicionarizado e "significado de comunidade"

Se se perguntar, aos falantes do português, o que é um dicionário, a resposta "*é onde estão os significados das palavras*" é a mais frequente. Daqui se segue, por conseguinte, que a espinha dorsal de um dicionário, porque trabalha com significados, deve assentar numa noção de significado. Ora basta abrir meia dúzia de dicionários diferentes para se notarem as divergências no tratamento das respectivas entradas. Às vezes, até, no mesmo dicionário o critério não é idêntico para todas as palavras.

Tome-se como exemplo a entrada *ovo*.

Para ver se o dicionário apresenta mesmo as equivalências de sentido das palavras, imagine-se alguém a tentar comprar ovos, mas em vez de utilizar esta palavra, *ovo*, utilizar as respectivas equivalências dicionarizadas.

Se se procurasse a 7ª edição do dicionário da Porto Editora, o pedido teria que ser assim: "*Faz favor: queria meia dúzia de 'células que resultam da fecundação dos gâmetas'*". Se a resposta do vendedor fosse "*Não percebi*", o cliente poderia socorrer-se do *Dicionário de Augusto Moreno* e pedir, então, meia dúzia de "*corpos arredondados que contêm o germe de uma ave ou doutro animal*". Se não tivesse êxito, buscava auxílio, talvez, num dos mais famosos dicionários do português, o conhecido *Dicionário Aurélio*, e esperançado pedia então uma caixa de "*células resultantes da fecundação de óvulo por espermatozóide*". Se o funcionário sorrisse desconfiado, poderia ainda, se se mantivesse o desejo das omeletas, buscar socorro no *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, de António Morais, e requisitar então os pretendidos seis "*corpos formados no ovário e em que se encerra o germe do novo animal e líquidos destinados a sustentar esse germe*".

Sinceramente, duvidamos que alguém percebesse, ao fim de todas estas tentativas, que se pretendia apenas meia dúzia de ovos.

Como se depreende deste exemplo um pouco caricato, os dicionários monolíngues pretendem sobretudo apresentar definições, não diríamos objectivas, mas **objectuais**. Ou seja, fornecer **informação** sobre as características do referente.

E começa aqui a confusão. É que nem sempre são coincidentes as particularidades do referente e os traços que entram no significado de uma unidade. Por exemplo, os traços "célula " e "resultante da fecundação dos gâmetas ou espermatozóides " são características no plano da análise científica do referente, mas não são traços do *significado* primeiro da palavra *ovo*. É que uma coisa é *ovo*, termo técnico da biologia; outra a palavra da língua padrão. O mesmo significante tem um significado e por conseguinte um **valor** (no sentido saussureano) diferente conforme se insere numa nomenclatura ou na rede linguística básica. Um dicionário pode e deve dar conta das duas; mas não misturando os traços de uma e de outra.

Então, afinal, em que é que deve consistir a entrada dicionarizada de cada palavra?

Uma resposta lapaliceana será que um dicionário deve dizer, **em primeiro lugar**, aquilo que a palavra {X} é para **os falantes**, ou seja, aquilo que poderá ser traduzido por *significado de comunidade* da palavra {X}.

Todas as teorias semânticas podem dar as voltas que quiserem que acabam sempre numa evidência: o significado da palavra {X} para o falante {Y} é a **imagem mental** que este último tem daquela. Cada vez mais, não só as ciências humanísticas como também, por exemplo, a neurobiologia apontam para este lado: pensamentos, palavras e imagens são vértices do mesmo triângulo.

António Damásio, o investigador de neurologia e corrector de erros de filósofos assim o defende:

Diz-se frequentemente que o pensamento não é feito apenas de imagens, que é constituído também por palavras e por símbolos abstractos não imagéticos. Ninguém negará certamente que o pensamento inclui palavras e símbolos. Mas o que essa afirmação não dá conta é do facto de tanto as palavras como outros símbolos serem baseados em representações topograficamente organizadas e serem, eles próprios, imagens. (Damásio 1995:122)

Ora então, se uma palavra dispara como significado primeiro uma imagem, deve ser útil perceber como é que é constituída, qual a estrutura dessa mesma imagem. Confiemos, mais uma vez, no dissidente cartesiano:

As imagens *não* são armazenadas sob a forma de fotografias facsimiladas de coisas (...) No entanto, a negação de que fotos permanentes do que quer que seja possam existir no cérebro tem que ser reconciliada com a sensação, que todos nós

partilhamos, de que podemos *evocar* (...) imagens aproximadas do que experienciámos anteriormente (...). Uma das tentativas de resposta a este problema sugere que estas imagens mentais são construções momentâneas, *tentativas de réplica*, de padrões que já foram experienciados pelo menos uma vez. (Damásio 1995:116-117)

Como se depreende deste ponto de vista, a imagem mental que uma palavra provoca no falante não é uma fotografia, mas antes constituída por um conjunto de traços sensoriais: aquilo que Damásio designa por "*construções momentâneas de padrões que já foram experienciados*". No fundo, esta concepção quase que coincide com a que vê a semântica da palavra como um conjunto de traços: os semas. Só que há uma diferença que não é apenas de pormenor: é que, ao inverso do que classicamente se defende, não é a imagem mental que deve ser decomposta em traços sémicos, mas antes estes que, vindos de vários "compartimentos" cerebrais, constituem, no final do processo, a imagem. Ou seja: uma conclusão parece comum quer a neurologistas quer a semanticistas: o significado de uma palavra é uma imagem mental disparada pelo cérebro e constituída por padrões armazenados.

Se isto se passa assim, e se os dicionários pretendem retratar os sentidos que as palavras têm, parece lógico que devem, em primeiro lugar, tentar ir ao encontro da relação entre as palavras e as imagens mentais partilhadas pelos falantes de uma comunidade linguística. Quando alguém procura no dicionário o significado da palavra {X}, procura, em primeiro lugar, aquilo que a palavra {X} significa para a comunidade que a usa. Este **significado de comunidade** deve ser, por conseguinte, o primeiro, se bem que não o único, a ser fornecido.

Ora o que acontece é que, normalmente, os dicionários não apresentam o significado das palavras. Apresentam, como já foi dito antes, uma definição do referente que privilegia a descrição científica. A maior parte das vezes, as duas facetas —significado de comunidade e descrição referencial— até coexistem. Só que são apresentadas misturadas, numa confusão tal que faz da entrada lexical um emaranhado de semas e conceitos só possível de descodificar para quem já de antemão souber o que a palavra quer dizer.

Ao inverso, porém, metodologicamente um dicionário deveria explicitamente indicar e escalonar os vários tipos de informação que uma entrada contém: o significado de comunidade; a descrição ou paráfrase em moldes científicos; as polissemias mais frequentes, desde as mais próximas do núcleo significativo até às que dele se vão afastando; possíveis usos metafóricos e outras facetas que concretamente o dicionário pretenda conter. Misturar tudo, é que não.

E sendo assim, fixemo-nos apenas no **significado de comunidade**: em que moldes é que este deve ser entendido? Tendo presente o que há pouco se disse sobre a

formação da imagem mental correspondente à palavra, convém que o processo que retrate, no dicionário, a referida imagem mental contenha os principais traços que a constituem.

É evidente que por *principais traços* se devem entender os traços semânticos que são partilhados pelo maior número de indivíduos de uma comunidade linguística e não os principais traços que constituem a imagem mental que **um** falante possui da palavra. As idiossincrasias semântico-imagéticas, como é evidente, não fazem parte do significado de comunidade de uma palavra. Este deve, apenas, abarcar as características que a maioria dos falantes normalmente utiliza para construir a imagem mental correspondente a esse significado. Para esta construção são fulcrais as características prototípicas, partilhadas pela comunidade, do referido significado.

Assim, concretamente para *ovo*, há uma definição muito concisa, mas eficiente, que se serve apenas de dois traços prototípicos: "*Branco é, galinha o põe*". Toda a gente faria equivaler esta "definição" a *ovo*. O que, objectivamente, até está errado. A resposta correcta a esta "adivinha" não poderá ser *o ovo*, mas sim *o ovo da galinha*, já que os ovos das pombas e das codornizes não são postos pelas galinhas! Só que aqui a galinha é o protótipo dos animais que põem ovos. Aliás, a característica "branco" também só prototipicamente é que se pode aplicar aos ovos: há ovos esverdeados, às riscas, às pintas, etc. Mesmo os ovos de galinha não são todos brancos. Uma boa parte, principalmente os das galinhas extra-aviário (das galinhas "normais") são cor de tijolo claro.

Isto mostra, até certo ponto, como para a imagem mental colectiva de *ovo* são importantes os traços "*branco*" e "*posto pelas galinhas*".

É curioso, a este propósito, a entrada *ovo* no *Dicionário de Português Básico* de Mário Vilela (na 2ª edição de 1991). Depois de um corpus de frases com a palavra *ovo*, pode ler-se:

O *ovo* é um CORPO ORGÂNICO que se forma na fêmea de muitas classes de animais e que CONTÉM O GERME de um animal da mesma espécie. Os *ovos* que se vendem no comércio são, normalmente, *ovos* de GALINHA. Vendem-se em caixas de seis. Os *ovos* são cobertos por uma casca esbranquiçada e dentro têm a CLARA e a GEMA. Os *ovos* comem-se em OMELETA, COZIDOS, ESTRELADOS, ESCALFADOS, MEXIDOS.

Note-se que se começa pela descrição científico-natural, embora por palavras simples (não fosse este um dicionário do Português *básico*): "CORPO ORGÂNICO que se forma na fêmea de muitas classes de animais e que CONTÉM O GERME de um animal da mesma espécie". Posteriormente refere o protótipo do ovo,

indicando que os que se encontram são "normalmente, *ovos* de GALINHA". E se a indicação "vendem-se em caixas de seis" pode parecer um requinte de (im)precisão dispensável, a descrição que vem imediatamente a seguir busca nitidamente descrever as formas e processos típicos do ovo prototípico: "os *ovos* comem-se em OMELETA, COZIDOS, ESTRELADOS, ESCALFADOS, MEXIDOS."

A toda esta descrição só faltou indicar o forma dos ovos: arredondada, ou melhor, oval.

Em suma: é necessário distinguir o *significado de comunidade* de uma palavra das informações científicas que sobre a mesma se possam tecer. Para identificar e definir o significado da palavra {X} são prioritários os aspectos tidos como mais relevantes e mais prototípicos que os falantes associam a {X}.

### 1.5.2. Significado e estrutura radial de significações

Poderá, à primeira vista, parecer uma atitude pouco cognitivista separar *significado* de *conceito*. Aparentemente as duas realidades podem identificar-se.

No entanto, convém verificar que, na realidade, não são a mesma coisa. Significado de {X} é igual ao conceito que cada um tem de {X} ou ao que pensamos que é o conceito social de {X}? Quando temos determinado conceito de {X} que sabemos que não coincide com o conceito social partilhado pelo ALOC, quando utilizamos {X}, qual é o seu significado? O que possuímos ou o que o ALOC lhe atribui?

Para um biólogo, a palavra *ovo* possui um conjunto de traços/informações muito mais vasto do que para um falante não-biólogo. E quando o biólogo diz "gosto de ovos fritos?" Aqui *ovo* tem um significado igual ou diferente do que tem para os outros falantes? Se tem igual, é porque o biólogo-falante não investe **sempre toda** a carga informativa que possui sobre *ovo* em cada acto linguístico em que a palavra é utilizada. Cada uso não implica sempre a totalidade da carga sémico-cognitiva que a palavra possui. Pode implicar apenas uma parte.

Podemos dizer que o significado de *ovo* inclui a noção do falante comum mais a do biólogo? Tudo o que alguém sabe sobre o ovo?

O significado de uma qualquer unidade {X} será impossível de calcular se se quiser entender como a soma dos conceitos de todos os falantes, como Saussure defendia.

Será, então, mais acertado defender que o significado de {X} é o que {X} vale num contexto/uso? Neste caso, **significado=significado em uso**, ou seja, uma das facetas da sua polissemia. A ser assim, isto significa que nunca nenhum falante utiliza o significado de {X}, mas sempre apenas **uma parte** desse significado.

Ao inverso, se se entender que o significado de {X} inclui todas as variantes polissémicas, então {X} também nunca é utilizado, já que os falantes nunca utilizam num mesmo acto toda a polissemia significativa de {X}. Na realidade, o falante nunca utiliza a totalidade significativa de cada palavra, mas sim variantes de significado, subconjuntos significativos.

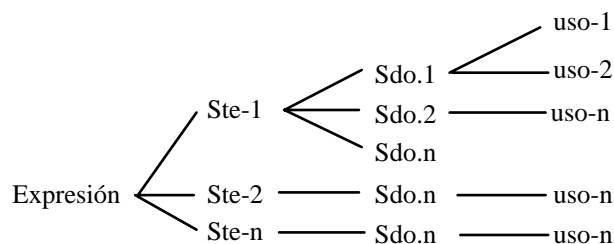
Parece-nos, assim, que a proposta do significado como uma **estrutura radial de significações**, como a Semântica Cognitiva o entende, é a proposta que melhor se adapta à realidade significativa. Cifuentes Honrubia sintetiza:

No hay una significación central singular que dé cuenta de todos y cada uno de los sentidos. Los esquemas de imágenes y los modelos metafóricos y metonímicos son requeridos para representar las significaciones de las expresiones. Los sentidos de cada expresión forman una categoría radial, con un miembro central y ligazones definidas por transformaciones de esquemas de imágenes y metáforas. Los sentidos no centrales no pueden ser predichos desde los centrales, pero no son arbitrarios, están motivados por los casos centrales, las transformaciones de esquemas de imagen y los modelos metafóricos. (Honrubia 1996:59)

Segundo Cifuentes Honrubia, há que distinguir o plano cognitivo do plano semântico:

Así pues, la solución que seguimos adoptando a propósito de la dualidad significado polisémico/significado único, es distinguir claramente entre relaciones semánticas y relaciones cognitivas. [...]

El significado en tanto que construcción metodológica es producto de una abstracción, en definitiva un esquema, un miembro superordinado que guarda una relación de esquematicidad con los miembros subordinados de esa invariante, que son los distintos usos que vienen dados como variantes y que incorporan, junto a los rasgos específicos de la invariante, otros rasgos propios del uso en cada contexto. La invariante y las variantes guardan una estructura radial, en términos de Lakoff. Las distintas variantes de la invariante forman categorías, y estos sentidos constituyen parecidos familiares unos con los otros. Un parecido familiar puede ser entendido como una combinación de elementos, sin que ninguno de ellos sea necesario ni suficiente. Pero si en las variantes descubrimos la invariante es porque hay algunos rasgos comunes a todas las variantes, y es en este sentido como podemos hablar de la invariante como prototipo, pero un prototipo que es una abstracción y construcción, y toda variante guarda unas relaciones de graduabilidad con el prototipo: los prototipos deben ser considerados metodológicamente, más que como entidades estrictamente psicológicas.



(Honrubia 1996:62)

O uso individualizado é, pois, a única realidade existente, sendo o significado o resultado de uma *sanción* social, ou seja, de uma ratificação que a comunidade faça de determinado uso<sup>(32)</sup>. Assim, o significado é a convencionalização aceite e sancionada comunitariamente ("sanción") de um uso:

Los distintos usos de un mismo significado o invariante se encuentran en una relación prototípica, pues hay diferencias entre ellos, y ninguno es suficiente ni necesario para definir el significado. Además, debemos recordar que el significado es una construcción metodológica, pues los elementos realmente existentes son los usos. La diversidad de usos de un mismo significado supone la necesidad de una sanción total o parcial que dé cuenta de todo el espectro significativo. Evidentemente podemos encontrarnos con usos muy alejados de lo que puede ser el significado prototípico, pero que podemos entender como extensión del mismo, y, por ello, uso—aunque pueda venir delimitado mediante un paradigma semántico diferenciado—, siempre y cuando no esté convencionalizado por la comunidad. De esta forma podemos dar explicación a los usos más extraños que podamos imaginarnos, pero que entendemos como extensiones o usos de un significado prototípico, y que podrán ser explicados mediante relaciones cognitivas metafóricas o metonímicas principalmente. Pero mientras el uso no se convencionalice —además de compartir una sustancia semiótica distinta del significado esquemático— seguirá siendo uso, no significado distinto, y por ello interpretable desde la sanción. La convencionalización que supone todo filtro de difusión es la que posibilita el cambio o creación de significados, distinguiéndose por ello de las innovaciones de

(32) Coseriu (1972, *Sincronia, Diacronia e História— O Problema da Mudança Lingüística*, Presença, Rio de Janeiro) a propósito da mudança linguística, fala em mecanismos semelhantes: a **inovação** e a **adoção**. A inovação é a simples utilização individualizada de uma unidade linguística variante, enquanto a adoção é "a aceitação duma inovação, por parte do ouvinte, como modelo para ulteriores expressões" (Coseriu 1972:71). "A inovação, enquanto determinada pelas circunstâncias e finalidades do ato lingüístico, é um 'fato de fala' no sentido mais estrito deste termo: pertence à utilização da língua. A adoção, em troca —sendo aquisição duma forma nova, duma variante, dum modo de selecionar, em vista de atos futuros—, é constituição dum 'fato de língua' transformação duma experiência em 'saber': pertence ao aprendizado da língua, ao seu 'refazimento' por meio da atividade lingüística" (Coseriu 1972:72). Assim, enquanto a adoção, em Coseriu, começa na aceitação individualizada de uma inovação, a "sanción", para Honrubia, é exclusivamente comunitária: ou seja, verifica-se quando a adoção já não é apenas a de alguns indivíduos, mas da comunidade linguística.

sentido o variaciones en los usos. Evidentemente el significado —construcción metodológica— tendrá su razón de ser en su validez descriptiva y explicativa, desde la sanción. (Honrubia 1996:62-63)

Nesta perspectiva, o significado é uma construção metodológica sem uma substancialidade real. Equivale, no plano fonológico, à definição de fonema de Trubetzkoy: acaba por ser uma entidade abstracta, tida como invariante pelos falantes e representada no concreto por outras entidades com existência real: os fonemas pelos fones e o significado pelos usos.

### 1.5.3. As variantes de um significado: estruturação prototípica

Há, no entanto, qualquer coisa que, parece-nos, não nos permite fazer um paralelo tão estreito entre o plano fonológico e o semântico (atracção fatal à qual a Linguística europeia e sobretudo o estruturalismo nunca resistiram). Pela intuição do falante, não é a mesma coisa a suposta invariância fonológica, que ele intui e aceita, e a variabilidade semântica, que ele implicitamente defende. Ninguém intui o plano significativo como monossémico, mesmo distinguindo o sentido e os usos.

Pensamos que há uma pequena imprecisão quando se analisa a relação entre as variantes semânticas de um significado.

É aceitável dizer, como faz Honrubia, que tais variantes são distintas ("Las distintas variantes de la invariante"); que se enquadram em categorias que construímos ("forman categorías"); que estes sentidos se relacionam uns com os outros através de traços de família ("y estos sentidos constituyen parecidos familiares unos con los otros"); que entre os traços de família não é obrigatório haver nenhum necessário ou suficiente ("Un parecido familiar puede ser entendido como una combinación de elementos, sin que ninguno de ellos sea necesario ni suficiente"). O que custa a compreender é que a conclusão disto seja que se descobrimos invariância entre as variantes, então deve haver um conjunto de traços comuns ("Pero si en las variantes descubrimos la invariante es porque hay algunos rasgos comunes a todas las variantes"). Dito desta forma, até parece óbvio. Só que há um pressuposto que contradiz o modelo geral: se há traços comuns, então é porque há traços necessários na construção de um significado.

O axioma de que se parte ("Pero si en las variantes descubrimos la invariante es porque hay algunos rasgos comunes a todas las variantes") é que é capaz de não corresponder à realidade, porque, em linguagem matemática, arredonda a grandeza. Ou seja, entre as variantes não há nenhuma invariante, mas várias quase-



invariantes. É a mesma coisa que acontece quando se trabalha com grandezas matemáticas e se desprezam restos infinitesimais.

Um exemplo pode ser capaz de explicitar melhor o que se quer dizer. Imaginemos que é necessário que cada aluno finalista de uma universidade leve uma fita azul para atar o respectivo diploma no acto de entrega. Um primeiro aluno, que já possui o seu pedaço, que mede mais ou menos meio metro, empresta-o a um colega para ir à casa fornecedora comprar um igual. A pessoa que atende este segundo aluno corta um segundo pedaço e compara-o com o primeiro. A diferença é de mais um milímetro (originado pela espessura da tesoura). Como tal diferença é tida como insignificante, este segundo aluno diz que tem um laço igual ao do colega que lho emprestou. Agora imaginemos que o processo se repete. Este segundo aluno empresta a sua fita a um terceiro para servir de medida. Há outra vez uma diferença de mais um milímetro. Também este aluno diz ter uma fita igual ao colega. E o processo repete-se, sendo sempre a última fita a servir de medida para a seguinte.

Como entre cada fita a diferença é tida como desprezível para o objectivo funcional que irá ter (servir de laço ao diploma), a diferença de um milímetro entre a que serve de medida e a última a ser cortada é desprezada, e as fitas são consideradas iguais. Só que ao fim de mil cortes, a primeira fita mede meio metro, e a última metro e meio!

Isto acontece exactamente por causa do "arredondamento": entre a unidade {A} e a unidade {B}, há uma margem desprezível que não impede que sejam vistas e tidas como iguais; entre {B} e {C} a mesma coisa, e assim sucessivamente. Só que, neste caso, entre {A} e {A $\times$ 1000} a diferença já se torna muito significativa, exactamente porque entre a passagem de uma unidade para outra não houve invariância, mas sempre **quase-invariância**.

Entre as várias utilizações ou usos das unidades linguísticas o processo é, salvo as devidas diferenças e proporções, muito idêntico. Aquilo que nos actos concretos de fala tomamos por invariantes linguísticas são sempre quase-invariantes. Ou seja: nós atribuímos realmente invariância a um determinado conjunto de usos; no entanto essa invariância é apenas uma invariância de pertinência, já que há sempre uns resquícios desprezíveis e no acto comunicativo real e geralmente desprezados. Ora estes "milímetros semânticos", a que entre dois falantes não se liga importância, podem transformar-se em variabilidade significativa se nos lembrarmos que uma palavra como *frente* se for utilizada três vezes por dia por cada falante do português europeu em Portugal, ao fim de cada mês entrou em cerca de dois mil milhões de processamentos

mentais, de conceptualizações ou de usos<sup>(33)</sup>. É de espantar, por conseguinte, não que não haja invariância, mas que haja tão pouca!

A Teoria do Caos (ver 1.1.1.) parte exactamente deste princípio: ínfimas variações entre fenómenos sucessivos podem acarretar grandes variações finais. Ou seja, quando em fenómenos concatenados intervêm múltiplos factores, o processo resultante pode ser imprevisível. Ora na língua, em cada instante, há uma multiplicidade de factores que intervêm no processo de codificação/descodificação dos conceitos e dos significados que os representam: a competência diversificada de cada falante, as suas configurações mentais anteriores, o seu armazém cultural, o seu universo de crenças e toda a variabilidade que cada uso, porque sempre num contexto, implica.

Por tudo isto, é que a invariância linguística é aparente. O linguista, por razões metodológicas, pode desprezar as variabilidades infinitesimais entre as várias utilizações de um conceito traduzido por um significado; mas, no entanto, elas existem sempre. Isto quer dizer que quando se diz que "si en las variantes descubrimos la invariante es porque hay algunos rasgos comunes a todas las variantes" (Honrubia 1996:62) se tem que pretender dizer que essa "invariante" é metodológica, e não real. Essa "invariante" é "descoberta" no sentido de "atribuída", e não descoberta porque existente. Até porque o linguista —ou o falante— só entra em contacto com uma parte muito reduzida dos usos contextuais: os seus. Cada linguista/falante não tem acesso **directo** aos usos dos outros, mas apenas acesso **indirecto**: somente tem acesso à descodificação que faz do que julga ter sido a codificação do outro. Ninguém pode examinar o conceito de um outro interlocutor; apenas pode examinar o modelo que o próprio constrói através do qual tenta reconstruir o modelo mental relativo ao conceito que o interlocutor utilizou.

É necessário, pois, concluir que o significado de {X} dificilmente poderá apresentar "invariantes" para **todos** os usos. O que há, são invariantes entre um **uso de {X}** ( $X^{u1}$ ) e um outro uso de {X} ( $X^{u2}$ ). Mas isso não implica que haja invariantes entre todos os usos de {X} ( $X^{u1} — X^{un}$ ).

Aliás, o significado de {X} não pode ser visto como um somatório de elementos *a posteriori* relativamente aos usos, mas como um modelo ou estrutura (esta palavra mantém muita validade) geradora (e esta também) de usos.

Se o ser humano nasce ou não com mecanismos inatos destinados à aquisição e uso da língua pode ser assunto discutível. O que não parece oferecer dúvidas é que a língua não é aprendida somente por memorização. Não aprendemos a falar repetindo apenas o que ouvimos, mas captando simultaneamente as estruturas

---

(33)  $3 \times 10.000.000$  falantes =  $30.000.000$  actos linguísticos. Como cada acto envolve, geralmente, um LOC e um ALOC, a palavra será processada mentalmente  $60.000.000$  de vezes. Ao fim de 30 dias haverá  $30 \times 60.000.000 = 1.800.000.000$  processamentos mentais da palavra *frente*.

morfo-fonológicas e sintáctico-semânticas que nos irão permitir ulteriores utilizações criativas, diferentes, em muitos casos, de todas as escutadas até aí.

O funcionamento semântico das lexias terá que ser entendido da mesma forma. O significado de uma palavra {X} não pode ser visto nem como a soma dos sentidos que {X} possui em todos os usos, nem como aquilo que é comum (a "invariante") a esses mesmos usos. Terá antes que ser visto como **um modelo dinâmico de possibilidades de referencialidade** (aquilo que, como atrás se viu, Honrubia designa por "estrutura radial").

Um falante que apenas tenha ouvido (e compreendido) uma vez a palavra {X}, com certeza que a irá poder utilizar em actos posteriores. Pode dizer-se que ele não sabe o significado da palavra porque apenas a ouviu uma vez? É que se o significado for ou a soma dos contextos, ou a invariância entre usos, realmente ele não pode ter adquirido o significado de {X}, porque nem possui conhecimento sobre os contextos, nem pode captar a invariância entre os usos que não experienciou. No entanto, ninguém negará que quando ele utilizar {X}, utilizará o significado de {X}, melhor um dos sentidos/usos que {X} tem. E o curioso, é que pode utilizar {X} num contexto ligeiramente diferente e com sentido também ligeiramente diferente do que {X} tinha quando ele o ouviu. Esta evidência, que ninguém negará, pensamos, prova que o falante pode utilizar {X} sem saber toda a rede semântica em que {X} se insere e sem conhecer o domínio de aplicabilidade de {X}.<sup>(34)</sup>

O que se passa é que o falante, mesmo perante uma única utilização de {X}, constrói o modelo semântico de {X}, modelo esse que não é uni-referencial, mas prototípico. Quer-se dizer, o modelo não se aplica apenas aos referentes exactamente iguais ao que foi aplicado anteriormente, mas a referentes conceptualizados mais ou menos como semelhantes.

Este processo verifica-se de uma forma bastante nítida nas crianças pré-falantes. Ensinou-se à Inês a referenciar um cão com a "palavra" *ãõ-ãõ*. Posteriormente a Inês referenciava com a mesma "palavra" o gato, as galinhas, os bonecos e tudo aquilo que ela achava "semelhante" ao cão. Este servia de protótipo para toda a "categoria". Quando começou a utilizar a palavra *bebé*, os bonecos (incluindo ursos e todos os peluches) deixaram de ser referenciados como *ãõ-ãõ* e passaram a ser *bebé*.

---

<sup>(34)</sup> O estruturalismo saussureano e pós-saussureano tinha dificuldade em explicar como é que a realidade contradizia a teoria linguística. Se cada unidade apenas vale pela rede de relações em que está inserida (tal como as peças do famoso xadrez de Saussure), sem saber essa rede de relações o falante não saberia o "valor" da palavra. Ora isto coloca dois problemas de imediato. O primeiro é a constatação de um facto: empregamos as palavras em construções gramaticais e aceitáveis, mesmo quando ignoramos quase completamente as redes de relações que essas palavras têm nas línguas (palavras ouvidas pela primeira vez ou quando estamos a aprender uma língua estrangeira). Por outro lado, nenhum falante pode nunca saber explícita ou implicitamente a totalidade das relações que uma palavra mantém com as outras no sistema semântico-lexical da língua, porque tais relações são potencialmente infinitas. Devia seguir-se que nenhum falante sabe o verdadeiro valor de uma única palavra, o que parece um contrassenso.

Este processo tão conhecido demonstra, pensamos que à evidência, como o significado de uma palavra é uma pré-construção **potencial** relativamente à respectiva referencialidade. Ou seja, o significado de {X} é o modelo referencial aplicável a tudo aquilo que se pode inserir numa categoria que tem por protótipo uma determinada realidade. Esta realidade prototípica não pode ser um objecto, nem mesmo um conjunto de traços invariantes. É antes um modelo mental construído a partir das associações de similitudes feitas entre os membros da categoria. Quando a criança aplica *ã-o-ã-o* a cães, gatos, galinhas e bonecos, não é porque compare cada uma das realidades com o cão e ache aspectos comuns. Se assim fosse, se o protótipo fosse um "objecto", na sua fisicidade ou na sua composicionalidade semântica-cognitiva, então as categorias teriam sempre um conjunto de traços necessários e comuns, que atravessavam toda a categoria. Não é isso que acontece: a criança vê semelhanças entre o cão e o gato e por isso e **porque não conhece outro conceito mais adequado**, o gato entra na categoria *ã-o-ã-o*. Quando a galinha é inserida na mesma categoria, isso não significa que ela foi necessariamente comparada com o cão, mas pode ter sido com o gato; e o boneco pode ter sido igualmente comparado com qualquer membro já "pertencente" à categoria. Por isso é que os protótipos funcionam por semelhanças de família e não por condições necessárias e suficientes, comuns a toda a categoria. Um elemento é colocado numa outra categoria se se estabelecer uma relação mais forte do que a anterior entre ele e a nova categoria. Por isso, é que a partir de determinada altura os bonecos passaram a ser *bebé*, deixando de pertencer à categoria *ã-o-ã-o*<sup>(35)</sup>.

Como defende Cifuentes Honrubia, numa citação já apresentada, é lícito e adequado falar da noção de protótipo, "pero un prototipo que es una abstracción y construcción." O protótipo não é necessariamente um exemplar objectivo com existência física —nem podia ser: caso contrário, só os conceitos de referencialidade física é que funcionariam por protótipos, o que seria um contra-senso. Terá que ser uma construção mental resultante num modelo interiorizado que ocupa o núcleo de um conceito, cujos membros se vão entrelaçando através de inter-relações de semelhança de família.

A inter-relação entre os membros não pode, contudo, ser vista como totalmente centrípta, no sentido de que é apenas o protótipo que determina se um novo membro será ou não inserido na categoria. Todos os elementos pertencentes à categoria (mesmo os mais afastados do protótipo) passam a ser atractores (um pouco no sentido da Teoria das Catástrofes, ver 1.6.) para um novo elemento a categorizar. E é isto que faz com que não só possa haver usos muito divergentes do protótipo, mas igualmente

---

(35) Isso aconteceu quando deixou de apenas olhar para os bonecos (ursos e peluches incluídos) e os começou a encostar ao peito e ao ombro, dizendo *ó-ó* como lhe diziam quando ia dormir. Neste caso, o elemento que levou a que os bonecos mudassem de categoria não foi físico (semelhança fisionómica) mas funcional: na perspectiva da criança, os bonecos "funcionavam" para ela como ela "funcionava" para os pais.

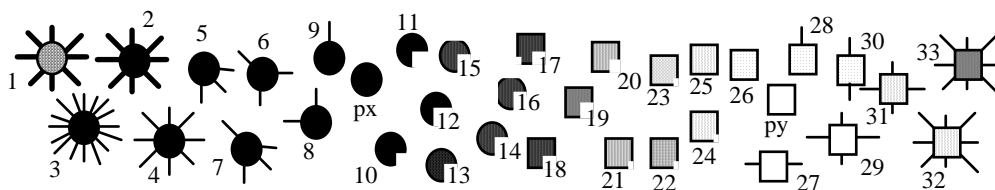
usos imprevisíveis. Cifuentes Honrubia diz, como se viu, que mesmo os usos muito distantes são extensões do significado prototípico

Evidentemente podemos encontrarnos con usos muy alejados de lo que puede ser el significado prototípico, pero que podemos entender como extensión del mismo. (Honrubia 1996:62-63)

e que os usos estranhos descendem, são extensões, do elemento representante da prototipicidade:


De esta forma podemos dar explicación a los usos más extraños que podamos imaginarnos, pero que entendemos como extensiones o usos de un significado prototípico, y que podrán ser explicados mediante relaciones cognitivas metafóricas o metonímicas principalmente. (Honrubia 1996:62-63)

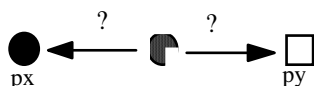
Terá que se entender, no entanto, que são extensões indirectas, não descendentes imediatamente. Ou seja, tais usos distantes e estranhos relativamente ao protótipo não são inseridos na categoria **por causa do protótipo**. É evidente: se eles são "estranhos" ao protótipo (é mesmo a palavra que Honrubia utiliza) como é que poderiam estar na categoria **por causa** desse mesmo protótipo ao qual são estranhos? Naturalmente porque, embora estranhos ao protótipo, não o são relativamente a membros afastados desse mesmo protótipo. E este facto permite, assim, dizer que todos os membros estão ligados ou decorrem do protótipo: se mesmo um mais afastado é inserido na categoria em virtude de parencas de família com um outro que também pode ser periférico; este liga-se a um outro que já partilha outras parencas com membros mais centrais e estes com outros próximos da prototipicidade, então podemos dizer que todos decorrem **mediatamente** do protótipo, mas não que descendem dele directamente, nem que a respectiva inserção na categoria decorre do mesmo protótipo. Os usos distantes (do centro prototípico) de uma categoria não são, portanto, atraídos para a categoria por atracção do protótipo, mas por um qualquer elemento marginal. Por isso mesmo, é que neste processo eles podem acabar por parecer "estranhos" ao protótipo estruturador da mesma categoria. Veja-se o seguinte esquema que procura traduzir visualmente o processo:







1-33= Elementos/usos (semânticos) de uma categoria;  $p_x$ = Protótipo x;  $p_y$ = Protótipo y.

Figura 12

Repare-se, por exemplo, no elemento {16} . O que leva alguém a decidir a que categoria pertence, não pode ser uma comparação entre protótipos, já que como é um membro muito periférico, dificilmente lhe será reconhecido qualquer traço de prototipicidade. Neste âmbito, não haverá grandes traços de semelhança, e conseqüentemente critérios suficientes, para o fazer pender para {P<sub>X</sub>} ou para {P<sub>Y</sub>}:



No entanto, a tarefa torna-se muito mais fácil se se comparar o elemento "duvidoso" com os outros membros a ele mais semelhantes, de modo a poder verificar para que lado {16} deve pender. Assim, encontram-se facilmente traços semelhantes quer entre {15} e {16}  , quer entre {16} e {17}  . Trata-se então de seleccionar os traços a que se quer dar relevo para inserir {16} ou na linha de {P<sub>X</sub>} ou na de {P<sub>Y</sub>}:



Compreende-se, assim, que é muito mais fácil inserir {16} numa categoria ({P<sub>X</sub>} ou {P<sub>Y</sub>}) em virtude das relações estabelecidas entre {16} e respectivos elementos vizinhos ({15} ou {17}).

Para a inserção de um elemento numa dada categoria contam, por conseguinte, muito mais os elementos próximos da unidade a inserir: é absurdo admitir que para categorizar um elemento, o falante tivesse que conhecer todos, ou mesmo grande parte, dos elementos dessa categoria. Quando a criança insere o gato na categoria *ã-o-ão*, é exactamente porque a partir de um único elemento (o cão) ela começa a formar a categoria. No entanto, no modelo mental que representa a categoria, está virtualmente presente toda a cadeia constituída desde os elementos mais periféricos aos mais prototípicos. E é exactamente esta cadeia que permite a "identificação" entre os elementos através das "semelhanças de família", como atrás se verifica entre {16} e {P<sub>X</sub>} ou entre {16} e {P<sub>Y</sub>}.

Este funcionamento dos modelos semânticos ajuda a compreender não apenas a inserção de um elemento numa categoria e a existência de elementos muito periféricos, mas igualmente a possibilidade, sempre em aberto, que o falante tem de inventar um uso muito afastado do modelo prototípico. Na realidade, é sempre possível derivar de um uso periférico (relativamente ao protótipo) um outro uso ainda mais periférico, desde que mantenha com a origem derivacional um ou outro traço semântico que faça a ligação: são as derivações pelos processos metafórico-metonímicos. No modelo-base apresentado, está figurado o processo de passagem de um elemento a outro

através de pequenas diferenciações. Digamos que é a organização sancionada pela comunidade linguística de dois conceitos ("X" e "Y"), com os respectivos núcleos prototípicos e elementos periféricos que se inter-relacionam através dos traços de família. No entanto, isso não impede que em qualquer etapa dessa cadeia o falante crie um novo uso muito periférico e, portanto, inesperado. É o que representa a criação de {8a} a partir de {8}:

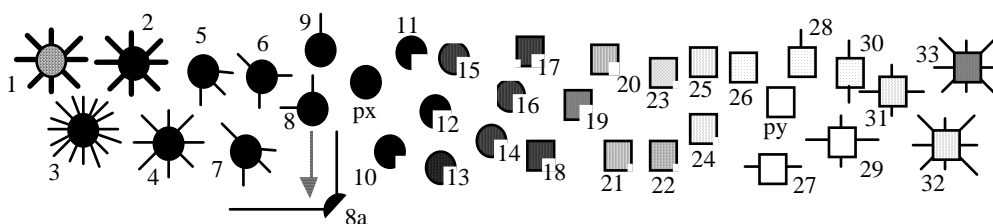


Figura 13

Pode argumentar-se contra esta esquematização dizendo que a noção de categorias organizadas em protótipos tende a dividir a realidade de uma forma mais nítida, sem zonas intermédias de transição entre os núcleos prototípicos e que o falante normalmente não encontra dificuldade em inserir uma unidade na categoria {X} ou {Y}.

No entanto, isto não contradiz o modelo apresentado. Ele não significa que todas as categorias se organizam assim. Pode haver categorias que na realidade mantêm os seus membros bem unidos junto ao protótipo. No entanto, é sempre possível admitir um exemplar divergente dos elementos considerados, e em toda a estrutura conceptual permanecem em aberto todo o tipo de relações entre os membros conhecidos e outros possíveis.

Este modelo permite também (ou sobretudo) compreender aquilo que talvez se possa designar por **sinonimização dos antónimos**.

Recuperemos o exemplo já apresentado:



Foi dito que {16} pode integrar-se no conceito {X} ou no {Y} em virtude das relações estabelecidas entre {16} e respectivas cadeias vizinhas ({15}ØP<sub>X</sub>) e {17}ØP<sub>Y</sub>). Posto na prática, isso significa que determinado modelo semântico-cognitivo poderá ser "traduzido" quer por um conceito {X}, quer por um outro diferente {Y}. Ora o mais curioso é que isto se verifica em casos em que {X} e {Y} são antónimos. Ou seja, dois antónimos podem representar a mesma realidade semântico-referencial num processo de sinonimização em uso contextual. Em tal uso, apenas

interessam traços que tanto podem ser pertinentes a {X} como a {Y}. Acontece, por exemplo, com o par *levar/trazer*:<sup>(36)</sup>

- 8) Lembro-me que no desfile ela levava uma saia azul.
- 9) Lembro-me que no desfile ela trazia uma saia azul.

Ou igualmente com antónimos tão típicos como *novo/velho*:

- 10) Esse vestido é velho, mas ainda está novo!

Ou seja, ao mesmo vestido pode ser atribuída a propriedade "velho" e a propriedade "novo" que usualmente são antónimas. Aqui, estes dois tradicionais antónimos identificam-se porque neste uso concreto, neste modelo mental que representa o vestido, cabe simultaneamente um uso/variante de *velho* e um outro uso/variante de *novo*. *Velho* inclui o traço [muita idade] e este habitualmente implica o traço [mal conservado]; o inverso (por isso é que são antónimos) para *novo*: inclui o traço [pouca idade] e este, em princípio, implica o traço [bem conservado]. Ora para não incluir um traço não desejado ([mal conservado]) no modelo mental que traduz aquele vestido, atribui-se-lhe a categoria "novo", mas apenas com o traço [bem conservado], sendo anulado o traço mais central dessa mesma categoria ("novo"□[pouca idade]).

#### 1.5.4. Aplicabilidade aos localizadores espaciais

##### 1.5.4.1. CNS, Semântica Cognitiva e localizadores espaciais

As esquematizações anteriores, relativas ao encadeamento dos usos de um conceito, ajudam-nos a perceber as relações entre os configuradores espaciais. Pensemos nas preposições *por* e *em*. Em cada uma o núcleo significativo espacial é o centro de uma galáxia de usos cada vez mais periféricos relativamente a esse mesmo centro nuclear. Prototipicamente, na respectiva vertente espacial, cada uma possui significados bem distintos:

- 11) Vou ao Porto por Guimarães.
- 12) \*Vou ao Porto em Guimarães.

---

<sup>(36)</sup> Só teoricamente é que se poderá dizer que as duas frases têm **sempre** significado diferente. Na verdade, as frases podem ser perfeitamente sinónimas; não é por utilizar uma ou outra que se fica a saber a posição relativa do LOC durante o desfile. (Para a relação semântica entre *levar* e *trazer*, ver Teixeira, 1991).



13) Estou em Guimarães. (Diferente de)

14) Estou por Guimarães.

Isto não implica que, mesmo na vertente espacial, elas não possam ser praticamente intersubstituíveis e quase com o mesmo significado:

15) Para chegar à minha aldeia temos que passar **na**quela ponte.

16) Para chegar à minha aldeia temos que passar **por** aquela ponte.

E então, nas respectivas vertentes nocionais, as diferenças semânticas atenuam-se muito mais, funcionando apenas quase só as regras da combinatória sintáctica. Não é o valor semântico de *por* ou *em* que obrigam a usar "*por seu turno*" em vez de *\*em seu turno*, ou *em seguida* em vez de *\*por seguida*. É apenas o uso que justifica este tipo de selecção morfo-sintáctica. Aliás, veja-se que, em certas construções, há mesmo a possibilidade da intersubstituição com grande equivalência semântica:

17) Naquela altura chegou a fada e disse à princesa:

18) **Por** aquela altura chegou a fada e disse à princesa:

Se no esquema fizermos {X} equivaler a *por* e {Y} a *em*, verificamos como o sentido de cada uso se vai afastando do do núcleo até chegar a uma zona onde é difícil saber se tal sentido "pertence" a {X} ou a {Y}, como acontece, por exemplo, com {15, 16, 17}:

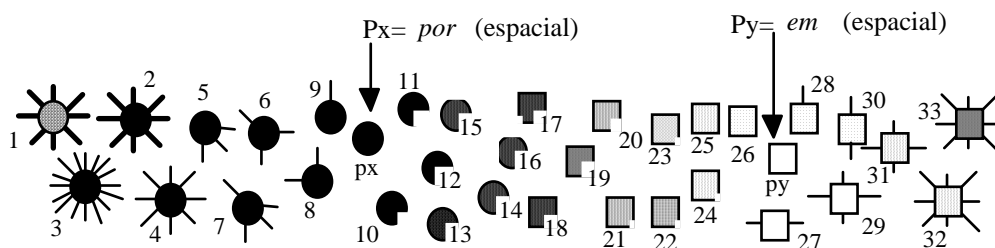


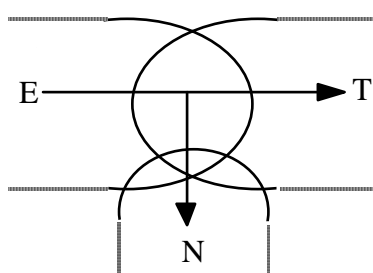
Figura 14

A compreensão deste funcionamento ajuda-nos também a perceber as relações entre as vertentes espaciais, temporais e nocionais das preposições e dos localizadores espaciais.

Não é necessário, assim, que cada preposição tenha as três vertentes (espacial, temporal e nocional). Além de confuso e "pesado", tal modelo significaria que há diferenciação discreta entre as três facetas, quando na realidade se trata de um processo contínuo. A diacronia comprova esta gradual passagem do espacial para o temporal e nocional; a sincronia mostra como estes valores e respectivas zonas de

transição se interpenetram fazendo um modelo que se constrói à volta de um protótipo que normalmente começou por ser espacial.

Isto significa que não se devem conceber como estanques as vertentes espaciais-temporais-nocionais das preposições e restantes configuradores da espacialidade. Há uma interligação sincrónica entre os vários usos, interligação essa que é gradual de uso para uso, e em que a comunidade linguística cristaliza um longo percurso diacrónico. E tal como neste, também na sincronia, no modelo mental que o falante constrói para cada localizador espacial, embora interligados, são os valores espaciais que numa relação de suporte-metáfora imbricam com os temporais e com os nocionais de uma forma que poderia, por exemplo, ser assim esquematizada:



E = Valores Espaciais; T = Valores Temporais; N = Valores Nocionais

Figura 15

No esquema, propositadamente, cada área não é representada por um círculo (como normalmente aparece) porque os vários valores espaciais, temporais ou nocionais não formam um quadro fechado, mas sempre aberto a mais possibilidades, por muito afastadas do núcleo ou estranhas que possam ser. Além disso, a seta indo dos valores espaciais para os temporais indica que são aqueles os suportes destes<sup>(37)</sup>. Por sua vez, não são apenas os temporais que originam os nocionais, mas sim a própria relação espaço-temporal. A fórmula não é, portanto,  $\{E\emptyset T\emptyset N\}$ , mas sim  $\{E\emptyset T\}\emptyset\{N\}$ , o que parecendo igual, não o é.

Fortis (1996:190) ao abordar a relação entre as teorias cognitivas e a espacialidade, nomeadamente quanto às preposições espaciais, duvida que a Semântica Cognitiva se possa constituir em teoria psicológica para a explicação dos configuradores espaciais, nomeadamente das preposições:

[...] nous pouvons légitimement douter que les analyses de la sémantique cognitive constituent une théorie psychologique du traitement des prépositions. D'autres

<sup>(37)</sup> Com isto não se quer dizer que **todos** os marcadores temporais foram primeiramente espaciais ou que não há marcadores temporais de raiz. Neste trabalho, procuraremos, até, demonstrar que determinados marcadores espaço-temporais são primeira e intrinsecamente marcadores temporais (ver 7.5.3.). Aqui, ao afirmarmos a prioridade sequencial espaço∅tempo, referimos apenas a prioridade conceptual. Cognitivamente as noções de espaço precedem as de tempo, sendo, por isso, os marcadores temporais implicativos de outros espaciais, mas não o inverso.

facteurs interviennent dans ce traitement, qui ne découlent pas nécessairement de la conceptualisation de la scène perceptive considérée.

Em primeiro lugar, convém não confundir as coisas: a Semântica Cognitiva não quer apresentar uma, nem se pode constituir como "teoria psicológica" de nada, mas sim, evidentemente, como teoria **linguística**, ainda que valorizando determinados aspectos da cognitividade humana. A objecção de Fortis acaba por ser a própria razão da essência da Semântica Cognitiva, na medida em que ao dizer que outros factores, para além da conceptualização psicológica, intervêm no uso das preposições espaciais, está a dizer que é necessário, simultaneamente, ter em conta estas duas realidades: a conceptualização cognitiva e as relações de selecção e de restrição que essa conceptualização tece com as unidades linguísticas que co-ocorrem com a palavra que ela, conceptualização, suporta. Ora é precisamente isso que a Semântica Cognitiva pretende. Ou seja, não descurar os factores cognitivos (e isso liga-a, mas não a identifica com a Psicologia) dos modelos semânticos, sem nunca esquecer que a Semântica é uma vertente **linguística**, o que implica, naturalmente, ter em conta tudo aquilo que se tem que ter em conta quando o objecto em análise é uma língua natural.

Para ilustrar o seu ponto de vista, Fortis apresenta um exemplo. Pedindo desde já compreensão pelo uso de uma citação tão extensa (extensão que terá o desiderato de não adulterar em nada o exemplo apresentado), reproduzimo-lo a seguir, porque também consideramos que, mais do que objecção, prova o nosso próprio ponto de vista:

Les locuteurs du tagalog, qui disposent pourtant d'un ensemble d'expressions locatives spécifiques, utilisent rarement ces expressions et ont davantage recours au lexème *sa* qui recouvre ainsi les acceptions de ces expressions. Ainsi, plutôt que de préciser si un objet est *sur* (*sa ibabaw*), ou *dans* un autre (*sa loob*), ils préfèrent généralement dire qu'il est « à » un autre (*sa*). L'emploi de *sa* peut-il pour autant dépendre exclusivement d'une conceptualisation très abstraite des relations spatiales? Nous ne le pensons pas, car lorsque la situation de communication le requiert, une préposition spécifique est employée, par exemple, s'il s'agit d'indiquer à quelqu'un de passer *sur* (*sa ibabaw*) ou *sous* (*sa ilalim*) un pont.

Il se trouve que le tagalog possède une voix verbale spéciale, appelée voix locative (marquée par le suffixe *-an*), qui autorise de placer au nominatif (signalé par l'indicateur *ang*) tout syntagme prépositionnel avec *sa* à la voix «active». Par exemple, avec la racine verbale *lagay* («mettre»):

*Ilagay mo ang pinggan sa palanggana*: mets l'assiette sur/dans la bassine (voix «active»).

*Nilagyan niya ng pinggan ang palanggana*: il a mis l'assiette sur/dans la bassine (voix locative).

La voix locative est assez fréquemment utilisée. Nous pouvons dès lors supposer que la non spécification de la relation spatiale est due aussi à l'existence de cette voix, qui ne permet pas de conserver la spécification de cette relation. Les locuteurs seraient dès lors accoutumés à cette sous-spécification, pour autant qu'elle ne donne lieu à aucune ambiguïté dans la situation de communication.

Cet exemple nous invite à considérer la conceptualisation comme une condition non suffisante de l'emploi d'une préposition particulière. (Fortis 1996:190)

A conclusão final de Fortis só poderá ser uma objecção para uma caricatura de Semântica Cognitiva que pretenda auto-pensar-se exclusivamente num quadro psicológico. Mas é simultaneamente a prova de que a explicação linguística dos fenómenos semânticos deve ter em atenção os modelos mentais que os suportam. Aliás, o próprio Fortis, no exemplo que apresenta, acaba por justificar que a Semântica Cognitiva é importante não apenas no âmbito de uma explicação lexical, mas igualmente no quadro sintáctico. Na realidade, o seu exemplo mostra que as conceptualizações semânticas interagem com as estruturas sintácticas. E é bom não esquecer que destas, sintácticas, as envolvidas no exemplo aparecem fazendo ressaltar a sua faceta semântica: a "locatividade" e a "actividade" da voz verbal são nitidamente traços de índole semântica.

Mas voltando ao campo que agora mais nos interessa, dizer que o exemplo prova, como facilmente se aceita, que a conceptualização deve ser considerada como "condição **não suficiente** de emprego de uma proposição", nas palavras de Fortis, implica dizer que a conceptualização terá sempre que se ter em conta como condição **necessária**. A Semântica Cognitiva, assim a concebemos, não quer mais do que isto.

E é interessante que esta objecção a uma hipotética "Semântica" Cognitiva que, assim concebida, nunca poderia existir, acaba não só por ser um argumento para a faceta conceptual e perceptiva que, defendemos, deve envolver toda a Semântica, como simultaneamente é confirmada em análises feitas a determinados modelos de configurações espaciais do português.

Quando se aceita que a Semântica Cognitiva faz da conceptualização o ponto central para uma explicação semântica das unidades linguísticas, não se quer dizer que no uso sintagmático dessas unidades os factores de selecção ou de restrição sejam unicamente de base perceptiva. Por outras palavras: não há correspondência perfeita do género **uma** conceptualização para **uma** palavra, no nosso caso, uma conceptualização para cada configurador espacial. Na parte de análise dos configuradores espaciais deste trabalho provaremos isto mesmo, ao mostrar que na

configuração da frontalidade *frente/(a)trás* são envolvidos cinco modelos mentais diferentes.

#### 1.5.4.2. Vantagem da perspectiva da Semântica Cognitiva para as configurações espaciais

Como não existem melhores argumentos que os próprios factos, detenhamo-nos um pouco sobre um ou outro ponto da espacialidade linguística para tentarmos confirmar como uma perspectiva cognitiva recorrente dos modelos mentais explica muito mais satisfatoriamente os problemas ligados à configuração linguística do espaço do que a visão clássica da análise componencial.

Para Pontes (1992) a oposição espacial entre *aqui-aí/ali/lá* é apenas uma questão de distância métrica. E vinca bem que este é o **único** traço:

Vê-se que *aí* opõe-se a *aqui* por um único traço: um indica próximo ao falante, o outro próximo ao ouvinte.

Já *ali* opõe-se a *aqui* por referir-se um a mais perto, outro a menos perto. É uma questão de gradação. Trata-se de um contínuum em que a relação de contigüidade é maior com *aqui* e menor com *ali*. Esta gradação se completa com *lá*. (Pontes 1992:13).

E a seguir apresenta quadros opositivos:

+ próximo	$\emptyset$	+ distante
aqui	ali	lá

(Pontes 1992:15).

O quadro abaixo tenta dar uma visão gráfica das relações semânticas que vigoram entre esses quatro advérbios. No eixo da distância, podemos também distinguir três graus, distância 1, 2 e 3, do mesmo modo que no de pessoa.

Pessoa	Distância		
	1	2	3
1	aqui		
2	aí		
3		ali	lá

(Pontes 1992:16).

Assim, tudo direitinho, simetricamente oposto, só falta dizer a distância em metros. São quadros opositivos como estes que a Semântica Componencial tanto aprecia.

A inexactidão desta análise quase que a leva à completa falsidade. O pré-conceito estruturalista de que as unidades se tendem a opor por um único traço opositivo não deixa Pontes ver que a distância é apenas um dos elementos que entra em todo o modelo e, por vezes, nem sequer o elemento mais importante, podendo mesmo ser "ignorado".

Em primeiro lugar, *lá* não pertence ao mesmo quadro opositivo de *aqui-aí/ali*. Pertencerá, antes, a um outro, constituído apenas por *cá-lá*. É evidente que os dois quadros se podem "misturar" numa situação de comunicação, embora a oposição *cá-lá* não se estruture em função das relações 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup>/3<sup>a</sup> pessoa. Tal como *aqui*, *cá* pode referir-se apenas à situação da 1<sup>a</sup> pessoa

19) Aqui, onde estou de férias, tem chovido muito.

20) Cá, onde estou de férias, tem chovido muito.

ou do espaço conjunto do LOC e ALOC:

21) Estou a falar contigo aqui, dentro do Café.

22) Estou a falar contigo cá dentro do Café.

No entanto, *cá/aqui*, devido à oposição prototípica de [+/-espaço abarcado] que entre eles existe, não configuram da mesma forma o espaço do LOC. Imagine-se uma situação como a da figura 16, em que dois interlocutores conversam e um deles pede a um grupo para se aproximar:

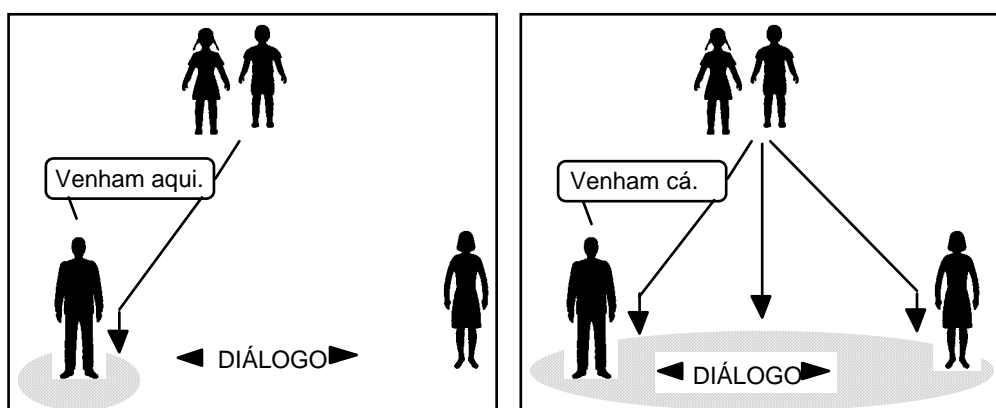


Figura 16

Como o sombreado representa, a zona do "aqui" é prototipicamente a zona que tem por centro o LOC. Na verdade, o "aqui" do LOC tem de ser interpretado como opondo-se ao "ali" do ALOC. Já o espaço do "cá" é uma zona mais abrangente e não obrigatoriamente a do LOC. É, neste caso, essencialmente a zona em que decorre o diálogo, ou seja, o espaço entre o LOC e o ALOC. O "cá" não deve, em princípio, ser entendido como o espaço do LOC por oposição ao do ALOC do diálogo, mas a zona do

LOC-ALOC (a "zona do diálogo") por oposição ao espaço dos segundos ou posteriores ALOCutários.

Repare-se que *cá*, como espaço do LOC, nunca se pode opor a *lá* como **espaço situacional** do ALOC, mas a **aí**:

23) Nós já estamos **cá**, e tu ainda estás **aí**!

24) \*Nós já estamos **cá**, e tu ainda estás **lá**!

Embora *lá* não possa representar o **espaço situacional** do ALOC, pode representar o seu **espaço habitual**:

25) **Lá** na China, onde tu **estás**, a comida é boa?

é uma frase que pode ser dita em Portugal; mas estando os dois em Portugal, não se pode formular com **aí**:

26) \***Aí** na China, onde tu **estás**, a comida é boa?

Por estas (entre outras) razões, é que a oposição *aí/lá* não pode figurar num único quadro, nem muito menos se estrutura em função de uma menor ou maior distância. Repare-se que ao telefone eu posso perfeitamente dizer:

27) Pela janela vejo a neve **lá** fora, mas sei que **aí** no Rio de Janeiro está muito calor.

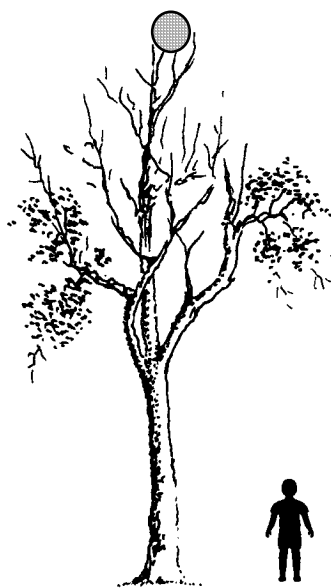


Figura 17

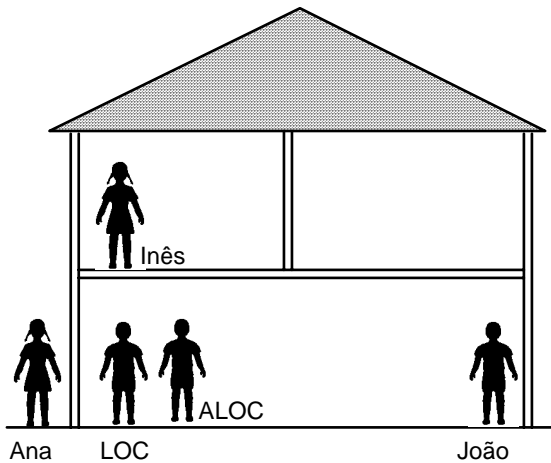
Neste caso, a relação de distância é exactamente antagónica à apresentada por Pontes: o *lá*, que deveria corresponder a [+distância], corresponde a alguns metros e o *aí*, que deveria equivaler a [-distância] corresponde a muitos milhares de quilómetros.

Para se perceber que não é apenas, nem sobretudo, a distância, que estrutura o modelo destes configuradores espaciais, convém reparar em algumas situações. Veja-se, por exemplo, a representada aqui à esquerda (figura 17) que permitirá

28) A bola ficou **lá** em cima.

29) A bola ficou **ali** em cima.

Como se adivinha facilmente, não será a **distância** a que a bola está que leva a usar-se muitas vezes *lá* de preferência a *ali*. Se estivesse no chão, mesmo que a bola se encontrasse a uma distância maior, era, com certeza preferido *ali* a *lá*. Observemos uma outra situação (figura 18) onde se podem comparar facilmente as distância métricas relativas:



- 30) O João está **ali** junto à parede.
- 31) ?O João está **lá** junto à parede.
- 32) A Inês está **lá** em cima, no quarto.
- 33) ?A Inês está **ali** em cima, no quarto.
- 34) A Ana está **lá** fora.
- 35) ?A Ana está **ali** fora.

Figura 18

Como se vê, aqui uma menor distância (LOC-Ana, LOC-Inês) selecciona preferencialmente o uso de *lá*, ao passo que a distância maior (LOC-João) prefere o *ali*.

A "distância" exigida por *lá* pode ser mínima, apenas alguns centímetros:

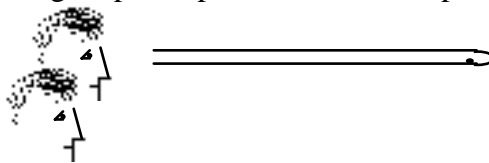


Figura 19

Vês a aranha? Está **lá** ao fundo do tubo.

Vês a aranha? ?Está **ali** ao fundo do tubo.

E mesmo quando estão envolvidas distâncias maiores, na mesma situação global, o *lá* pode representar um ponto mais perto do que o *ali*:



Figura 20

38) - O coelho está **lá** ao fundo da gruta.

39) - Vou **ali** àquela árvore buscar um pau para lhe atirar.



Como se observa, a distância a que é suposto estar o coelho é menor do que a distância a que fica a árvore. Assim, também nesta situação, *ali* corresponde a uma distância maior que *lá*. E os dois localizadores não podem, ou pelo menos não devem, ser neste caso trocados.

A partir de situações como estas, constata-se facilmente que a "distância" não é critério único para a oposição espacial de *aqui-aí/ali/lá* e que em exemplos como os ilustrados a oposição faz-se exactamente ao contrário da proposta por Pontes: a uma menor distância corresponde *lá* e a uma maior distância *ali*.

É, por conseguinte, evidente que o elemento configurador não pode ser prioritariamente a distância. Por outro lado, todos os falantes têm a intuição que a vertente distância também não pode ser arredada do modelo destes configuradores espaciais.

O problema fica resolvido se atendermos aos aspectos cognitivos das experiências humanas. Estas, constantemente, provam que a posse e o acesso das coisas são dificultados por vários factores, entre os quais **o mais frequente** é a distância. Mas esta é apenas uma das condicionantes da **acessibilidade**. E é esta última que constitui o verdadeiro factor do qual depende, entre outros, este quadro de marcadores espaciais.

E assim, retornando a todos os exemplos apresentados, vemos que o local mais acessível é traduzido por *ali* e o menos acessível por *lá*, ainda que, ao inverso do que acontece usualmente, a uma menor distância não corresponda maior acessibilidade.

A distância é um dos factores da **acessibilidade** (melhor, da não-acessibilidade), vertente que também comporta a visualização ([+visível]→[+acessível]), ou a altura ([+alto] → [-acessível]).

É precisamente a preferência de [-acessibilidade] que *lá* engloba que originou usos inexplicáveis, à luz de [+/-distância], como

- 40) Vocês sabem **lá** o que custa ser professor!
- 41) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei **lá!**...
- 42) Preferes esse? Tu **lá** sabes...
- 43) Mas é **lá** possível emagrecer trinta quilos num mês!
- 44) O senhor sabe **lá** para quem está a falar...
- 45) Podes **lá** com 200 quilos!

Há dicionários que não registam esta acepção de *lá*<sup>(38)</sup>. Outros sinonimizam-na com um *pois*, sem mais nada<sup>(39)</sup>, ou com uma pequena explicação que pouco ou nada explica<sup>(40)</sup>. É também descrita como tendo valor enfático, de reforço ou afectivo<sup>(41)</sup>.

(38) Moreno 1961; *Dicionário* Porto Editora, 7ª Ed.

(39) Figueiredo 1996.

A presença de "afectividade" (pelo menos no sentido comum) é um pouco difícil de detectar, já que a partícula (se assim se lhe quiser chamar) marca um distanciamento entre o LOC e o ALOC, podendo mesmo marcar a anti-afectividade de uma confrontação, como acontece em 44).

Por outro lado, o valor enfático também é dificilmente perceptível se nos lembrarmos que uma partícula enfática dá ênfase a uma frase que sem essa partícula enfática teria o **mesmo sentido**, embora sem ênfase.

Ora não é o que se passa com estas verbalizações de *lá*. Se a tirarmos das frases em que aparece, o sentido tende a ser exactamente o oposto. Portanto, *lá*, nesta acepção, não vem dar ênfase a um sentido existente, já que sem essa "partícula" tal sentido não existe:

40) Vocês sabem <b>lá</b> o que custa ser professor!	40') Vocês sabem o que custa ser professor!
41) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei <b>lá</b> !...	41') Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei !
42) Preferes esse? Tu <b>lá</b> sabes...	42') Preferes esse? Tu sabes...
43) Mas é <b>lá</b> possível emagrecer trinta quilos num mês!	43') Mas é possível emagrecer trinta quilos num mês!
44) O senhor sabe <b>lá</b> para quem está a falar...	44') O senhor sabe para quem está a falar...
45) Podes <b>lá</b> com 200 quilos!	45') Podes com 200 quilos!

Será que **este** *lá* é o mesmo *lá* locativo?

Não e sim: não, porque sincronicamente não possui nem a mesma distribuição, nem a mesma validade semântica; sim, porque é "originário" do *lá* locativo espacial, mantendo com ele relações de implicação cognitiva. Tais relações, certamente, que não são hoje conscientes para as modelizações semânticas dos falantes, mas foram essas mesmas relações implicativas que originaram que este *lá* derivasse do *lá* espacial. Podemos dizer que a palavra é a mesma, tendo abstractizado nocionalmente a vertente

(40) S/ Autor, 1996, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Sistema J: "Ora, pois. (Na linguagem familiar, é forma expletiva, concernente a pronomes da 1ª, 2ª ou 3ª pessoa: *sei lá isso; ouve lá; ele lá sabe.*)"

(41) Vilela 1991: "quando *lá* tem valor enfático é uma PARTÍCULA (modalizadora) COM VALOR AFECTIVO". O Dicionário Aurélio (de Aurélio Ferreira) é o que mais desenvolvidamente valoriza e exemplifica este uso de *lá*: "6. Partícula de realce, reforço, que, anteposta ou posposta a um verbo, lhe imprime a idéia de começo imediato de ação: *Lá vou eu!*, ou que se usa, não raro com valor afectivo, após o pronome oblíquo referente à pessoa com quem se fala: *Conte-me lá como foi a festa; Diga-nos lá o que sabe do caso;* ou que, conforme a entonação que se lhe dê, assume, pelo menos aproximadamente, o valor de um advérbio de negação: *Sei lá!; Lá inventar potocas, isso ele não faz; Mas isso é lá possível; "Graciliano podia lá viver numa cidade assim!"* (Artur Azevedo, *Contos possíveis*, p.171); *"Tenho lá cara de general!"* (Fernando Sabino, *A Falta Que Ela Me Faz*, p. 52). *"—Eleição? ... cortou abruptamente o Jango. Lá quero saber disso!"* (Vieira Pires, *Querências*, p. 49). [Se o verbo antecedente ou seguinte ao *lá* estiver na 1ª pess., é preferível (mas p. us. no Brasil) o *cá*: *Sei cá!*"]

locativa (que não desaparece totalmente) e acentuado a vertente da inacessibilidade ou impossibilidade do que se afirma.

Assim, *lá* {[-acessibilidade]  $\Leftrightarrow$  [-proximidade]  $\Leftrightarrow$  [-possibilidade]} injecta todos estes valores (ou apenas algum(ns) deles), no verbo com o qual se junta:

saber+lá=

saber+{[-acessibilidade]  $\Leftrightarrow$  [-proximidade]  $\Leftrightarrow$  [-possibilidade]}=

saber inacessível, longínquo, impossível=

não saber.

ser+lá possível=

ser+{[-acessibilidade]  $\Leftrightarrow$  [-proximidade]  $\Leftrightarrow$  [-possibilidade]} possível=

ser inacessível, longínquo, impossível possível=

ser impossível (ser) possível=

ser impossível.

poder+lá=

poder+{[-acessibilidade]  $\Leftrightarrow$  [-proximidade]  $\Leftrightarrow$  [-possibilidade]}=

poder inacessível, longínquo, impossível=

não poder.

Como já antes se disse e é um dado adquirido em Semântica, nem sempre se actualizam todos os elementos semântico-cognitivos (traços, semas) que uma palavra comporta. Temos aqui, a este respeito, um caso tão curioso como interessante. Se o verbo *saber*, quando junto com *lá*, não quiser seleccionar os três traços apresentados, mas apenas os de {[-acessibilidade]  $\Leftrightarrow$  [-proximidade]} (ficando, por conseguinte de fora [-possibilidade]), pode fazê-lo, sendo evidente que o resultado final não será "não saber", mas (aproximadamente) "saber longínquo". Só que quando isso acontece, quando *lá* se junta a *saber*, não para indicar impossibilidade, mas "possibilidade não acessível ao LOC", então o verbo, para evitar confusões com *saber lá=não saber* "obriga" *lá* a passar para antes do verbo. Recorde-se

40) Vocês sabem **lá** o que custa ser professor!

41) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei **lá!**...

compare-se com

42) Preferes esse? Tu **lá** sabes...

Temos assim uma selecção diferente feita pelo verbo:

lá+saber=

{[-acessibilidade] ↔ [-proximidade]}+saber=  
saber inacessível, longínquo (para o LOC)

Ou seja: *saber lá = não saber, desconhecer, mas lá saber = conhecer em segredo, conhecer apenas o próprio.*

Esta construção possibilita que por analogia/oposição apareça a construção com o par oposto *cá*, quando o sujeito é o LOC:

Eu cá sei o que quero fazer.

Tu lá sabes e eu cá sei...

Se o que acabámos de ver nos demonstra a utilidade dos modelos mentais para a compreensão do funcionamento semântico das unidades linguísticas, devemos igualmente ter em conta a importância dos mesmos modelos mentais numa fase anterior: na percepção cognitiva dos objectos inseridos na espacialidade e nas implicações linguísticas que tal percepção acarreta. Assim, podemos verificar que a dimensionalidade espacial dos objectos não é definitiva e uniforme, mas depende dos modelos mentais que traduzem o objecto.

Há, no entanto, que fazer um grande esforço para não nos deixarmos atraído nos propósitos. É que as perspectivas geométricas e matemáticas sobre a espacialidade, sem darmos por isso, não nos deixam ver as vertentes linguístico-cognitivas, que frequentemente não coincidem com as anteriores. E, por vezes, o linguista defende teoricamente a perspectiva cognitiva, mas na prática ainda se situa no paradigma euclideano.

São sintomáticas, a este respeito, as seguintes passagens de Spang-Hanssen (1993). Todo o artigo citado vinca bem a diferença entre o espaço linguístico e o espaço geométrico e a necessidade de o linguista não se deixar facilmente tentar por este último:

Dans les vieilles théories localistes, on prenait l'espace réel comme une donnée immédiate, et l'effort portait donc uniquement sur l'emploi métaphorique des expressions spatiales. A la base des théories modernes, il y a cette découverte que la structuration de l'espace, telle que nous la percevons, est loin d'être une donnée immédiate, mais est au contraire le résultat d'un processus cognitif très compliqué. Cela veut dire que la structuration, que nous percevons comme une donnée objective, se fait en réalité selon les besoins de l'homme, selon des critères fonctionnels, comme on dit, et non selon des critères purement géométriques. (SPANG-HANSEN 1993: 20-21)

E mais à frente:

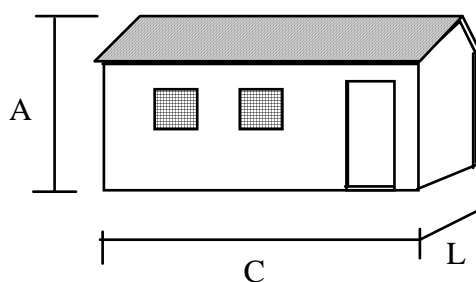
Pour éviter l'écueil de l'illusion objectiviste, et pour bien se situer à l'intérieur de l'univers imaginaire, la linguistique cognitive a insisté sur le caractère anthropomorphique de l'espace ouvert par la langue. Il s'agit en linguistique de décrire un espace mental, avec des moyens appropriés, et non pas de décrire le monde physique en employant la terminologie des sciences naturelles. C'est pour cela qu'on s'est beaucoup méfié des définitions géométriques, ou du moins qu'on a eu tendance à réduire leur importance. (SPANG-HANSEN 1993: 23)

A concluir o artigo, afirma:

Cependant, à l'heure actuelle, il ne s'agit peut-être plus tellement de réduire l'aspect géométrique, mais de mieux voir ses rapports avec la fonctionnalité. On oublie souvent l'existence de lois physiques — ou de lois de la physique naïve — qui spécifient qu'à telle propriété géométrique ou physique correspond telle fonction. Pour les noms de dimensions: *longueur*, *largueur*, *épaisseur*, j'ai insisté ailleurs sur le fait qu'il est tout naturel que les noms de la première et de la deuxième dimension (*longueur* et *largueur*), par ordre de grandeur, marquent des dimensions horizontales, étant donné l'existence, même dans notre univers mental, de la loi de la gravité. (SPANG-HANSEN 1993: 23-24)

Se é verdade que a lei da gravidade é um dos vectores fundamentais que estruturam as nossas coordenadas espaciais, não é menos verdade que outros vectores co-ocorrem com ele, de tal modo que não se pode identificar, como parece ser a opinião de Spang—Hanssen, *comprimento* e *largura* com "horizontalidade maior" e "horizontalidade menor". Nem sequer com "horizontalidade". Pelo menos em português.

Segundo uma dimensionalidade prototípica, Spang—Hanssen tem razão:



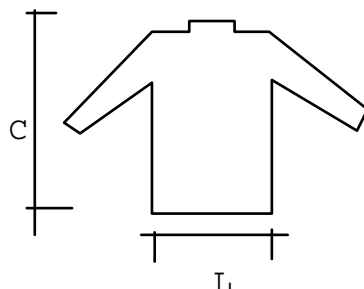
C= comprimento; L= largura; A= altura

Figura 21

Só que nem todos os objectos são perspectivados em três dimensões, embora fisicamente todos as contenham. O objecto pode ser visto como possuindo apenas duas dimensões. Quando isto acontece, a oposição verticalidade/horizontalidade deixa de

existir e toda a espacialidade é considerada a duas dimensões. Não se pode dizer que o objecto apenas é inscrito na horizontalidade, porque é indiferente ao modo como se situa relativamente a estes eixos: a "largura" de uma camisola é sempre "a largura", quer esteja pendurado, estendida no chão ou a ser usada.

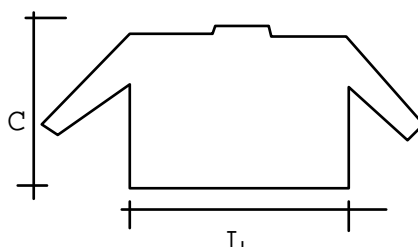
A camisola é vista como um objecto a duas dimensões, tendo apenas comprimento e largura:



C = comprimento da camisola; L = largura da camisola

Figura 22

Note-se que a dimensionalidade, ao contrário do que supunha Spang—Hanssen, não é critério único, nem muitas vezes o principal, para a distinção "comprimento"/"largura":



C = comprimento da camisola; L = largura da camisola

Figura 23

Numa camisola como esta, a largura é maior do que o comprimento; não passa, no entanto, o comprimento a ser designado "largura" e a largura "comprimento".

A inserção dos objectos na respectiva espacialidade tem sempre em conta um espaço-relativo e não um espaço geométrico independente dos sujeitos/objectos.

Este facto parece, à primeira vista, ser contrariado neste caso da camisola: a funcionalidade habitual da camisola exerce-se na vertical; no entanto a "altura" não é uma dimensão tida em conta, na medida em que é vista como um objecto que em si mesmo existe na horizontalidade: a camisola "independente" (quando não vestida) orienta-se no eixo horizontal.

Por isso se compreende que mesmo vestida, ela continue a ter comprimento e não altura. Dá-se o caso curioso de simultaneamente, no mesmo indivíduo a mesma

linha que mede o corpo e se insere na verticalidade ao medir a camisola se inserir na horizontalidade:

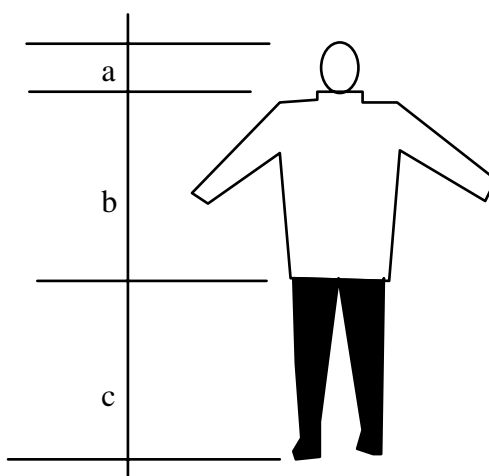


Figura 24

O segmento {b} mede o **comprimento** da camisola e uma parte da **altura** do homem.

Parece também ser de extrema importância, quando existe, o ponto/linha de referência tido como marcando o "começo" do objecto. A camisola "começa" na linha da gola e vai até à extremidade oposta. Podemos, por conseguinte, dizer que, mesmo vestida, a camisola tem uma direcionalidade descendente: por isso é natural que não tenha altura, já que este vector se orienta no sentido oposto. No entanto, já a gola da camisola é vista como começando na mesma linha, mas orientando-se para cima —por isso mesmo é que as golas podem ser "altas" e as camisolas não:

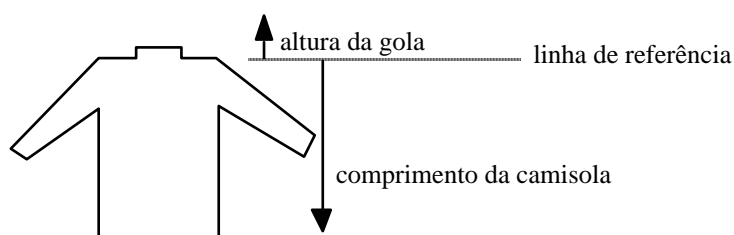


Figura 25

As golas crescem para cima: podem ser **altas** ou **baixas**; as camisolas crescem para baixo: não podem ser **altas**, mas **compridas**.

A linha de referência tem sobretudo em conta a possibilidade de "crescimento" ou extensão. Por isso, as calças podem ser compridas ou curtas,

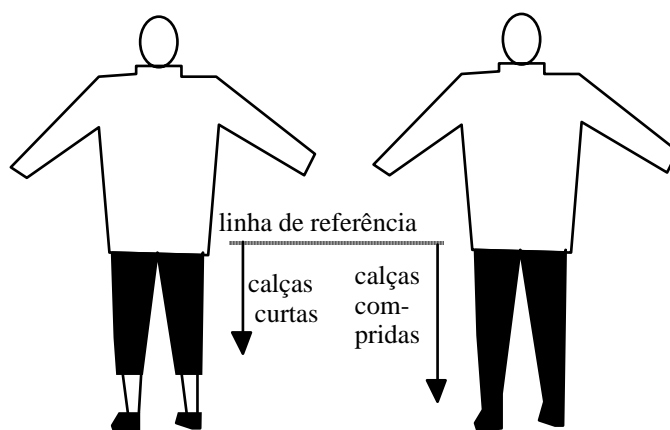


Figura 26

enquanto as botas são altas ou baixas:

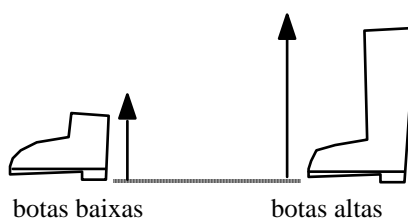


Figura 27

A linha de referência das botas é ainda reforçada pelo facto de as mesmas botas, ao contrário da camisola ou calças, possuírem, no seu estado de coisas como objectos independentes, a posição vertical.

Isto leva-nos a pensar que as coisas não **têm uma** espacialidade, mas se **inserem numa** espacialidade cujas coordenadas não são fixas, mas dependem de múltiplos factores. "Alto/baixo", "comprido/curto", "largo/estreito" não são semas do significado de uma determinada palavra, como se diria classicamente, mas antes partes de um esquema cognitivo em que constantemente inserimos os objectos.

Para comprovar, repare-se como em certas circunstâncias se nota que os objectos não "possuem" propriamente uma dimensionalidade espacial, mas estão constantemente a ser inseridos nos nossos modelos mentais, neste caso ligados à inserção espacial.

Parece inquestionável que o conceito de "árvore" implica [altura]. Mas nem sempre. Uma árvore, como outros objectos, passa facilmente do eixo da verticalidade para o da horizontalidade: de pé tem altura; deitada tem comprimento:



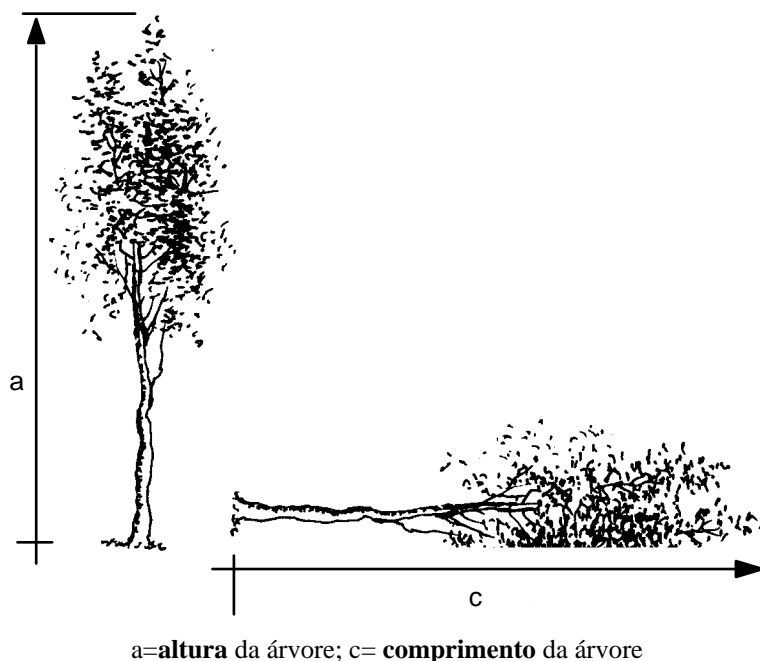


Figura 28

Uma análise mais apressada poderia concluir que a posição vertical/horizontal como o objecto aparece ao observador é o critério para a inserção do objecto no eixo da verticalidade ou da horizontalidade. Mas não. Um mesmo objecto, no mesmo eixo (vertical) pode ter uma parte vista como alta/baixa (eixo vertical) e outra como comprida/curta (eixo horizontal):

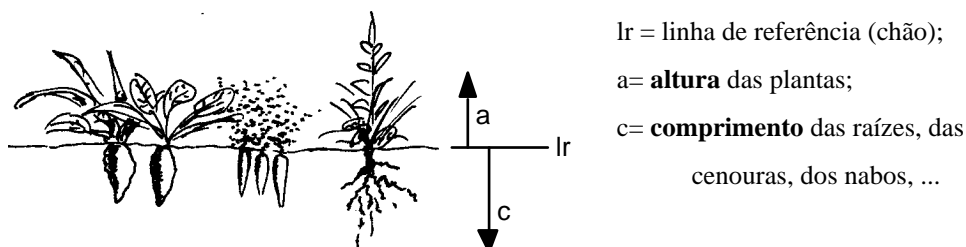


Figura 29

Por isso, é que as pernas das pessoas podem ser altas, mas os braços só podem ser curtos ou compridos. É que a linha de referência das pernas pode ser onde começam, no tronco (e assim podem ser curtas/compridas, já que têm uma orientação descendente) ou nos pés (e são então altas ou baixas, já que a orientação é ascendente). Para os braços, a linha de referência é a do tronco, nunca possibilitando uma orientação ascendente, já que o protótipo da figura humana contém os braços caídos ou paralelos ao chão. Os braços levantados são um sinal de exceção (alegria, luta) e não de estado normal:

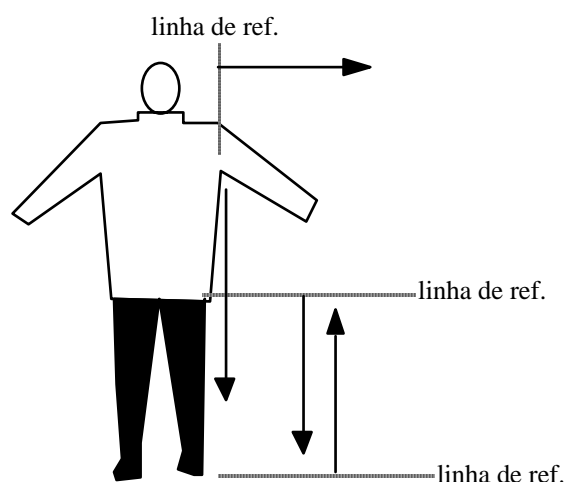


Figura 30

## 1.6. Língua e espaço: o eterno apelo do paradigma localista

Spacial thinking intrudes into thinking about almost all other domains: when an intellectual problem can be spatialised, it can be conceived clearly. (Levinson 1992:5)

A chamada hipótese localista nunca deixou de ser atractiva. Velha, remontando aos Estóicos, reformulada, continua a ter sempre quem lá vá procurar determinados ângulos de visão para o eterno problema da base algorítmica fundamental da linguagem.

Para Hjelmslev, é impossível conceber as relações gramaticais sem uma conceptualização espacial dessas mesmas relações. O vector espacial é o único que permite perceber as formas linguísticas, já que são as relações espaciais que nos permitem analogizar as gramaticais. Quer isto dizer que uma abordagem científica da língua necessita de um suporte esquemático baseado nas relações espaciais, e que o espaço é, num sentido kantiano, um imperativo pré-conceptualizador:

La conception spatiale est inévitable si on veut donner à la relation *in abstracto* une interprétation tangible et plastique. S'en tenir aux relations abstraites sans leur fournir un support par lequel on peut les représenter, c'est s'interdire d'avance l'explication claire et évidente des faits. (Hjelmslev, *La catégorie des cas*, citado por Petitot-Cocorda 1985:197)

A Teoria das Catástrofes (TC) que aparece no início dos anos 70 do século XX, na sua estrutura e no modo como concebe os fenómenos que descreve, é uma espécie de teoria localista.

A TC pretendia ser uma reacção contra o semanticismo lógico e formal que não considerava adequado ao tratamento das línguas naturais. Os conceitos linguísticos,

defende a TC, são vagos e não construídos, exactamente o oposto dos conceitos matemáticos. Por outro lado, a Semântica lógico-formal cai no erro de pensar que se pode traduzir a sucessão temporal, característica fundamental do funcionamento das línguas, por implicações lógicas. Ora é falso que uma cinemática formal seja equivalente a uma dinâmica, no caso, à dinâmica linguística (Petitot-Cocorda 1985:84 e sgs.)

A dualidade de estruturas (de superfície e profunda) postulada para a dinâmica linguística deixa o essencial de fora. Além do mais, a estrutura profunda não é tão profunda como isso. Muito mais interessante será pôr em evidência a dinâmica construtora e responsável pelas estruturas profundas. Esta meta de fazer recuar até à conceptualização (que no fundo é disto que se trata) o *big-bang* da criação linguística, liga necessariamente a TC ao modelo cognitivo-prototípico.

Segundo Petitot-Cocorda (1985:88-89), e de acordo com René Thom, seu verdadeiro iniciador, as bases da TC podem resumir-se em seis pontos:

1- Toda a realidade física pode ser representada por um atractor C dum sistema dinâmico num espaço M de variáveis internas.

2- É necessário que para poder ser captado, o atractor seja estruturalmente estável para poder representar a não-estabilidade que cada objecto possui.

3- Todas as relações entre as formas (criação, uso, destruição) podem ser descritas pelo desaparecimento dos atractores que representavam as formas iniciais e a sua absorção pelos atractores que representam as formas finais. Este processo é chamado *catástrofe* e pode ser descrito sobre um espaço P de variáveis externas.

4- Cada processo morfológico é descrito por uma ou um sistema de catástrofes estruturalmente estáveis sobre o espaço P.

5- Assim, todo o processo natural se resume em ilhotas estruturalmente estáveis. O conjunto destas "ilhotas" com a sintaxe que estrutura as respectivas posições constituem um modelo semântico.

6- Se considerarmos uma "ilhota" como uma palavra, o seu significado é equivalente à topologia global do/s atractor/es associado/s e das catástrofes que eles suportam.

O significado de cada atractor é definido pelo domínio de extensão no espaço P e pela topologia das catástrofes de regulação que limitam este domínio.

Estas bases teóricas pretendem servir desde a Biologia à Linguística; e nesta estruturarem **a descrição conceptual como uma organização espacial:**

Ce nouage entre physique, perception et sémiotique à partir de la discontinuité comme intuition, de son traitement en théorie des singularités et du principe de raison qu'est le principe de stabilité structurelle constitue l'essence phénoménologique de la TC comme synthèse du physique et du structural.

Bien qu'herméneutique, la TC est scientifique dans son ambition dans la mesure où elle vise à remplacer la «magie» conceptuelle par une géométrisation satisfaisant le critère de *localité* (...). En se donnant le projet de géométriser le concept, la TC se propose d'étendre cet impératif de scientificité aux théories conceptuelles-descriptives non physiques, en particulier à la biologie et à la linguistique. (Petitot-Cocorda 1985:89)

Das mais diversas áreas chegam igualmente pistas que levam a buscar na hipótese localista soluções explicativas.

As cores são um dos domínios privilegiados para retratar a forma como conceptualizamos a realidade. A razão para assim ser reside no facto de se conseguir facilmente distinguir o domínio objectivo da Física —o espectro das cores e suas radiações físicas correspondentes— e o domínio linguístico que reparte as cores em enfoques distintos.

O espectro das cores que a vista humana abarca é um contínuo, mas a percepção das mesmas cores faz-se através de cortes, de identificação de "zonas" nesse contínuo. Evidentemente que os cortes feitos não têm por base nenhum suporte físico real, mas apenas uma diferenciação perceptiva. É exactamente por causa deste factor (a arbitrariedade relativa na separação das cores) que o processo se torna cognitiva e linguisticamente tão atractivo e tão revelador dos mecanismos perceptivos do ser humano<sup>(42)</sup>.

Não deixa, por isso, de ser interessante a proposta da chamada *Teoria da Vantagem* (*Vantage theory*) de Robert MacLaury que, tendo por base estudos realizados no âmbito da percepção das cores, defende que os nossos conceitos nocionais provêm de modelos espaciais:

Much of abstract thinking proceeds by analogy to physical space. Moreover, we commonly construct our thoughts in terms of figure-ground relations, even though these do not inhere in the world per se; rather, we project them from a standpoint that we may actually occupy or solely imagine. Vantage theory is an attempt to tie together diverse aspects of such spatial reasoning, which is not an original program. However, this theory holds that the analogy between space and thought is formed at the specific level of coordinates by which we construct a point of view. In the physical realm, coordinates consist of perpendicular dimensions and time as a function of relative motion whereas, in the mind, the analogous coordinates consist of specific sensations and cognitions. While some of the mental coordinates are

---

(42) A este propósito, para além de MacLaury 1995a, 1995b, 1997, ver também C. L. Hardin e Luisa Maffi (ed.) 1997 e Vilela, Mário (1995) *Léxico e Gramática* (Parte III, "Universalismo cromático e relativismo cultural: as cores e a sua linguagem").

treated as constants, others are held in high relief, allowed to move or change, or otherwise are manipulated in relation to a fixed entity. Relating fixed and mobile points of reference produces an analogous vantage point. In this way, we are directly engaged with our concepts and categories so as to be capable of creating, revising, and dissolving them. We know the world through these constructed perspectives. When we speak, we name and discuss these points of view rather than the world by itself detached from an observer. (MacLaury 1995b:231)

E a partir da análise feita ao processo de categorização e nomeação das cores, MacLaury conclui:

Vantage theory originated as a model of color categorization. It may apply to cognition in other domains of language and culture. The theory holds that a category is an analogy between the fixed and mobile coordinates in physical space and other sensations and cognitions. Both in physical terrain and solely in thought, the intersection of coordinates composes a point of view. From such a mental vantage, people create, maintain, and change a category in an effort to comprehend the world amidst its predictable aspects as well as the novelty that it presents. They change their view by altering mobile coordinates and by rearranging or replacing fixed coordinates. They may also refine a vantage by zooming in, which they accomplish by converting a mobile coordinate to fixed status and adding a new mobile coordinate, or they widen it by zooming out in the reverse manner. This restricting and dilating of a category is also achieved by analogy to behavior in space. Vantage theory predicts that coextensive ranges will manifest the dominant-recessive pattern and that the relation between vantages will evolve through a continuum marked at points by near-synonymy, coextension, inclusion, and complementation. Although the evolution may begin at any point at which a second vantage of a category is constructed, subsequent developments will adhere to the order. The two vantages need not be separately named but, when they are, the semantic relation between terms will reflect the underlying phase of development. As the recessive vantage is at once internally inconsistent and analytical, it is given to greater indeterminacy and reflection or, at least, associated with the less usual. The worldwide statistical significance of the dominant-recessive pattern of coextension in color naming hints that people may construct categories, at least of color, by an innate method, although it would be odd if an inborn capacity were devoted to only one domain. The vantage model presents a specific hypothesis of this method and adds that categorization is as much an arrangement of coordinates as it is a selection of them and emphases among them. When people categorize, they are active agents

inseparable from the viewpoints they so construct and name. (MacLaury 1995b:269)

Uma breve análise aos mais representativos autores da Semântica Cognitiva permite verificar a simpatia que a hipótese localista (moderada) merece.

Lakoff (1995:120) vinca bem a importância de conceber a metáfora como o processo natural das conceptualizações que o ser humano faz. Por isso mesmo, a Semântica formal, que pretende encaixar o mundo real em símbolos lógico-matemáticos unívocos, não serve para uma descrição adequada da componente significativa das línguas naturais.

Para Lakoff, o processo metafórico que representa a realidade não é aleatório, mas tem por fundamento as metaforizações a partir dos conceitos espaciais. Ou seja, o processo cognitivo alimenta-se das configurações espaciais e são estas que metaforizadas permitem todo o percurso abstractizante e nocional que as imagens mentais, de que a língua se serve, percorrem:

I noticed then that conceptual metaphor is a natural process. There are hundreds or thousands of generalized mappings in everyday English, and ordinary, everyday semantics is thoroughly metaphorical. This meant that semantics cannot be truth conditional, it could not have to do with the relationship between words and the world, or symbols and the world. It had to do with understanding the world and experiences by human beings and with a kind of metaphorical projection from primary spatial and physical experience to more abstract experience. (Lakoff 1995:120)

O processo de conhecimento socorre-se, em todas as línguas, de esquemas imagéticos. Através da manipulação destes esquemas, o ser humano vai elaborando modelos mentais que vão substituindo um esquema por outro até à adequação final do que pretende processar. Vai-se "melhorando o esquema" até se construir o considerado ideal ou mais perfeito para representar a situação:

We have been looking at image schemas. There seems to be a fixed body of image schemas that turns up in language after language. We are trying to figure out what they are and what their properties are. I noticed that they have topological properties and that each image schema carries its own logic as a result of its topological properties, so that one can reason in terms of image schemas. That is a kind of spatial reasoning. (Lakoff 1995:122)

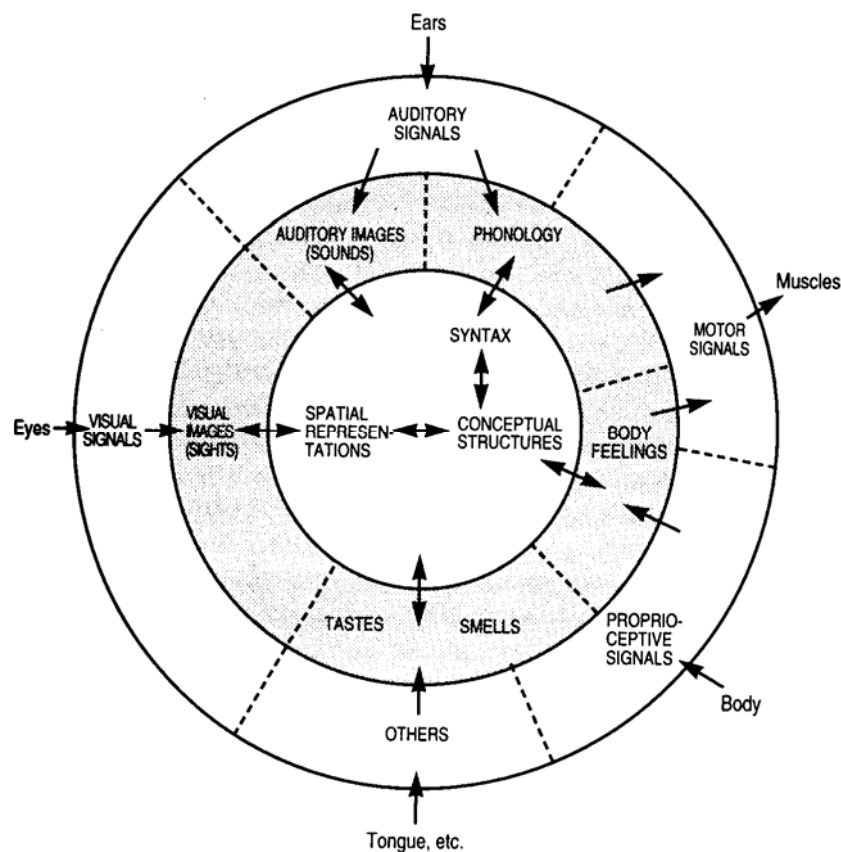
Mais à frente, Lakoff apresenta um novo dado que parece mais uma vez apontar para a hipótese de a essência do processo metafórico se situar no jogo de esquemas espaciais. É que, segundo Lakoff, tudo parece apontar para o facto de as metáforas se basearem na estrutura imagética espacial, fazendo transposições para o plano nocional:

Another thing I discovered was that metaphors seem to preserve image schema structures. In doing so, they seem to preserve spatial logic. The spatial inference patterns that one finds in image schemas when they apply to space are carried over by metaphor to abstract inference patterns. This suggests that abstract reasoning is a metaphorical version of spatial reasoning. We are now trying to work out the details of that. (Lakoff 1995:122)

Não esquecer que a própria designação do processo se serve de uma palavra que indica movimento, num **espaço**, naturalmente: *metaforē*, que vem do verbo *metafērw*, significa "mudar para outro lugar".

Para Jackendoff, embora todos as vertentes sensoriais experienciadas pelos seres humanos concorram para, e interactuem com, os mecanismos cognitivos, há uma, no entanto, que detém um papel primordial em todo o processo: a vertente visual. Os cheiros, os paladares, os sons e outras sensações físicas que experimentamos concorrem para os conceitos que fazemos sobre a realidade que nos rodeia; mas os sinais que directamente constroem as bases da nossa estrutura conceptual são os sinais visuais. São estes que directamente processam as imagens visuais, as quais enformam as representações espaciais. E é este tipo de representações o único que directamente interactua com as nossas estruturas conceptuais a partir das quais entra em jogo a linguagem. Ou seja, as representações espaciais são os únicos módulos que se encontram ao mesmo nível das estruturas conceptuais. São aquelas as únicas que directamente interagem com estas. Aliás, o sistema de representações, situado no domínio do inconsciente, é exclusivamente espacial. Todos os aspectos sensoriais (cheiro, sabor, a própria visão e todas as sensações) situam-se ao nível do consciente, mas terão que se inserir numa representação espacial para poderem interagir com as estruturas conceptuais e simultaneamente, através destas, com a codificação linguística.

Jackendoff traduz o seu modelo (The Intermediate-Level Theory) no seguinte esquema:



(Jackendoff 1997:190)

Exemplificando com o processamento mental da visão de uma árvore:

In response to viewing a tree in the world, the visual system constructs a representation of the form of the tree—and, though the appropriate interface modules, it also drives the conceptual system to retrieve the *concept* of a tree, a combination of its conceptual and spatial representations. That is, our understanding of what we see is a consequence not only of visual images but also of the conceptual organization connected to those images. [...] the unconscious central core links the visual perception with language. If the visual/spatial system drives the conceptual system to develop a conceptual structure for the tree, then conceptual structure, through its lexical and phrasal interface with syntax and phonology, can drive the language faculty an utterance such as "Hey, a tree!". (Jackendoff 1997:190-192)

Com o surgir das teorias cognitivas da linguagem, a hipótese localista, despida de exageros, merece uma atenção particular. Se pensamos por imagens mentais, uma imagem é um processo fundado na espacialidade. Não é também curioso o facto de quando queremos explicar qualquer parte do sistema linguístico, desde a Morfologia à Semântica, passando pelas relações sintácticas, nos servirmos quase sempre de



esquemas espacializados, com setas, movimentos para cima e para baixo, para trás e para a frente?

Um pouco na linha de Jackendoff, a posição defendida por Desclés (1991) revaloriza a hipótese localista. Vincando bem que não defende a redução da linguagem somente à percepção do espaço, parte de um princípio cognitivo segundo o qual uma parte dos esquemas de predicação se baseia em esquemas de percepção visual. A predicação morfo-sintáctica das línguas constrói-se, então, sobre esquemas que se fundamentam na posição dos objectos no espaço ou do movimento espaço-temporal dos mesmos objectos. Ou seja, a actividade linguística fundamenta-se predicativamente não apenas na percepção visual do espaço, mas igualmente nas relações espaço-temporais de movimento.

Inspirando-se e seguindo o mesmo percurso de gramáticas e teorias cognitivas na esteira de Jackendoff, Langacker, Talmy ou de conceptualizações linguístico-matemáticas como a teoria das catástrofes de R. Thom e de J. Petitot, apresenta assim as linhas mestras da sua visão:

(i) les schémas de prédication des langues sont des extensions des schémas morpho-syntaxiques qui encodent les représentations verbalisées des situations référentielles spatio-temporelles (position, mouvements, changements); (ii) certaines catégorisations grammaticales opérées par les langues sont des réinvestissements abstraits des catégorisations opérées par la perception visuelle d'états, de processus et d'événements perçus dans un espace spatio-temporel. (Desclés 1991:86)

Há determinadas predicações, como por exemplo as deícticas ou de carácter deíctico, em que facilmente se vê a base perceptiva defendida por Desclés. Engloba-as nos três primeiros níveis de **Movimento Referencial** ( $R_1$ ,  $R_2$ ,  $R_3$ ). Mas mesmo no último nível ( $R_4$ , o das relações casuais, o mais abstracto) a matriz espaço-temporal é a estruturadora. Assim, designando por  $A$ ,  $L$ ,  $P$  respectivamente os lugares de *partida*, *chegada* e *passagem* de um objecto, os *relatores*  $R_{oa}$ ,  $R_{ol}$ ,  $R_{op}$ , descrevem as posições qualitativas de O(bjecto) relativamente àquelas três posições que têm em todo o processo um papel privilegiado: relação com o lugar de partida  $A$ , chegada  $L$ , e intermediário  $P$ .

Le déploiement de la prédication émerge à la suite d'un changement radical de référentiels, ce changement nous fera passer d'un référentiel topologique à un référentiel relationnel. Beaucoup de langues réutilisent les mêmes schémas morpho-syntaxiques (variables selon les langues: appel à des cas morphologiques ou à des schémas syntaxiques spécifiques), qui servaient à encoder les verbalisations spatio-temporelles, pour leur donner une extension prédicative plus vaste.

Le recours aux relations casuelles nous impose un autre espace de représentation  $R_4$ , plus abstrait que  $R_3$  et se prêtant mieux à certaines généralisations abstractives. On ne cherche plus alors à représenter des lieux, des repérages et des mouvements spatio-temporels d'objets par rapport à des lieux. On thématise, cette fois, les relations  $R_{oa}$ ,  $R_{ol}$ ,  $R_{op}$ , c'est-à-dire les relations fonctionnelles obtenues en superposant des fonctions purement grammaticales aux fonctions de repérage. Aux lieux de départ, on superpose les rôles d'origine, de source, d'agent, de cause; aux lieux d'arrivée, on superpose les rôles de fin, de but, de patient, de destinataire; aux lieux intermédiaires, on superpose les rôles d'intermédiaire, d'instrument, d'accompagnement. (Desclés 1991:91)

As predicções lexicais não são mais do que codificações morfo-sintáticas das relações espaço-temporais. Um exemplo:

*Jean donne un livre à Paul.* Le prédicat ternaire ... *donne à ...* est le résultat d'une intégration compositionnelle des relateurs  $R_{oa}$  et  $R_{ol}$  agencés dans l'expression représentative suivante (en notation préfixée).

$$(R^1_{oa}(R^2_{oa}(R^3_{ol}LIVRE_o JEAN)_o (R^4_{ol}LIVRE_o PAUL)_a)_o JEAN_a)$$

Cette expression signifie: «la situation complexe comprenant une situation enboîtée («LIVRE est localisé ( $R^3_{ol}$ ) par rapport à JEAN» a pour origine ( $R^2_{oa}$ ) «LIVRE est localisé ( $R^4_{ol}$ ) par rapport à PAUL» a pour origine ( $R^1_{oa}$ ) JEAN».

Il est ainsi parfaitement envisageable de «ramener» des opérations de «pure prédication» à des intégrations de relateurs abstraits, par ailleurs ancrés (c'est-à-dire prenant une origine) dans des référentiels spatio-temporels. (Desclés 1991:91-92)

No entanto, para Desclés, os relatores  $R_{oa}$ ,  $R_{ol}$  e  $R_{op}$  não representam o último nível dos primitivos semânticos. A este nível, propõe o conceito de *arquétipos cognitivos* como "mouvement spatial" (MOUVT); "changement d'états" (CHANG); "capacité de contrôle sur des objects (FAIRE)"; "capacité de contrôle (CONTR) sur des actions"; "capacité d'anticipation téléonomique (TELEO)". E assim, o exemplo de há pouco,

*Jean donne un livre à Paul* signifie: «Dans la première situation initiale (SIT<sub>1</sub>), l'objet LIVRE est intérieur au lieu déterminé par JEAN et extérieur au lieu déterminé par PAUL; Dans la situation finale (SIT<sub>2</sub>), l'objet LIVRE est intérieur au lieu déterminé par PAUL et extérieur au lieu déterminé par JEAN; le changement de situation est placé sous le contrôle de JEAN qui a aussi la capacité d'effectuer cette action (CONTR FAIRE) en agissant sur l'objet LIVRE; la situation finale étant

dans la visée téléonomique de JEAN». Nous en déduisons la représentation cognitive (structurée) suivante:

(CONTR FAIRE  
 (ET  
 CHANG (ET (Rep LIVRE in(JEAN))  
 (Rep LIVRE ex(PAUL)))  
 (ET (Rep LIVRE ex(JEAN))  
 (Rep LIVRE in(PAUL))))  
 TELEO (ET (Rep LIVRE ex(JEAN))  
 (Rep LIVRE in(PAUL)))  
 (JEAN)))  
 (JEAN))

(Desclés 1991:93)

O "localismo moderno", contudo, não pode ser confundido com a recuperação pura e simples do localismo tradicional. Se as teorias localistas clássicas faziam das relações espaciais a matriz metafórica das relações linguísticas, a nova dimensão cognitiva defende que o espaço e a sua conceptualização não é um processo apreendido intuitiva e imediatisticamente, mas o resultado da interacção de vários mecanismos cognitivos.

Dans les vieilles théories localistes, on prenait l'espace réel comme une donnée immédiate, et l'effort portait donc uniquement sur l'emploi métaphorique des expressions spatiales. A la base des théories modernes, il y a cette découverte que la structuration de l'espace, telle que nous la percevons, est loin d'être une donnée immédiate, mais est au contraire le résultat d'un processus cognitif très compliqué. Cela veut dire que la structuration, que nous percevons comme une donnée objective, se fait en réalité selon les besoins de l'homme, selon des critères fonctionnels, comme on dit, et non selon des critères purement géométriques. (Spang-Hanssen 1993: 20-21)

O espaço linguístico é, já de si, um espaço divergente do espaço físico do "localismo puro". É antes um "espaço mental". Por isso, o localismo geometrizarante perdeu importância:

Pour éviter l'écueil de l'illusion objectiviste, et pour bien se situer à l'intérieur de l'univers imaginaire, la linguistique cognitive a insisté sur le caractère anthropomorphique de l'espace ouvert par la langue. Il s'agit en linguistique de décrire un espace mental, avec des moyens appropriés, et non pas de décrire le monde physique en employant la terminologie des sciences naturelles. C'est pour

cela qu'on s'est beaucoup méfié des définitions géométriques, ou du moins qu'on a eu tendance à réduire leur importance. (SPANG-HANSSSEN 1993: 23)

As múltiplas investigações em línguas geneticamente diferentes mostram como o domínio espacial em que o homem se insere é a matriz privilegiada para metaforizar a realidade. Assim, a análise que Svorou (1994) faz às mais diversas línguas dos mais variados grupos linguísticos demonstra à sociedade como a referencialidade espacial serve de modelo referenciador para outros domínios, não apenas os clássicos domínios temporais, como inclusivamente as vertentes nocionais implicadas em mecanismos morfo-sintácticos de caso.

Assim, o eixo da frontalidade, nos seus dois pólos (*frente/trás*) evolui frequentemente para referenciar casos como o Instrumental ou o Benefactivo:

A small number of uses were found to be associated with FRONT-REGION grams. The most frequent use of such grams was the ANTERIOR; other uses ranged from spatial ones, such as OPPOSITE TO, direction TOWARDS, ULTERIOR, at the EDGE, to temporal ones such as ANTERIOR ORDER, ANTERIOR TEMPORAL, BEFORE and DURING THE LIFETIME, to other non-spatial uses such as VIS-A-VIS, COMPARATIVE, OBSTRUCTION and COMITATIVE.

Similarly, BACK-REGION grams were associated with a small number of uses. The most frequent use was the POSTERIOR; other uses include several spatial uses such as UNDER, BASE, CIRCUMFERENTIAL, THROUGH, BACK-TO, LATERAL, temporal uses such as POSTERIOR ORDER, POSTERIOR TEMPORAL, STATE COMMENCES, AFTER and EVERY; and finally, other non-spatial uses such as COMITATIVE, INSTRUMENTAL and BENEFACTIVE. (Svorou 1994:207-208)

Será curioso comparar isto com o facto de se observar que quando se analisam línguas com sistemas casuais complexos, há a tendência de essas línguas irem reduzindo os casos através da homonímia. Esta redução não é aleatória. A tendência é para haver reagrupamentos homónimos de casos semanticamente próximos. Há dois grandes pólos: os casos de origem (instrumental, fonte, comitativo, ...) e os de meta (dativo, directivo, benefactivo, locativo-final, ...). Defender que este processo de homonímia não é casual é aceitar que a espacialidade será um vector estruturante das relações sintáctico-semânticas das línguas.

Para além dos sistemas dos casos, determinados modelos cognitivos que traduzem certas relações entre os seres humanos são construídos sobre configurações espaciais:

Non-spatial uses of FRONT-REGION and BACK-REGION grams are seen as arising from the significance and implications that specific spatial arrangements have for communicative contexts and social situations. For instance, the face-to-face spatial arrangement, which is typical for several social interactions such as conversations, confrontations, comparisons, and associations, leads to the conceptualization of such social situations in terms of the spatial arrangements of the participants. Thus, uses such as VIS-A-VIS, COMPARATIVE, COMITATIVE and OBSTRUCTION arise.

We may infer from a POSTERIOR (or UNDER) spatial arrangement the functional notion of support. In the case of humans, physical support may also imply mental support and association. Thus, uses such as COMITATIVE and BENEFACTIVE may arise from BACK-REGION grams. (Svorou 1994:208)

Mas, naturalmente, a dimensão que mais profunda, directa e universalmente se liga ao espaço é o tempo. Todas as línguas analisadas demonstram como este último domínio é construído sobre aquele:

Temporal uses of FRONT-REGION and BACK-REGION grams are seen as arising from spatial order. Order relations are understood in terms of the order of moving entities with respect to their destination. A notion closely associated with movement is time. Motion is understood in terms of changes, and changes imply the passage of time. Time and movement, therefore, are almost inseparable experientially. Spatial order of moving entities imply, therefore, temporal order as well. Thus, we may talk about the temporal order of moving entities in terms of their spatial order, and the temporal order of events in terms of the spatial order that would have existed, from a particular perspective, if such events were to happen at the same time. (Svorou 1994:208-209)

A única conclusão possível é que a configuração espacial é o melhor espelho da forma como os seres humanos codificam conceptualmente a realidade em que estão inseridos, desde a realidade física do mundo que os rodeia até às relações e estruturas conceptuais que constroem e nas quais se inserem. O mundo (incluindo aqui todo o "mundo" no qual o homem se percepção, físico e conceptual-nocional) não é partido em fatias, sendo uma dessas fatias o espaço, outra o tempo, outra as relações causais, outra as noções de domínio, e por aí fora. O que o ser humano faz, e as novas ciência neurológicas e cognitivas parecem comprovar, é estruturar as informações mais recentes servindo-se das bases e dos dados que já possui armazenados. Daí que se compreenda que modelos nocionais mais abstractos se estruturam sobre outros mais

concretos<sup>(43)</sup> e que estes se tenham organizado tendo por base modelos ligados à experiência física. Assim, os primeiros modelos fundadores e suportes dos ulteriores terão que ser forçosamente os modelos ligados à cognição primeira e prioritária do ser humano: o reconhecer-se e o situar-se num espaço e o domínio (conceptual) sobre esse mesmo espaço. E quantas mais línguas diferentes e não aparentadas se analisam mais esta conclusão se impõe:

We may conclude, therefore, that the way speakers of a language use spatial terms to encode not only spatial, but also temporal and social relations, reflects the way people selectively perceive, retain and associate experience. Furthermore, it indicates that the way language reflects experience is not by partitioning it in discrete conceptual domains such as space, time, causality, etc., reflected by the forms of languages and their uses, but rather by encoding the most frequently occurring spatio-temporal situations together with their functional and social implications. (Svorou 1994:209)

É, pois, este "localismo moderado" que pensamos dever ser tido em conta na compreensão da forma como as línguas conceptualizam a vivencialidade humana. Não é o espaço o domínio que tudo metaforiza. Nem sequer se trata de perceber tudo segundo um esquema metafórico baseado num sistema de índices ou símbolos. Deve antes entender-se que a construção das noções ulteriores se baseia em noções anteriores, que estas se esquematizam nos domínios cognitivos básicos do ser humano e que estes domínios são preferentemente os espaciais.

A ideia de que quando uma noção pode ser espacializada já está quase compreendida, exemplifica isto mesmo: o espaço é o domínio primário que subjaz a muitas das nossas estruturas mentais que modelizam a realidade.

---

(43) Para ver, por exemplo, como as preposições espaciais *of, with, in, out of, from, at, about, over* originam valores causais, ver Dirven 1995.